



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
SOCIEDADE – MAPPS**

TARCÍSIO ARQUIMEDES ARAÚJO CARNEIRO

**FUTEBOL NO BOM JARDIM: Prática de sociabilidade e
'estratégia' de Política Pública Social.**

**FORTALEZA - CEARÁ
2011**

TARCÍSIO ARQUIMEDES ARAÚJO CARNEIRO

FUTEBOL NO BOM JARDIM: Prática de sociabilidade e ‘estratégia’ de Política Pública Social.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação da Universidade Estadual do Ceará, relacionado à linha de pesquisa: Avaliação de políticas públicas, programas e projetos institucionais, como requisito para obtenção do título de mestre em políticas públicas e sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas.
Orientação: Professor Dr. Geovani Jacó de Freitas.

FORTALEZA - CEARÁ
2011

C289f Carneiro, Tarcísio Arquimedes Araújo
Futebol no Bom Jardim: prática de sociabilidade e
'estratégia' de política pública social / Tarcísio
Arquimedes Araújo Carneiro. — Fortaleza, 2011.
124 p.
Orientador: Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas
Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e
Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará,
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e
Sociedade.
1. Sociologia do Esporte. 2. Política Pública de
Esporte e Lazer. 3. Cidadania. 4. Futebol. I.
Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico
em Políticas Públicas e Sociedade.

CDD: 796.334

TARCÍSIO ARQUIMEDES ARAÚJO CARNEIRO

FUTEBOL NO BOM JARDIM: Prática de sociabilidade e ‘estratégia’ de Política Pública Social.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação da Universidade Estadual do Ceará, relacionado à linha de pesquisa: Avaliação de políticas públicas, programas e projetos institucionais, como requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas.

Aprovada em: 15 / 02 / 2011.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Geovani Jacó de Freitas (orientador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professor Dr. Homero Luís Alves de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dr^a. Rosemary de Oliveira Almeida
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Dedico a toda minha família;

À minha namorada Maria Gardênia Carneiro;

Meus colegas e professores do mestrado – MAPPS
- UECE;

À comunidade do Grande Bom Jardim;

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, ao meu professor orientador Dr. Geovani Jacó de Freitas;

Aos estagiários e demais participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC – 2010) por terem cedido informações importantíssimas e pela acolhida bastante amigável;

A todos os meus professores do mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade (MAPPS), por considerá-los também como orientadores desta pesquisa;

Aos moradores e desportistas do Grande Bom Jardim por terem sido bastante receptivos à minha chegada, principalmente aos desportistas: Sr. Luís de Assis Barros, Sr. José Lisboa, André, ‘Maguinho’ etc.;

À Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Fortaleza (SECEL).

“(…) em futebol, o pior cego é o que só vê a bola... Se o jogo fosse só a bola, está certo. Mas há o ser humano por trás da bola, e digo mais: a bola é um reles, um ínfimo, um ridículo detalhe. O que procuramos no futebol é o drama, é a tragédia, é o horror, é a compaixão.”

(Nelson Rodrigues)

RESUMO

O futebol, desde o seu intenso processo de popularização na sociedade brasileira, encontra-se repleto de valores sociais. A apropriação por parte do Estado para realização de políticas públicas é um dos aspectos sociologicamente relevantes em relação ao universo das relações que perpassam o futebol no Brasil. Levando em consideração estes aspectos, esta pesquisa analisa as ações do projeto PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade), como uma política pública Implantada e gerenciada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, vinculada ao Ministério do Esporte. Em Fortaleza, esta política pública foi implementada pela Prefeitura, no bairro Bom Jardim, desde Agosto de 2009. O estudo busca compreender como este programa ‘dialoga’ com as necessidades da comunidade. A partir de observações e análises, evidencia-se uma complexa teia de relações neste contexto envolvendo interesses e perspectivas, ora convergentes, ora divergentes entre os vários agentes, sejam os estatais, sejam os da própria comunidade, no modo de significar e ressignificar as ações do PELC. Emerge, dessa relação, um campo de tensões entre a construção dos próprios espaços de lazer (os campos de várzea), a prática do esporte em si e processos de afirmação e ou reprodução de lugares de poder, prestígio ou ganhos financeiros. Trabalhando com relatos orais e dados oficiais, a pesquisa possibilita romper com análises deterministas sobre o Estado, revelando, com isto, estratégias locais de ‘resistências’ e rebatimentos à lógica de funcionamento das políticas governamentais em suas implicações locais.

Palavras-chave: Política Pública. Futebol. Cidadania.

ABSTRACT

Football, from the intense process of popularization in Brazilian society, is replete with social values. The ownership by the state to carry out public policies is one of the sociologically relevant in relation to the universe of relationships that pervade the football in Brazil. Considering these aspects, this research examines the actions of the PELC (Sports and Leisure Town) as a public policy Implemented and managed by the National Development of Sport and Leisure, SNDEL, under the Ministry of Sports. In Fortaleza, the public policy was implemented in the Bom Jardim district, since August 2009. The study seeks to understand how this public policy 'dialogue' with the needs of the community. From observations and analysis, it was shown a complex web of relations in this context involving interests and perspectives, sometimes convergent, sometimes divergent between various actors, whether the state should be those of the community in order to signify new meanings and actions of PELC. Emerges, this relationship, a tension field between the construction of its own leisure facilities (on pitches), the practice of sport itself and claim processes and / or breeding places of power, prestige or financial gain. Working with oral reports and official data, the research provides breaking with deterministic analysis of the state, revealing, with this, local strategies of 'resistance' and aftermaths of the logic operation of government policies in their local implications.

Keywords: Public Policy. Football. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza que, juntamente com a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, congrega 72 entidades, e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável da região - composto por 255 moradores - trabalham de maneira articulada;

DLIS – Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim;

EMEIF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental;

GJB – Região do Grande Bom Jardim, formada pelos bairros: Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira e Bom Jardim;

GPDU – Grupo de estudo: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano, da Universidade Estadual do Ceará – Centro de Humanidades;

MAPPS – Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará;

OP - Orçamento Participativo, que começou na capital cearense, em 2005, por iniciativa da gestão da Prefeita Luizianne Lins;

PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, política pública Implantada e gerenciada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte;

SECEL – Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade de Fortaleza;

SER – As Secretarias Executivas Regionais, ‘também conhecidas como "SER's", são termos que se referem a subprefeituras localizadas na cidade de Fortaleza. São 7 SER's dentro da capital cearense (Regionais I, II, III, IV, V, VI e Centro), cada uma subdivida em várias AP's (Áreas Particulares), onde trabalham superintendentes, líderes comunitários, secretários e outros, com a função de trazer desenvolvimento para os bairros próximos a cada uma destas áreas. Fortaleza costumava também ser dividida em 5 distritos: Fortaleza (Sede), Antônio Bezerra, Parangaba, Messejana e Mondubim, e em cada um destes tinham seus bairros. Esta divisão não segue a atual em Secretarias Executivas Regionais, feita pela primeira vez em 1997’. (Origem: Wikipédia).

SNDEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte;

UECE – CH – Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 - A GÊNESE DO OBJETO E SUA RELAÇÃO COM O PESQUISADOR.....	12
1.2 - DELIMITANDO E PROBLEMATIZANDO.....	16
2. CAPÍTULO 1- PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO: A IMPORTÂNCIA DO ‘INAUDITO’ NA PESQUISA DE CAMPO.....	28
2.1 – O GRANDE BOM JARDIM: UM BREVE HISTÓRICO.....	29
2.2 - CONHECENDO MELHOR O PELC.....	34
2.3 - ENTREVISTA OU CONVERSA INFORMAL? ESTRATÉGIAS E ARTIFÍCIOS DO PESQUISADOR.....	35
2.4 - AS RELAÇÕES SOCIAIS E O CONFLITO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO.....	43
3. CAPÍTULO 2 - TEORIA DO PROCESSO CIVILIZADOR: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DO FUTEBOL.....	45
3.1- PROCESSO DE POPULARIZAÇÃO: AGORA TODOS PODEM JOGAR.....	48
3.2 – O FUTEBOL CHEGA À CIDADE DE FORTALEZA.....	50
3.3 – AS JUVENTUDES: O PÚBLICO ALVO QUE DELIMITAMOS.....	53
3.4 – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE.....	57
4. CAPÍTULO 3 - ESTÁDIO JOSÉ VALMIR JORGE: A HISTÓRIA DO ESTÁDIO A PARTIR DOS MORADORES DO BOM JARDIM.....	65
4.1- O CAMPO DE VÁRZEA QUE VIROU ESTÁDIO E AS NARRATIVAS LOCAIS.....	66
4.2 – A ORALIDADE DOS ATORES: OS DISCURSOS DE PODER.....	71
4.3 – SAGRADO OU PROFANO? UM SARGENTO EVANGÉLICO NO ESTÁDIO DO BOM JARDIM.....	75
4.4 - SR. LUIS DE ASSIS BARROS: UM MORADOR-SÍMBOLO DO FUTEBOL NO GRANDE BOM JARDIM.....	80
4.5 - O FUTEBOL COMO METÁFORA DE VIDA E MORTE.....	84
5. CAPÍTULO 4 - ESTAGIÁRIOS DO PELC E JOVENS DO BOM JARDIM: OS CAMPOS DE VÁRZEA COMO ‘PONTO DE ENCONTRO’	88
5.1 – O FUTEBOL E AS RELAÇÕES DE PODER.....	92
5.2 – OS ATORES NESTE UNIVERSO DE DISPUTAS E CONFLITOS.....	95

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
7. BIBLIOGRAFIA.....	103
8. ANEXOS.....	120

1. INTRODUÇÃO

1.1 - A GÊNESE DO OBJETO E SUA RELAÇÃO COM O PESQUISADOR

A escolha deste tema de pesquisa relacionado ao futebol na sociedade brasileira surgiu desde o meu projeto de monografia do Bacharelado em Ciências Sociais no ano de 2006, o qual contemplou o futebol de várzea no bairro Granja Lisboa como palco de sociabilidades. Em relação ao meu trabalho final da licenciatura em Ciências Sociais também procurei entender como uma torcida organizada poderia constituir-se como um espaço ‘educativo’ não-formal, fortalecendo, através das relações entre os torcedores, trocas de saberes e valores diversos. Uma das principais reflexões que durante todo este período esteve permeando minhas pesquisas diz respeito à necessidade de um olhar crítico em relação à produção sociológica tradicional que, em nome do famoso jargão o futebol como ‘o ópio do povo’, sempre apresentou este desporto como uma prática alienante, alheia às questões consideradas ‘objetivas’ da realidade social. Acredito que a exposição de parte da minha trajetória como estudante e atleta poderá colaborar para entendermos o motivo pelo qual atualmente ainda permaneço com o tema relativo à sociologia do esporte e o porquê da crítica a esta perspectiva do futebol como prática alheia às questões políticas ou aos conflitos da sociedade brasileira.

Desde a infância pude vivenciar, tanto nos bairros em que morei quanto nos colégios os quais estudei, a prática ora lúdica ora técnica do futebol, principalmente o futebol de salão, hoje conhecido como Futsal. Lembro que um dos momentos mais marcantes de minha vivência como atleta foi quando tive a oportunidade de vestir a camiseta da seleção do colégio católico o qual estudei desde o maternal à oitava série (Centro Educacional Rosa Gattorno). Os momentos ‘mágicos’, de grandes encontros, competições e disputas, se davam nos torneios vivenciados nas copas dos colégios católicos. Neste período, aproximadamente na sexta série do ensino fundamental no ano de 1995, pertencer àquela equipe, que estava intimamente ligada a uma espécie de notoriedade

e reconhecimento perante aos outros alunos, era uma nova etapa de grandes descobertas e vivência de novos desafios que o futebol me proporcionaria.

Ao sair desta primeira escola no ano de 1997, pois seu ensino se dava somente até a oitava série do ensino fundamental, fui cursar o ensino médio no, também colégio católico, Juvenal de Carvalho. Ao chegar neste colégio, a ânsia em procurar saber como adentrar ao time de Futsal foi de imediato. Procurei informações sobre os dias dos testes (ou como se diz na língua dos atletas o dia da famosa ‘peneirada’), compareci e, para minha alegria e sorte, fiz parte durante os anos de 1998 a 2000 da seleção de futsal do Juvenal de Carvalho, colégio católico de tradição em Fortaleza (foto abaixo). Minhas amizades nesta escola foram logo se alastrando e foi impressionante como me tornei conhecido, de forma que as amizades fluíam mesmo sem fazer esforço. O futebol estava se tornando para mim um momento de notoriedade, identificação e até mesmo de fortalecimento da auto-estima. É importante lembrar que nasci em uma família em que meu pai e tios sempre gostaram do futebol dos campinhos de terra e logo quando comecei a integrar o antigo ginásio, hoje conhecido como ensino fundamental, meu pai nunca negou meus pedidos para participar das escolinhas de futebol.



Ao prestar vestibular pela primeira vez, minha primeira escolha pelo curso de Educação Física é explicada, principalmente, pela paixão e afinidade ao Futsal. Anos depois, por grande curiosidade em relação ao conhecimento das ciências humanas, entrei no curso de ciências sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Também fiz parte do time de Futsal do Centro de Humanidades da UECE (foto abaixo), período o qual tive a oportunidade de conhecer as demais universidades estaduais do interior do Ceará e perceber os conflitos em termos da falta de verbas para as universidades, disputas políticas e ‘encontros’ entre estudantes de cidades diferentes, fosse para competir fosse para solidarizarem-se. A minha paixão pela Sociologia foi de imediato, assim, nada mais coerente do que procurar aliar as duas perspectivas de estudo, ou seja, uma visão sociológica do futebol na sociedade brasileira, através das teorias que compõem a Sociologia do Esporte.



Lembro que minha primeira leitura sobre o tema foi através do livrinho da Coleção Primeiros Passos: ‘O que é Sociologia do Esporte?’, do sociólogo Ronaldo Helal (1990), e lembro muito bem que uma das categorias que Helal apresentava para pensar o futebol na sociedade brasileira era concebê-lo como um fato social¹, pois segundo Helal, independente

¹ O fato social se trata de uma categoria de análise central na construção das regras do método sociológico em relação a um dos grandes sociólogos clássicos, de forma que tais fatos são considerados por Émile Durkheim (1974) como ‘maneiras de ser, agir e sentir dos indivíduos, dotadas de um caráter exterior, geral e coercitivo’,

de gostarmos ou não, o futebol no Brasil ‘é um fenômeno que se impõem desde cedo em nossas vidas’, de forma que ‘o gostar de futebol no Brasil existe fora das consciências individuais dos brasileiros’ (p.13) Confesso que a partir destas leituras, mesmo compreendendo o futebol como um fenômeno cultural e conseqüentemente desconstruindo muito do meu senso comum, me identifiquei bastante com as reflexões.

Minha vivência em relação à prática do futebol não fica restrita somente às instituições as quais estudei, pois os jogos de asfalto, os torneios nas praças de bairros periféricos da cidade, as conversas de barzinhos após os ‘rachas’, as amizades feitas tanto nos colégios quanto nas periferias (foto abaixo), me ajudaram a refletir sobre o quanto o futebol torna-se complexo em uma sociedade a qual o mesmo encontra-se preso nas entranhas da cultura nacional, sendo uma das importantíssimas formas que Roberto DaMatta (1997) apresenta de a sociedade deixar-se ler ou perceber, caracterizando a sociedade brasileira como única.



pois segundo Durkheim os fatos sociais, que dizem respeito aos comportamentos sociais, são fruto de uma coerção externa às consciências individuais, sendo algo imposto pela coletividade e uma das regras centrais do método sociológico seria tratar estes fatos como ‘coisas’, de forma que não haja envolvimento afetivo ou emocional do sociólogo com seu objeto de estudo. Ver: DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico, 1974.

O que pretendo apresentar com esta breve descrição da minha trajetória e identificação com o objeto de pesquisa é que esta escolha, muitas vezes, está relacionada ao universo de valores do pesquisador e, por este motivo, é preciso que tornemos este aspecto, através de uma constante vigilância epistemológica, um fator de colaboração em relação à nossa análise. Outro aspecto que tenho percebido é a pertinência de entendermos a sociedade brasileira em profunda associação com as sociabilidades culturais que o futebol possui. Enquanto esta expressão coletiva for interpretada sob a perspectiva unilateral que o compreende como um fenômeno social alienante, estaremos jogando fora valores sociologicamente interpretáveis reveladores da sociedade brasileira em termos de suas peculiaridades simbólicas, produzidas no dia-a-dia, por meio das práticas cotidianas dos seus diversos atores.

1.2 - DELIMITANDO E PROBLEMATIZANDO

Esta pesquisa, que trata da relação entre políticas públicas e esporte na cidade de Fortaleza, diz respeito a uma temática que muito já se tem pesquisado e debatido, principalmente em relação ao futebol como ‘estratégia’ para atingir determinadas metas sociais. Sabemos que estas políticas contemplam várias modalidades esportivas em relação à execução das suas atividades, mas nesta pesquisa o que pretendemos observar é como o futebol é apropriado por estes programas e como as comunidades alvo destes projetos ressignificam as ações do Estado. Desta forma, nos parece viável começarmos apresentando parte do histórico de realizações da prefeitura de Fortaleza no que diz respeito às suas ações no plano do esporte e lazer, especificamente tendo como referências os projetos desenvolvidos na região composta por cinco bairros, denominada de Grande Bom Jardim².

²O Grande Bom Jardim é formado pelos bairros: Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira e Bom Jardim, e uma população total de aproximadamente 205.000 habitantes (Fonte: Fundação IBGE – Cálculos: SEPLA – PMF – FORTALEZA EM NÚMEROS, 2009)

Um discurso bastante presente na atual gestão da Prefeitura de Fortaleza diz respeito ao desenvolvimento sustentável³ e à busca de diálogo com a população por meio dos orçamentos participativos⁴. Levando em consideração esses aspectos, próprios da atual gestão municipal, observamos que no Grande Bom Jardim o esporte tem sido alvo de políticas sociais que, segundo os discursos institucionais, constitui um dos ‘eixos de desenvolvimento social e cidadania’. Um dos temas presente nas discussões do Orçamento Participativo dentre as organizações populares da região do Grande Bom Jardim⁵, além dos programas para a juventude que trabalham o esporte e o lazer de forma bem variada⁶, é o futebol. Um exemplo claro em relação a essa questão diz respeito às constantes reivindicações pela reforma do estádio do Bom Jardim, na Granja Lisboa que vem estendendo-se desde as primeiras reuniões do Orçamento Participativo do ano de 2005⁷. Em 2007 tínhamos o andamento das obras do ginásio poliesportivo junto à Escola Manuel Malveira Maia, que faz parte do projeto intitulado ‘Jardim Brincante⁸’, pois também neste

³ Segundo a prefeitura de Fortaleza, o desenvolvimento sustentável é estimulado através da Célula de Economia Solidária que tem o objetivo de contribuir com a promoção de políticas públicas voltadas ao apoio às iniciativas e manifestações da economia solidária, de forma a fortalecer as potencialidades e capacidades econômicas das comunidades.

⁴ De acordo com a prefeitura de Fortaleza, o Orçamento Participativo (OP) começou na capital cearense, em 2005, por iniciativa da gestão da Prefeita Luizianne Lins. Desde então, esse mecanismo contribui para a formação cidadã e abre espaço para que a população exerça o controle social sobre as ações do poder público. No OP, é a população quem define como será a aplicação dos recursos em obras e serviços. Nesse sentido, a comunidade e a Prefeitura compartilham decisões, recursos, experiências e responsabilidades. Hoje, a cidade vivencia transformações possibilitadas pela participação popular, pois demandas históricas das comunidades, como construção de moradias, postos de saúde e escolas, estão sendo priorizadas.

⁵ Inclui o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Dlis), que congrega 72 entidades, e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável da região - composto por 255 moradores - trabalham de maneira articulada.

⁶ O Programa Juventude em Férias, que leva música e outras atividades culturais aos bairros da cidade através da prefeitura de Fortaleza, tem como uma de suas realizações as colônias de férias que tem a região composta pela Secretaria Executiva Regional V (SER) como alvo de muitas políticas públicas para a juventude.

⁷ Em 2005, umas das reivindicações dos moradores do Grande Bom Jardim no Orçamento Participativo foi a transformação do estádio da Granja Lisboa em um espaço para esporte, cultura e lazer.

⁸ Segundo a prefeitura de Fortaleza, O eixo Arte e Entretenimento aponta como desafio ‘descobrir a arte, fazer arte e viver da arte. Para o projeto ‘Jardim Brincante’ foram priorizados os projetos ‘Skate Park’ e ‘Biblioteca de Revistas e Jornais’, que também ainda não estão acontecendo, incluindo as primeiras obras demandas pelo OP, como a construção do Ginásio, anexo à Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (Emeif) Manuel Malveira Maia e Estádio do Bom Jardim, na Granja Lisboa.

ano percebemos que o foco de muitas reivindicações⁹ por parte das organizações populares no Grande Bom Jardim tem sido a criação de políticas públicas para a juventude e, dentre estas, encontramos o esporte.

Com esteio nestas informações em relação às ações da Prefeitura de Fortaleza relativa às políticas públicas, observamos que o esporte é uma ‘bandeira’ tanto de reivindicação por parte dos moradores quanto de ações e projetos da Prefeitura. Os discursos sobre ‘a importância do esporte para a qualidade de vida da população e resgate de jovens marginalizados’ soam de forma insistente. Quais os interesses que se encontram implícitos nestas falas? Como se caracterizam as relações entre os diversos atores que compõem este universo formado pelas políticas de esporte e lazer nas comunidades?

Uma das reflexões centrais que estruturam a problemática da nossa pesquisa diz respeito à forma pela qual os moradores das comunidades alvo destas políticas, principalmente os jovens, ressignificam e dão sentido a estas ‘estratégias’ de atuação e controle social por meio do esporte. Quais os interesses que existem em meio às reivindicações da comunidade em relação ao esporte? A escolha do esporte como objeto de política social é fruto de uma relação entre prefeitura e comunidades. Por mais estratégico que seja a elaboração de políticas superficiais às comunidades carentes, a forma pela qual os moradores se apropriam destas ações encontram-se repletas também de interesses e resistências que com base no trabalho de campo desenvolvido, e com suporte nas categorias de análise aqui referidas, nos possibilitaram reflexão teórica mais aprofundada.

⁹ Segundo a prefeitura, em 2006 a Secretaria Executiva Regional-V convidou representantes de ligas esportivas e a comunidade do Grande Bom Jardim para definir a melhor forma de administração do estádio no bairro que estava sendo reformado. O encontro envolveu a participação de agentes da SER V, atletas, comerciantes, estudantes da rede pública e comunidade de um modo geral. O coordenador da Célula de Esporte e Lazer da SER V, Flávio França, explicou que o objetivo do seminário era reunir a comunidade para discutir e propor uma maneira de gerenciamento compartilhado do estádio.



**ESCOLINHA DE FUTEBOL NO
ESTÁDIO DO BOM JARDIM** – (Foto:
Silvana Tarelho)

Em uma de nossas visitas ao Grande Bom Jardim¹⁰, tivemos a oportunidade de conhecer a Liga Desportiva da Tríplice Aliança que é responsável pela gestão e organização de eventos esportivos nos bairros que compõem o Grande Bom Jardim. Quando chegamos à Liga Desportiva, fomos recebidos pelo presidente, Sr. José Lisboa da Silva. Apresentamo-nos como pesquisadores e explicamos qual o propósito em estarmos lá. Deixamos Sr. José Lisboa à vontade para falar sobre o trabalho da Liga Desportiva Tríplice Aliança e sua relação com o esporte no Grande Bom Jardim. José Lisboa nos relatou, primeiramente, o significado do nome atribuído à Liga: ‘Tríplice Aliança’, segundo o qual este nome foi dado pelo fato de essa instituição ser responsável por três bairros que compõem o Grande Bom Jardim: Parque Santo Amaro, Parque Santa Cecília e Granja Lisboa¹¹.

¹⁰ Visita à Liga Desportiva da Tríplice Aliança (Rua Oscar Araripe, n. 1017) Realizada com o presidente Sr. José Lisboa da Silva.

¹¹Embora oficialmente o Grande Bom Jardim seja composto pelos cinco bairros referidos, a história específica de cada um, registrada na memória da coletividade, atribui nomes específicos a determinadas áreas dos bairros cuja identificação, embora não reconhecida pela Prefeitura, opera como referência identitária, emprestando-lhes a identificação dos moradores como um bairro, como é o caso do Parque Santa Cecília, Parque Santo Amaro, entre outros tantos existentes na Região. Cf. Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim. (GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS. *Diagnóstico Sócio Participativo – Grande Bom Jardim, 2004.*)



CARTAZES DIVULGANDO OS CAMPEONATOS DE FUTEBOL NOS BAIRROS DO GBJ.

José Lisboa relatou que a Liga é responsável pela organização de eventos esportivos, associação de atletas e times de futebol. As principais modalidades utilizadas nos projetos são o ciclismo, o atletismo e o futebol. Mas pelo fato de estar sempre faltando verbas para financiar eventos e por ter maior aceitação por grande parte da população, José Lisboa afirmou que o futebol acaba sendo o esporte que movimenta a maioria dos eventos esportivos no Grande Bom Jardim, segundo José Lisboa: “[...] é caro fazer um evento de atletismo, porque custa uns R\$ 3000, 00, com este dinheiro se mantém o futebol uns seis meses”.

Em relação ao ciclismo no Grande Bom Jardim, José Lisboa relatou que esta modalidade possui um custo muito alto para realizar eventos, pois segundo ele o Grande Bom Jardim é considerado um bairro com pessoas de baixo poder aquisitivo. José Lisboa nos relatou que, em relação ao futebol, mesmo com poucas verbas, basta uma bola e um campo de várzea para a população ‘fazer a festa!’. Ele apresentou alguns dados relacionados à organização do futebol pela Liga e mostrou que existem em média 60 times cadastrados na Liga Desportiva e aproximadamente 10 campos de várzea naquela região. Segundo ele, cada campo de várzea é administrado por um time de futebol.

Sr. José relatou sobre o quanto o Grande Bom Jardim é carente do ponto de vista de quadras esportivas, pois, segundo o mesmo, as quadras que existem na Granja Lisboa são aquelas presentes nas escolas onde somente os alunos podem utilizá-las para o lazer, assim a prática nos campos de várzea fica mais fortalecida devido ao grande contingente de terrenos baldios que ainda existem no bairro. Sr. José relatou que quando o dono do terreno baldio dá permissão à prática do futebol ou quando o dono não toma conhecimento dos jogos, é possível utilizar esses campos. José Lisboa relata que o Grande Bom Jardim é um bairro bastante marginalizado e acredita que ‘se o futebol for trabalhado seriamente se pode melhorar muito esse quadro de marginalidade’, pois segundo o mesmo não adianta apenas organizar torneios de futebol e querer que as crianças e jovens saiam da marginalidade, mas é preciso um ‘acompanhamento mais sério desde a família’.

Também a partir desta fala apresentada pelo Sr. José Lisboa, poderemos trazer uma série de questões introdutórias para refletirmos sobre a problemática desta pesquisa. Sabemos que este universo formado pelo futebol no Grande Bom Jardim encontra-se repleto de disputas e relações de poder, de forma que cada agente social encontra-se munido por um repertório de compreensões. Em relação ao esporte na comunidade do Grande Bom Jardim, sabemos que surgem diversos discursos que procuram apresentar uma definição do que possa ser o futebol e qual seu papel. Os discursos relativos ao esporte enquanto instrumento de inclusão social são frequentes. Sr. José Lisboa, enquanto um dos agentes sociais que compõe este universo, trás um discurso que tanto reproduz jargões quanto também reflete interesses e visões de mundo específicas.

A compreensão de que um ‘bairro marginalizado’ precisa do esporte para a melhoria dos jovens diz respeito a um jargão tanto posto pelas instituições que promovem as políticas quanto pelos agentes comunitários que lidam com o futebol. Nesta relação dialética entre Estado e comunidades percebemos que, por mais que estes projetos tenham um caráter de paliativos superficiais à população, entendemos que aqueles que se apropriam destas políticas reproduzem discursos não simplesmente na condição de manipulados, mas com interesses específicos para se promoverem e imporem uma definição do que é o esporte e qual sua ‘função social’.

Esta pesquisa aborda o futebol como uma prática social significativa e reveladora de aspectos sociais riquíssimos e que podem ser compreendidos a partir da observação de uma política pública que foi implantada e gerenciada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, denominada de PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade). Esta política pública foi implementada por intermédio da prefeitura de Fortaleza, no bairro Bom Jardim, pois as obras do estádio de futebol do bairro foram concluídas e o início do projeto foi a partir de Agosto 2009. Segundo o Ministério do Esporte,

O programa (PELC) visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Ainda segundo o Ministério,

O Programa está organizado em dois conjuntos de ações, a primeira dessas duas está voltada para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade e que possui duas ações: a primeira envolvendo todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e a segunda ação específica para atendimento da faixa etária a partir de 45 anos denominado Vida Saudável, ambas voltadas para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de estado que viabilize e garanta o acesso da população brasileira a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social, tendo, ainda nesse conjunto, uma ação para fomento e difusão de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer¹².

A partir de alguns dados previamente analisados, abordamos aspectos importantes em relação à aceitação do futebol nos bairros que compõem o Grande Bom Jardim. É significativo o número de campos de várzea e de praticantes do futebol na região, ou seja, mais de 30% da população do Grande Bom Jardim considera o futebol como sua prática de

¹² Orientações para implementar o Programa Esporte e Lazer da Cidade; Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares, 2008. Ver bibliografia.

lazer preferida. Em relação aos equipamentos de lazer, encontramos 46 campos de várzea, tendo em média nove campos por bairro¹³. Desta forma, pesquisamos o PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) iniciado no estádio do Bom Jardim, desde Agosto de 2009, buscando apreender o universo de práticas e relações e, com isto, compreender de que forma essa política pública foi apropriada ou ressignificada pelos moradores, principalmente pelo público jovem praticante dessa modalidade esportiva.



AMPLIAR  Avenida Oscar Araripe¹⁴ (Foto: Evilázio Bezerra)

Ao nos referirmos à relação tensa entre políticas públicas e comunidades, estamos nos referindo a este constante jogo dialógico, exercitado não sem conflitos, entre as propostas do Estado e a forma pela qual as comunidades se apropriam destas ações. Sabemos que as políticas públicas muitas vezes não ocorrem exatamente como suas diretrizes propõem. Neste universo de relações de poder, o Estado, por meio de seus

¹³ - Pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) da UECE em parceria com o CDVHS; onde se fez um levantamento geral a respeito dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, buscando compreender as peculiaridades de cada localidade. Ver: bibliografia. GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS. *Diagnóstico Sócio Participativo – Grande Bom Jardim, 2004.*

¹⁴ Avenida Oscar Araripe, via mais movimentada do Bom Jardim, concentra comércio, igrejas, escolas, equipamentos de cultura e casas residenciais.

discursos de inclusão e de melhoria da qualidade de vida das comunidades, pode gerar uma série de resistências e interesses que somente a relação entre teoria e empiria nos ajudará a perceber o sentido que os agentes sociais que vivem nas comunidades, principalmente os jovens, atribuem a esta política mediante os significados de suas falas, gestos e ações.

E em relação às políticas públicas, a partir das considerações de Miguel Abad (2008), existem duas dimensões de políticas públicas sociais, que são as de caráter generalista e as ações de caráter focalista. Estas duas formas surgem como opção para funcionar tanto como estratégias de investimento e retorno para o próprio Estado, como para atender demandas urgentes, ou seja, para garantir a chamada governabilidade. Estas políticas tanto podem reiterar práticas conservadoras como também enfatizar políticas sociais. Expressam a disputa de interesses entre grupos e classes sociais e acabam permanecendo no plano assistencialista, sob uma ótica seletiva e assistencial, ou seja, voltadas somente aos pobres e não atingem mudanças significativas.



Fortaleza passa, atualmente, por um intenso processo de extinção dos seus campos de várzea que estão sendo substituídos por prédios, favelas, conjuntos habitacionais e repartições públicas. Nas décadas de 1950 a 1970, não somente no Ceará como em todo o Brasil, havia grande quantidade de campos de várzea. Com passar do tempo, na medida em que a população de Fortaleza foi crescendo, os campos de várzea foram diminuindo. Entendemos por campos de várzea, espaços improvisados, na maioria das vezes terrenos baldios, de forma que os indivíduos se apropriam deles, os transformam e os ressignificam

por meio da prática do futebol. Assim posto, embora a Cidade tenha sofrido mudanças na ocupação do seu espaço urbano, redundando na diminuição dos seus campos de várzea e de outros espaços livres, no Grande Bom Jardim ainda permanece um número expressivo desses espaços, sobretudo dos campos de várzea:

TABELA: EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER NO GBJ

INDICADOR	TOTAL	CANINDEZINHO	GRANJA LISBOA	GRANJA PORTUGAL	BOM JARDIM	SIQUEIRA
ESTÁDIO	1		1		-	-
CAMPO DE VÁRZEA	46	3	8	17	10	8
CAMPO SOCIETY	14	2	5	3	3	1
QUADRA ESPORTIVA	6	2	1	3	-	-
TIME DE FUTEBOL	3	1	1	2	-	-
SEDE DE TIME	4	1	1	2	-	-

FONTE: DIAGNÓSTICO SÓCIOPARTICIPATIVO GPDU/ CDVHS, 2004.

Assim, levando em consideração que a prática do futebol, desde o seu intenso processo de popularização na sociedade brasileira, encontra-se repleta de valores sociais, temos como proposta observar a política pública: PELC, que tem o futebol como um dos veículos para atingir suas metas. Sabendo que no Grande Bom Jardim a prática do futebol é bastante intensa, procuraremos adentrar a esse universo de relações na busca de uma compreensão mais detalhada de como ocorre o ‘diálogo’ entre esta política pública e, principalmente, os jovens do Grande Bom Jardim.

Um dos autores centrais na nossa pesquisa é o antropólogo Roberto DaMatta (1994). Seus estudos evocam a concepção de dramas sociais na qual emerge o futebol como produtor de dramas. O drama social é uma categoria de análise que trata de sociabilidades que tanto podem revelar quanto podem esconder em relação a aspectos íntimos da sociedade brasileira. Segundo DaMatta, a identificação e o apego para com o futebol por parte da sociedade brasileira nos traz, de forma velada, um drama por justiça social, pelo

fato de o futebol possibilitar também, apesar das suas disparidades e conflitos, possibilidades de se vivenciar uma realidade diferente.

Uma das principais diretrizes que compõe o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) diz respeito ao ‘Fomento e difusão da cultura local’. Segundo as diretrizes, também é objetivo do Programa Esporte e Lazer da Cidade: “Fomentar a ressignificação dos espaços esportivos e de lazer que atendam as características das políticas sociais de esporte e lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural/regional”.

Desta forma, podemos considerar que esta problemática de pesquisa está relacionada ao ‘diálogo’ que a prefeitura de Fortaleza estabelece com a comunidade do Bom Jardim, principalmente a juventude, ao implementar o PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) principalmente no que diz respeito às atividades que envolvam o futebol. De forma que pretendemos observar parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), atendo-se principalmente à diretriz voltada ao Fomento e difusão da cultura local e seu confronto com as ações coletivas, percepções e modelos de apropriação da comunidade do Bom Jardim. Ou seja, como a comunidade, principalmente o público jovem, do Grande Bom Jardim, ao se apropriar desta política pública, percebe, ‘reage’ ou ressignifica estas ações do programa.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O 1º capítulo, intitulado – Percurso teórico-metodológico: a importância do inaudito na pesquisa de campo - procuramos apresentar os primeiros contatos com o campo de pesquisa e, com base nas primeiras informações e observações, construímos indagações visando a melhor problematizar e delimitar o nosso objeto de estudo. Uma das questões centrais deste capítulo diz respeito a uma discussão sobre metodologia, dialogando com os teóricos centrais para esta análise e especificação do olhar que procuramos por em prática em relação às sociabilidades que giram em torno do futebol nas comunidades do Grande Bom Jardim.

Em relação ao 2º capítulo deste trabalho de pesquisa – Teoria do processo civilizador: reflexões sobre o Estado brasileiro a partir do futebol - apresentaremos uma

análise de caráter mais teórico valendo-se de Norbert Elias (1990) e Roberto DaMatta (1994) para refletirmos sobre cidadania, com esteio na teoria do processo civilizador. Reflexões relacionadas às políticas públicas na contemporaneidade também serão apresentadas. E em relação ao tema relativo à cidadania brasileira, sabemos que o mesmo perpassa todos os capítulos desta dissertação, mesmo quando analisamos aspectos mais voltados ao cotidiano dos atores do bairro Grande Bom Jardim. Este capítulo, mesmo apresentando um caráter mais teórico, não diz respeito a uma conclusão fechada sobre cidadania e políticas públicas no Brasil, mas questionamentos e reflexões levantadas a partir da relação entre teóricos e o nosso conteúdo empírico.

Em relação ao 3º capítulo - Estádio José Valmir Jorge: a história do estádio a partir dos moradores do Bom Jardim - apresentamos a oralidade dos moradores no que diz respeito à história do nascimento do estádio do Bom Jardim, de forma que procuraremos dar ênfase às narrativas e aos discursos do cotidiano, entendendo estas falas como maneiras de atribuir sentido aos lugares da comunidade. As relações de poder e a violência que se manifestam no plano simbólico, por meio do processo de criminalização ou normatização das relações, também serão apresentadas a partir das manifestações no estádio.

Já no 4º capítulo – Estagiários do PELC e jovens do Bom Jardim: os campos de várzea como ‘ponto de encontro’ - apresentamos a relação entre estagiários e os jovens participantes do PELC, de forma que destacaremos de que maneira ocorreu o ‘encontro’ entre duas realidades díspares, ao identificarmos, de um lado, os estagiários não somente como representantes do Estado, mas como pessoas que possuem interesses, desejos, vontades e dificuldades frente ao Programa e, por outro lado, jovens e adolescentes participantes da política pública, que muitas vezes resistem ao trabalho dos estagiários mesmo que de forma sutil, também como uma maneira de se ‘rebelar’ frente a projetos sociais muitas vezes executados de forma superficial e pouco participativa em todas as etapas de sua gestão.

CAPÍTULO 1 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A importância do ‘inaudito’ na pesquisa de campo.

O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...

(Certeau, Giard e Mayol)

Apresentaremos neste capítulo nossa vivência em relação à pesquisa de campo, procurando também levantar uma discussão sobre pesquisa. Sabemos que muito já foi dito, discutido e debatido em torno da questão que trata da relação entre ciências sociais e metodologias de pesquisa. Na verdade, através da apresentação de um dos nossos relatórios de campo, estamos também interessados em entender este processo de mudança pelo qual as ciências sociais vêm passando no sentido de cada vez mais esta área do conhecimento estar desvencilhando-se de uma perspectiva determinista, perspectiva esta que esteve sempre voltada às ‘grandes’ discussões teóricas e que desconsiderou durante muito tempo o mundo vivido dos agentes no cotidiano.

A incorporação dos recursos antropológicos por parte da Sociologia, em relação a uma maior preocupação com a pesquisa de campo, nos faz adentrar em uma rica discussão que diz respeito à percepção que o pesquisador pode ter dos detalhes, ações, falas, gestos que só podem ser apreendidos por meio do contato direto com os agentes sociais. A riqueza das práticas do homem do dia-a-dia, ou do homem comum como denomina Michel de Certeau¹, está relacionada a uma complexidade de atitudes, atitudes que tanto pode revelar quanto pode esconder significações sociais. Como

¹ Muitas vezes quando se discute o tema futebol na universidade, principalmente como objeto de estudo, é considerado por muitos como um assunto irrelevante, principalmente para aqueles que consideram a sociedade como um campo de conspiração no qual as elites, apoiando-se nas ‘artimanhas’ do capital, a todo o momento elabora formas de controle social maquiadas pela lógica das ‘políticas do pão e circo’. Acreditamos que, para além desta perspectiva de análise, pensar o futebol, no contexto brasileiro, possibilita também uma reflexão mais profunda no que diz respeito a práticas culturais ou manifestações cotidianas (CERTEAU, 2008). Através deste olhar voltado às práticas, o cotidiano é visto como campo repleto de manifestações. Michel de Certeau pensa estas relações dando ênfase à complexidade que existe na ação ou prática do homem ordinário (homem da rua ou homem comum) que através de sua maneira astuciosa (táticas de invenção no espaço; criador de artimanhas, de embates) diante das instituições, estratégias ou ações próprias do ‘dominador’, recria o cotidiano através destas práticas de vida, deixando transparecer seus desejos e sonhos (CERTEAU, 2008).

podemos lidar com estas práticas, ações e relações repletas de sentido, existentes nos diversos contextos sociais, ao estarmos na ‘missão’ de pesquisadores?

Sabemos que os fenômenos sociais, ‘desvelados’ ou ‘velados’ em práticas, atitudes, relações ou ‘omissões’, não acontecem por acaso. O ‘estar lá’, ou seja, o ‘envolver-se’ diretamente com os atores passa a ser pensado como condição indispensável à compreensão desta ambigüidade que traz as manifestações e relações sociais.

Quando apresentamos este aspecto ambíguo intrínseco às relações sociais, estamos nos referindo justamente às discussões que tanto a sociologia Weberiana quanto a Fenomenologia já nos mostrou como sendo aquilo que está em ‘evidência’ ou a objetivação humana através dos ‘fenômenos’, no sentido de que as relações sociais revelam-se como fenômenos e estes tanto mostram quanto escondem seu ‘verdadeiro’ sentido. A preocupação com os detalhes e sutilezas presentes nas práticas e relações sociais pode nos auxiliar neste processo de compreensão deste cotidiano permeado por ambigüidades e complexidades que pretendemos estudar.

Levantamos estas questões teórico-metodológicas iniciais no sentido de procurarmos relacioná-las com a pesquisa de campo, principalmente em relação à primeira entrevista pertencente à fase exploratória do estudo. Este capítulo está relacionado a uma reflexão sobre uma perspectiva metodológica importante para a pesquisa social, que, sem excluir as teorias, tenta reelaborar as questões teóricas através do olhar em campo, atendo-se aos detalhes também como recurso de percepção das hierarquias, relações de poder e conflitos existentes nas relações.

2.1- O GRANDE BOM JARDIM: UM BREVE HISTÓRICO.

A ocupação e o povoamento do estado do Ceará estão intimamente relacionados à história de seus ciclos econômicos, de forma que o início deste processo de ocupação se deu um século depois da invasão portuguesa no Brasil. Segundo as informações históricas contidas no Diagnóstico Participativo do Bom Jardim (GPDU –

UECE)², a migração, que se deu principalmente a partir do ciclo econômico do algodão, foi um importante fenômeno da ocupação do solo cearense. Assim, podemos considerar que foi o desenvolvimento produtivo do cultivo do algodão que impulsionou a cidade de Fortaleza a tornar-se com feições de uma capital e a atrair grupos com força política e econômica.

É importante considerarmos este contexto histórico relativo ao começo do século XX devido à importância e significado que teve a consolidação da República Federativa do Brasil no sentido de percebermos a importância dada ao desenvolvimento econômico do País neste contexto. O Estado passou a implementar políticas públicas que tinham como foco somente o campo industrial e urbano. Desta forma, a ausência da esfera pública e as constantes secas no interior do Nordeste brasileiro acabaram ocasionando um amplo processo migratório do campo para os grandes centros urbanos do País.

Neste contexto de grandes migrações, a cidade de Fortaleza, que também foi um produto da implementação destas políticas de apoio industrial e urbano, foi palco, sobretudo a partir de 1950, de uma demanda populacional advinda do interior do estado, de forma que na década de 1960 este contingente passou a ser mais expressivo. Como estamos percebendo, o fenômeno do êxodo rural colaborou de forma decisiva para o aumento populacional da cidade de Fortaleza, de forma que o Grande Bom Jardim, já no início do século XX, era considerado uma região de grandes propriedades rurais privadas, sendo uma característica desta ocupação do território cearense. Este aspecto demonstra que a cultura agrária foi uma característica marcante em relação à formação da população de Fortaleza, pois a maioria destas pessoas era vinda do interior do estado como resultado de um processo migratório que assolou o interior devido a fatores políticos e climáticos.

² Grupo Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) da UECE em parceria com o CDVHS; onde se fez um levantamento geral a respeito dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, buscando compreender as peculiaridades de cada localidade.

A fazenda Boa Vista, que faz parte da história do Grande Bom Jardim, desenvolveu uma cultura típica de pequenas unidades rurais e agregadas, de forma que a atividade econômica destas fazendas estava relacionada à criação de gado e à agricultura de subsistência. Segundo a fala de alguns moradores, relatos colhidos pelos pesquisadores do GPDU – UECE, a fazenda era agradável com muito mato no local e com um acesso precário ao centro da Cidade. No ano de 1969, só existia uma linha de ônibus para aquela comunidade e que os ônibus faziam apenas três viagens por dia ao centro da Cidade. Outro elemento que faz parte da história de nascimento do Grande Bom Jardim foi o rio Maranguapinho, conhecido pelos moradores como Siqueira/Maranguapinho, que tem sido bastante poluído tanto pelas indústrias que se encontram no seu entrono quanto pelo processo de ocupação desordenada a que vem sendo submetida à região. (GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS, 2004)

Segundo as informações colhidas, também que nesta região do Grande Bom Jardim havia índios que, além da atividade agrícola, viviam do artesanato, retirando da natureza os seus instrumentos para o trabalho. Muitos afirmam que esta população indígena tenha se miscigenado aos demais moradores que ocuparam aquele lugar. É importante ressaltarmos que existem pistas investigativas em relação à influência da cultura indígena no Grande Bom Jardim como, por exemplo, artefatos de barro e coco que se encontram em comunidades específicas da região, de forma que moradores também especulam que o próprio nome atribuído ao bairro Siqueira pode ter sido de origem indígena. (GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS, 2004)

Ainda considerando a pesquisa do GPDU, moradores antigos desta região afirmam que os habitantes desta localidade moravam em casas de taipa e criavam animais (como gados, cavalos etc.), como é possível encontrarmos atualmente, nos revelando aspectos e espaços com características rurais principalmente nos bairros Siqueira e Granja Lisboa.

Assim, a partir de 1950, as terras das fazendas passaram a ser vendidas, pois as famílias dos proprietários resolveram realizar a partilha dos seus bens, de forma que a venda destas terras coincidiu com a chegada dos retirantes sertanejos e estes lotes eram a preços acessíveis. Assim, de acordo com BARREIRA (1996), entre os anos de 1950 e

1960 a Cidade de Fortaleza passou a ter um crescimento populacional de quase 100% resultando em núcleos completamente desprovidos de infra-estrutura básica e espalhados pela periferia da Cidade. E mesmo com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) não foi possível evitar os problemas urbanos. Segundo Clélio Campolina Diniz³,

As experiências de industrialização substitutiva de importações, aceleradas pelos estrangulamentos externos provocados pelas duas guerras mundiais e pela crise de 1929, a tomada de consciência da situação de atraso relativo da América Latina, a sistematização teórica e empírica realizada pela CEPAL, enfatizaram a importância dos planos de desenvolvimento nacionais, com ênfase na industrialização e na construção da infra-estrutura. De forma semelhante, a observação de que haviam amplas regiões estagnadas dentro dos maiores países, levou vários governos a assimilar as experiências internacionais, criando instituições ou definindo programas de desenvolvimento regional. No Brasil, são exemplos a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e da Cia. Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), na década de 1940, a posterior criação da SUDENE e da SUDAM e os planos de desenvolvimento para o Nordeste e Norte. Na América Latina, o programa de desenvolvimento da Guayana venezuelana, os programas de bacias hidrográficas e de fronteira no México, o plano para a Patagônia na Argentina, ente outros. (DINIZ, p. 4, 2001)

Assim, as pessoas que vinham do interior do Estado colaboraram de forma significativa para o crescimento da população dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, principalmente aqueles atingidos pelo êxodo rural da grande estiagem ocorrida entre os anos de 1979 – 1984. De forma que se somou isto tudo ao não planejamento urbano e a escassez de políticas públicas que agissem no sentido de organizar este espaço urbano.

Hoje o Grande Bom Jardim é formado por cinco grandes e distintos bairros: Bom Jardim, Canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal. De acordo com o diagnóstico sócio participativo do Grande Bom Jardim, a nomeação destes bairros aconteceu conforme a relação dos primeiros moradores com a natureza, pessoas e fatos marcantes:

³ Professor Titular do Departamento de Economia e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Ver: A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL (2001).

O nome Bom Jardim adveio das áreas verdes da propriedade do senhor João Gentil; Granja Portugal, pela propriedade de um senhor de nacionalidade portuguesa, chamado José Portugal. Diziam que ele tinha uma granja. Então, ficou registrado bairro Granja Portugal; Canindezinho, pela analogia entre localidades que tinham como padroeiro São Francisco de Assis. Canindé há 120 km de Fortaleza, então, Canindé Grande, e uma localidade às margens da estrada General Osório de Paiva, denominada Canindé Pequeno. Assim, surgiu o nome Canindezinho. Siqueira, segundo relatos de moradores, presume-se que tenha uma origem indígena. (GPDU, p. 24, 2004).

De acordo com Censo do IBGE do ano de 2000, os bairros que compõem o Grande Bom Jardim têm as seguintes dimensões territoriais: Granja Lisboa 619,4 ha, Granja Portugal 362,5 ha, Canindezinho 337,5 ha, Siqueira 296,8 ha, Bom Jardim 253,1ha. E Segundo a Prefeitura Municipal de Fortaleza⁴, as fronteiras destes cinco bairros são:

Granja Lisboa: Norte: Conjunto Ceará II – AV. H; Sul: Bom Jardim e Siqueira – Avenida Urucutuba; Leste: Granja Portugal – Rua Virgílio Nogueira Paz – (Cel. Fabriciano) – Aires da Cunha; Oeste: Caucaia - Rua A.

Granja Portugal: Norte: Genibaú (Rua Democrata Gondim), Conjunto Ceará I e II – Av. H; Sul: Bom Jardim – Rua Nova Conquista; Leste: Bom Sucesso e Parque São José (Riacho Maranguapinho/Siqueira); Oeste: Granja Lisboa - Rua Virgílio Nogueira Paz – (Cel. Fabriciano) – Aires da Cunha.

Canindezinho: Norte: Riacho Maranguapinho/Siqueira - Parque São José (Tv. Pirajuí); Sul: Maracanaú – Rua Martins Lima; Leste: Manuel Sátiro, Conjunto Esperança, Parque Santa Rosa e Parque Presidente Vargas – Av. Cônego de Castro Alves; Oeste: Siqueira, Bom Jardim, Granja Bom Jardim - Av. Osório de Paiva.

Siqueira: Norte: Bom Jardim - Rua José Maurício; Sul: Maracanaú – rua Leandro Henrique e rua Guarapari; Leste: Canindezinho – Av. General Osório de Paiva,

⁴ FORTALEZA em Números: Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA, 2003.

segue Rua Nascimento até Rio Siqueira/Maranguapinho – fronteira com município de Maracanaú; Oeste: Granja Lisboa – Av. Urucutuba.

Bom Jardim: Norte: Granja Portugal - Rua Bom Jesus, segue Rua Samaria, Rua Nova Conquista; Leste: Canindezinho - Av. Gal. Osório de Paiva; Sul: Siqueira - Rua José Maurício, e Sítio Varjota; Oeste: Granja Lisboa - Av. Urucutuba e Av. Cel. Virgílio Nogueira.

2.2 – CONHECENDO MELHOR O PELC

Esta pesquisa diz respeito à forma pela qual a comunidade do Grande Bom Jardim ressignifica, dá sentido ou ‘reage’ às ações de uma política pública de esporte e lazer denominada: PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade), política esta idealizada pelo governo federal, sendo efetivada pela prefeitura de Fortaleza. Em relação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), é importante apresentarmos suas principais diretrizes e propostas. Segundo o programa, as ações estão organizadas em dois conjuntos os quais se estruturam em 14 ações inter-relacionadas e agrupadas em dois conjuntos:

O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Já, em relação ao segundo conjunto de ações, o Programa nos apresenta que:

O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. Para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva e para a viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio institucionais e internacionais, iniciativas fundamentais para a

definição de um modelo de gestão pública participativa e democrática defendido pelo Governo.

O programa está dividido em núcleos os quais compreendem: O PELC todas as faixa etárias (“O PELC atende a todas as faixas etárias, sem abrir mão do atendimento à pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realização de macros eventos de lazer”).

O PELC vida saudável (“visa implementar núcleos de atividades físicas , esportivas e de lazer a faixa etária a partir de 45 anos com vista à melhoria da qualidade de vida dessa população, sem abrir mão do atendimento a pessoas com deficiência e ou necessidades especiais, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realização de macros eventos de lazer”).

2.3 - ENTREVISTA OU CONVERSA INFORMAL? ESTRATÉGIAS E ARTIFÍCIOS DO PESQUISADOR.

Nos campos da observação, o acaso favorece apenas as mentes preparadas...

(Louis Pasteur)

A fase exploratória da pesquisa se deu no sentido de apreendermos os princípios básicos e gerais norteadores do programa PELC, pois o discurso institucional é um dos aspectos que analisamos. A primeira entrevista se deu no dia 07 de julho de 2009, às 11h30min na Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade – SECEL, onde entrevistamos um dos organizadores do projeto⁵.

⁵ Entrevista realizada no dia 07/07/09, às 11h30min, na Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL).

Em relação à ‘conversa’ que tivemos, foi possível perceber questões intrigantes que nos fizeram refletir bastante. O nosso entrevistado mostrou-se muito gentil e disposto a participar da entrevista, pois nossa intenção era saber algumas questões relativas, principalmente, à diretriz do Programa que está voltada ‘à valorização da cultura local da comunidade’ e também ao aspecto da ‘valorização dos espaços de lazer já existentes no bairro’. Segundo o entrevistado, em relação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, uma de suas diretrizes básicas para execução da política é o “Fomento e difusão da cultura local”⁶.

Quando iniciamos a entrevista, apresentamos de forma bem geral os tópicos norteadores das perguntas e logo o nosso entrevistado argumentou que seria melhor respondê-las observando as diretrizes no computador. Acreditamos que o fato de ter pedido para gravar a conversa, de certa forma, o ‘intimidou’ de maneira que logo depois ele dirigiu-se imediatamente ao computador, procurando, talvez, maior segurança em suas respostas. O fato de o mesmo responder as perguntas olhando as diretrizes no computador, a princípio, foi motivo de preocupação, pois pensamos no fato de as respostas serem ‘mecânicas’ demais e muito elaboradas, fazendo com que não houvesse espontaneidade e interação por parte do entrevistado.

Mas apesar de toda a elaboração do entrevistado em responder as perguntas, lendo literalmente as respostas através das diretrizes no texto do computador, observamos que não é possível sermos racionais por completo e os ‘desvios’ que cometemos em meio a esta racionalidade não devem ser deixados de lado por parte do pesquisador⁷.

⁶ Orientações para implementar o Programa Esporte e Lazer da Cidade; Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos interdisciplinares, 2008. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br>.

⁷ René Descartes (1596 – 1650), considerado o “pai do racionalismo moderno”, ao lançar as bases do pensamento científico racionalista na modernidade, certamente não pensou no conhecimento científico com a função de escravizar ou legitimar relações de poder entre os indivíduos como está acontecendo. Pois segundo o filósofo, o conhecimento próprio das faculdades cognitivas humanas, guiado pela razão, seria o verdadeiro caminho para o progresso e emancipação da humanidade. Sigmund Freud, ao descobrir que o homem é regido por forças que não são dominadas pela consciência, através da ‘descoberta’ do inconsciente, causa uma verdadeira revolução em relação à concepção racionalista e cartesiana do ‘penso, logo existo’ de Descartes.

Observamos algumas situações específicas que denominaremos aqui de indícios passíveis de serem interpretados, pois nos fizeram entender que pequenos gestos, atitudes ou omissões podem revelar questões grandiosas e mais significativas do que qualquer discurso bem elaborado ou racionalizado demais⁸.

Em uma dessas situações que nos chamaram atenção o entrevistado, ao referir-se à cultura local da comunidade, trocou a expressão ‘cultura local’ por ‘cultura corporal’. Apesar de a cultura corporal ser uma temática bastante atual em relação às teorias que compõe a educação física e reveladora de questões importantes no que diz respeito ao corpo e a cultura, este detalhe nos fez refletir sobre o quanto um ‘ato falho’ poderia nos revelar em relação à importância que estas políticas de esporte e lazer atribuem à realidade local das comunidades.

Uma discussão presente na atualidade, e que começou a ser construída a partir de novas concepções teóricas e estudos realizados por educadores físicos, diz respeito ao objeto de estudo da educação física como sendo a cultura corporal do movimento, ou seja, o movimento humano passa a ser visto como prática cultural influente nos processos de construção de identidades, valores ou símbolos culturais. A partir desta perspectiva, também defendida pela antropologia moderna de Clifford Geertz (1989), o corpo pode ser percebido como repleto de signos ou símbolos construídos no cotidiano e que estão intimamente relacionados às tradições culturais, políticas, relações de poder,

⁸ O conceito semiótico de cultura a partir de Geertz (1978) afirma que as culturas são passíveis de interpretação e para isso é preciso o conhecimento detalhado das peculiaridades de cada grupo e de suas relações sociais. A cultura, segundo Geertz, ‘é um contexto onde os processos podem ser descritos de forma inteligível, ou seja, com densidade. Assim, é possível pensar a cultura como um sistema entrelaçado de signos interpretáveis’ (GEERTZ, 1978, p. 24). Geertz considera que os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições, relações e processos são motivados por uma teia de significados, e cabe ao cientista social, através da perspectiva semiótica da cultura, interpretar estes significados. Assim, o conceito semiótico de cultura considera que, para que haja entendimento de determinadas práticas culturais, é preciso adentrar as peculiaridades e códigos de cada grupo, e a pesquisa etnográfica possibilita isso. Segundo Geertz: ”Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos com densidade”. (GEERTZ, 1978: 24). Considerando que os fenômenos sociais não acontecem por acaso, Geertz reforça que existem motivações diversas para que ocorram essas práticas sociais (motivações racionais, estruturadas pela tradição, de caráter afetivo etc.) assim, é preciso que o etnógrafo apreenda estes significados motivadores das relações sociais. Pois, não é reflexivo aceitar simplesmente as explicações sobre a cultura que trazem uma perspectiva estrutural, fundada em análises generalizantes, que não explicam, adequadamente, o mundo vivido dos agentes sociais e suas relações.

controle social, educação etc. Os gestos passam a ser vistos como repletos de linguagens e sentidos.

Assim, o que estes agentes do Estado entendem realmente por cultura local? Estes programas realmente estão voltados à realidade específica dos locais que serão implementados? A realidade da comunidade é levada em consideração? O que seria o 'inaudito' ou o 'não dito' nesta relação entre políticas sociais e comunidades? Como o conflito 'se apresenta' nestas relações de poder entre Estado e sociedade civil? As políticas públicas, enquanto formas de controle social, geram 'resistências', conflitos e apropriações. Como apreendê-las?

Outra situação específica, que também nos fez refletir bastante, foi o momento em que estávamos falando sobre o público alvo do Programa. Neste momento, o entrevistado falou sobre as faixas etárias contempladas pelo programa: "crianças, adolescentes, adultos e idosos"⁹. Para quem é bom observador deve ter percebido que foram esquecidos os jovens! Ficamos nos perguntando sobre qual a concepção de juventude que a política pública do PELC tem. Em relação à juventude do Bom Jardim, como os jovens são considerados pela política pública?

Outro aspecto que levamos em consideração em relação à pesquisa diz respeito aos campos de várzea como espaços repletos de sentido e valor simbólico para a comunidade do Bom Jardim. Em relação à entrevista, um dos questionamentos que fizemos estava justamente relacionado ao motivo pelo qual o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) considerou estes campos de várzea também como espaços para realização de atividades do programa, pois segundo o entrevistado três campos foram escolhidos para realizar as atividades esportivas do PELC.

⁹ Ao ser questionado sobre o público alvo da política o entrevistado nos falou que: "O PELC aqui de Fortaleza é o PELC de todas as faixas etárias, a gente atende desde as crianças passando pelos adolescentes, adultos e até os idosos. Nós estamos querendo contemplar todo esse público".



Este aspecto referente aos campos de várzea é um ponto crucial da pesquisa, pois os demais relatórios de campo foram realizados nestes espaços com o intuito de ‘apreender’ a forma pela qual a comunidade ressignifica as ações desta política pública. Desta forma levantamos alguns questionamentos no sentido de procurar entender tanto o que estes espaços improvisados pela comunidade podem revelar quanto podem ‘esconder’.

É importante problematizarmos estas ações comunitárias que se desdobram em ‘mobilizações’ no sentido de os moradores do Bom Jardim tomarem iniciativa e construïrem suas próprias áreas de lazer, pois além desta relação simplista e mecânica, relativa aos direitos e deveres, sabemos que conflitos e relações de poder existem implícitos nos discursos ‘a favor da cidadania’ presentes em nossas instituições.



CAMPO DE VÁRZEA: NOVO HORIZONTINO

Foi possível percebermos também que os campos de várzea podem revelar outras importantes questões da comunidade, pois estes espaços estão diminuindo devido aos problemas referentes à falta de moradia para grande parte das pessoas do Grande Bom Jardim. As ocupações constantes estão se dando justamente nestes espaços. Segundo o entrevistado: “Quando a gente fez o mapeamento desses locais, o que é que a gente achou em abundância na periferia? Campos! Apesar de já terem muitos campos que nós perdemos devido à questão da ocupação ilegal. Por que teve um tempo que foi muito difícil por que as pessoas estavam invadindo muitos campos de várzea pela questão da moradia. E os poucos campos que sobraram ainda são os grandes espaços de lazer das pessoas na periferia”.

Segundo o nosso entrevistado, a política do PELC tem o prazo de um ano para ser executada e um dos seus principais objetivos é que ao final do programa a comunidade tenha capacidade de auto-gestão, ou seja, sejam capazes de dar continuidade as ações de esporte e lazer na comunidade e que passem a cobrar do poder público não só esporte e lazer, mas os demais direitos sociais. Assim, é importante problematizarmos esse processo de construção de uma cultura de auto-gestão, pois essa cultura de auto-gestão não só depende das políticas sociais para enraizar-se. Desta forma, a partir da realidade concreta, é importante adentrarmos a esse processo de auto-gestão a partir da ‘lógica’ da própria comunidade. Ou seja, entendemos que a cultura

local opera de forma significativa neste processo social conflituoso ‘revelado’ através das políticas públicas.

Em relação ao principal objetivo do PELC, o professor colocou que: “É um programa que tem a intenção de causar um grande impacto na comunidade e mostrar que ela tem condições de se auto-gerenciar, se mobilizar, reagir. Não é só a atividade pela atividade, a gente mostra pra eles o quanto é importante o envolvimento nestas atividades e da exigência das condições de trabalho, melhorias do bairro, tudo isso a gente aborda. Não é por que a gente é do governo que a gente não vai incentivar a busca por melhores condições de vida, moradia. A gente faz esse debate construindo junto com eles uma melhor forma de o bairro crescer, não só pelas atividades, mas pela própria consciência crítica deles”.

Ainda segundo o coordenador: “a maior contribuição desse programa é mostrar que através do esporte eu posso incentivar a consciência crítica das pessoas. Ser um cidadão mais equilibrado e exigir mais do governo. A nossa idéia também é fazer com que o próprio bairro veja a importância de um projeto desses, por que a gente sabe que as políticas hoje são políticas de governo e não políticas de estado. E assim, futuramente com a mudança de governo possa ser que estas atividades possam acabar e o objetivo da gente é que as próprias pessoas da comunidade dêem continuidade ao programa através da auto-gestão, para que caso ocorra uma mudança de governo, eles possam assumir esse gerenciamento. A auto-organização comunitária. Eles mesmo gerenciando as atividades ou exigindo do poder público à manutenção da política”.



JOVENS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC – BOM JARDIM).

A partir das colocações do entrevistado, neste prazo de um ano, é preciso dar uma resposta em números ao governo federal, ou seja, é preciso que o programa tenha um número de no mínimo 6000 pessoas participando. Percebemos que a preocupação com os números é bastante evidente. O que os números escondem e o que eles revelam?

Em relação a esta meta nos foi passado que: "O projeto começou em julho deste ano e vai até julho do ano que vem. A gente precisa dar uma resposta ao governo federal em matéria quantitativa de participantes. Cada núcleo desses tem que atender no mínimo 400 pessoas, ou seja, são 400 pessoas por núcleos, são 10 núcleos, a gente vai ter que atender no mínimo, em um ano, 4000 pessoas! Até o final do programa a gente tem que atingir essa meta quantitativa. E indiretamente a gente ainda vai ter que atingir 2000 pessoas, mas o que quer dizer indiretamente: a gente vai tentar englobar, fora os nossos alunos regulares, ainda mais pessoas da comunidade em atividades específicas. Estamos com a previsão de sair de 10 núcleos para 22 até novembro".

2.4 – AS RELAÇÕES SOCIAIS E O CONFLITO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO.

*O popular é ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar...*¹⁰

(Marilena Chauí, p.123, 1986)

Estas questões apresentadas neste capítulo surgiram a partir de algumas reflexões que fazem parte da primeira fase da pesquisa de campo. Não estamos, através destas considerações iniciais, ‘fechando’ um padrão metodológico em relação a uma maneira correta de se realizar uma pesquisa. Pelo contrário, estamos procurando levantar questões em torno da forma de como lidar com a complexidade presente nas relações sociais. E podemos falar com firmeza que não se trata aqui de uma proposta voltada a um empirismo absoluto ou de uma teorização generalizante, pois como diria Marilena Chauí, apropriando-se de Merleau-Ponty, estas dimensões culturais ambíguas ‘somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo’ (CHAUÍ, 1986).

Recorrer aos detalhes presentes nas relações sociais e ‘recriá-los’ em confronto com as categorias sociológicas nos parece um complemento viável em relação ao trabalho de campo. Como ‘apreender’ esta teoria do/no cotidiano? Acreditamos que, ao tratarmos de questões humanas e sociais, existe um aspecto inerente às relações, aspecto este que denominamos de constante estado de conflito ou manifestação, ou como diria a

¹⁰ Segundo Marilena Chauí, “A ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que, como dizia Merleau Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo”.(CHAUÍ, p.123, 1986).

filosofia, um constante vir a ser. Este aspecto, também já discutido pela psicanálise e psicologia que se refere aos ‘conflitos internos do indivíduo’, mostra-se para as ciências sociais através das relações de poder. Seja ‘interno’ ou ‘externo’, acreditamos que o conflito é sempre algo inerente às relações humanas e sociais.

Esta constante busca ou manifestações conflituosas por parte dos atores sociais faz parte do conflito inerente às relações de poder, hierarquias, desejos e buscas. Ou como Norbert Elias (1995) já apresentou como sendo uma verdadeira ‘busca da excitação’. Neste caso, questionamos a idéia determinista de alienação, de forma que o cotidiano passa a ‘revelar-se’ como este espaço por excelência do homem comum ou, como diria Michel de Certeau (2008), de o homem ordinário objetivar seus anseios, táticas, resistências, apropriações (ou formas astutas de lidar no dia-a-dia).

Esta primeira etapa da pesquisa de campo suscitou estas questões iniciais também como forma de tratarmos deste conflito existente nas instituições sociais em uma sociedade tão hierárquica e desigual como a brasileira. O que encontra-se implícito nesta ‘revelação’ estatal tanto em relação às nossas instituições quanto em relação àqueles que das políticas se apropriam? Apropriação esta que consideramos astuta e até certo ponto ‘reflexiva’, pois neste processo de ‘luta’ travada no plano do senso comum toda atitude deve ser ‘calculada’ por ser uma questão de ‘sobrevivência’.

Em relação ao capítulo seguinte – Teoria do processo civilizador: reflexões sobre o Estado brasileiro a partir do futebol - apresentaremos uma análise de caráter mais teórico valendo-se de Norbert Elias (1990) e Roberto DaMatta (1994) para refletirmos sobre cidadania, com esteio na teoria do processo civilizador. Sabemos que o tema relativo à cidadania brasileira perpassa todos os capítulos desta dissertação, mesmo quando analisamos aspectos mais voltados ao cotidiano dos atores do bairro Grande Bom Jardim. Este capítulo, mesmo apresentando um caráter mais teórico, não diz respeito a uma conclusão fechada sobre cidadania no Brasil, mas questionamentos e reflexões levantadas a partir da relação entre teóricos e o nosso conteúdo empírico.

CAPÍTULO 2 - TEORIA DO PROCESSO CIVILIZADOR: Reflexões sobre o Estado brasileiro a partir do futebol.

[...] o povo assistiu bestializado à proclamação...

(Republicano Aristides Lobo – 1889)¹.

O processo civilizador teorizado por Norbert Elias (1995), ocorrido na Europa, especificamente na Inglaterra com o advento da Revolução Industrial, diz respeito a um conjunto de modificações ou mudanças sociais do ponto de vista da racionalização e burocratização das instituições, que tiveram os aspectos do ‘controle ou monopólio da violência’ e ‘a preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos’ como objetivos principais do Estado moderno. Neste contexto de mudanças intensas, o esporte surge como uma instituição moderna, trazendo estas características próprias que dizem respeito à sua regulamentação e organização mediante ‘regras detalhadas, diferenciadas e escritas explicitamente’.

Mas, em relação à sociedade brasileira, como pensar o seu processo de mudança social e o Estado nesta época? Trata-se de uma época compreendida entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Como se encontravam as instituições brasileiras e o andamento das relações sociais no Brasil? Como pensar a formação do Estado brasileiro e como se deu todo o processo de apropriação do futebol por parte da cultura brasileira? Ou seja, como este futebol, que surge em um contexto completamente diferente, passou a ser parte dessa nova cultura? Norbert Elias (1995) nos fala de um processo civilizatório ocorrido na Europa cuja ocorrência possibilitou elementos

¹ Segundo o historiador Florival Cáceres, em relação à proclamação da República no Brasil, a primeira frase clássica que nos vem à mente é esta do republicano Aristides Lobo, segundo o qual “o povo assistiu bestializado à proclamação”, pensando tratar-se de uma parada militar. Segundo Florival Cáceres, “o desconhecimento da população em relação ao que ocorria já nos dá um panorama da república que se instaurou. Um regime que excluía o povo, instalado através de um acontecimento inesperado, rápido e sem derramamento de sangue, puramente militar e em boa parte desvinculado do movimento civil republicano”. História do Brasil, Florival Cáceres. (CÁCERES, 1993).

teóricos e empíricos de referência para também pensarmos as especificidades da ‘formação’ do estado na sociedade brasileira. Já que o objeto de estudo deste capítulo está relacionado à reflexão sobre o estado brasileiro a partir das relações sociais que o futebol engendra, é importante darmos ênfase também às especificidades deste esporte como parte das manifestações culturais no Brasil.

O Futebol chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX, precisamente em 1895, trazido por um paulista filho de ingleses, conhecido por Charles Miller. Neste contexto histórico, o Brasil tinha acabado de abolir a escravidão, em 1888, e proclamado a República, em 15 de Novembro de 1889. O País encontrava-se com uma enorme quantidade de negros nos grandes centros urbanos em busca de emprego, sendo na maioria das vezes vítimas de preconceitos devido aos resquícios negativos da escravidão. A República é proclamada estando as massas populares em grande parte alheias ao processo. Neste período, vale destacar, o domínio das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que foi predominante por muito, por meio da alternância de candidatos na Presidência da República. (FAORO, 2001).

As diversas manifestações populares contrárias a esse sistema político da época nos mostram o quanto o autoritarismo, o coronelismo e a repressão foram características próprias do Estado brasileiro desde a sua formação. Manifestações como as greves do movimento operário e os movimentos sociais do campo, a exemplo de Canudos (1896 – 1897)² e Contestado (1912 – 1916)³, revelam o descontentamento quase que generalizado em relação ao Estado Nacional que servia exclusivamente aos latifundiários pertencentes à burguesia cafeeira.

² No Nordeste no final do século XIX, de novembro de 1896 a outubro de 1897, no sertão baiano, tínhamos de um lado os habitantes do Arraial de Canudos (jagunços, sertanejos pobres e miseráveis, fanáticos religiosos) liderados pelo beato Antônio Conselheiro. Do outro lado as tropas do governo Baiano com apoio dos militares enviados pelo governo federal. A Guerra de canudos pode ser considerada como um grande exemplo de luta e resistência das populações rurais marginalizadas do sertão nordestino no final do século XIX. Embora derrotados, mostraram que não aceitavam a situação de injustiça social que pairava na região. (CÁCERES, 1993).

³ Segundo Marcus Dezemone, a guerra santa do Contestado pode ser considerada como uma “Revolta camponesa ocorrida numa área entre o Paraná e Santa Catarina, sufocada por tropas estaduais e federais em 1916. Por serem expressos em referenciais religiosos, foram rotulados como movimentos de “reacionários” e “fanáticos”, tornando-se objeto da reprodução de visões pejorativas, depreciadoras, que acabaram por eliminar suas implicações políticas, negando o caráter de protesto social”. (DEZEMONE, 2002).

A análise desta época nos fornece questões importantes no que diz respeito à formação das nossas instituições, à forma de como o Estado brasileiro foi se ‘estruturando’ e a influência destas transformações, desde a segunda metade do século XIX, aos dias atuais. A partir de então podemos perceber a formação do Estado brasileiro como uma instituição distante dos indivíduos, uma verdadeira ‘abstração’ na qual as pessoas não se sentem como parte integrante deste Estado. Aspectos como a corrupção e o autoritarismo presentes nas instituições são marcas ainda existentes na sociedade brasileira. Devido a essas peculiaridades, é importante que sejamos cuidadosos ao tomar o processo civilizador de Norbert Elias (1995) como uma categoria explicativa para a realidade brasileira. A importância da teoria do processo civilizador e da gênese do desporto na modernidade para a nossa análise está justamente nas considerações precisas de como o Desporto moderno, principalmente o futebol, surge em um contexto racional e burocrático e passa a ser parte integrante de diversas outras culturas popularizando-se de forma significativa.

O Desporto que surge na Europa pode ser considerado como reflexo da construção de um Estado detentor de uma racionalidade explícita em relação ao monopólio da violência, através de regras de conduta e controle social. Já, em relação à sociedade brasileira, podemos pensar as nossas mudanças sociais como ainda em andamento, pois reivindicações sociais básicas ainda estão por ser concretizadas. O futebol, ao nosso caso, tem servido como uma instituição importante para pensarmos as peculiaridades da nação. Este desporto, devido a sua imensa capacidade de agregar e mobilizar as pessoas constituiu-se num verdadeiro ‘produtor de dramas sociais’ (DaMatta, 1994), ou seja, acaba refletindo os dramas e os dilemas da sociedade brasileira.

Segundo propõe DaMatta (1994), o futebol é um palco repleto de dramatização dos conflitos no Brasil. Desta forma, para se pensar a cultura, principalmente no Brasil, é indispensável que se tenha um entendimento mais detalhado a cerca dos Rituais criados e recriados em cada sociedade. Rituais estes que são entendidos como práticas, maneiras de pensar e agir através de um intenso processo de construção e desconstrução, criação e recriação dos indivíduos no sentido de vivenciarem momentos especiais ou diferentes do dia a dia. A partir desta perspectiva, pode-se considerar o futebol no Brasil como um verdadeiro Ritual.

Assim, em se tratando das análises sociológicas que versam sobre o fenômeno futebolístico, é possível perceber variações conceituais entre dois pólos: ou o futebol é considerado o ‘ópio do povo’ ou é tratado como um campo idealizado de relações democráticas através do encontro entre raças, não havendo conflito algum na sociedade brasileira. Roberto DaMatta (1994) é detentor de uma perspectiva teórica bastante inovadora, em relação ao futebol no Brasil, ao conceber este esporte como ‘produtor de dramas sociais’. (DAMATTA, 1994, p. 16-7). O futebol torna-se um palco repleto de significados sociais que se referem principalmente ao conflito em uma sociedade altamente hierárquica e autoritária.

Quando DaMatta (1994) apresenta o futebol no Brasil como uma instituição repleta de dramatizações sociais, é mostrado que esta enorme adesão ao futebol reflete também um drama por justiça social. Deste modo, as relações sociais, estruturadas a partir do futebol na sociedade brasileira, diferente de outras abordagens, acabam refletindo os dilemas de nossa sociedade.

3.1 - PROCESSO DE POPULARIZAÇÃO: AGORA TODOS PODEM JOGAR.

Charles Miller, após passar dez anos estudando na Inglaterra, retorna ao Brasil trazendo consigo algumas bolas de couro, chuteiras, calções e um livro de regras. Sua dedicação foi imensa em relação ao aspecto da difusão do futebol entre os ingleses que viviam em São Paulo, pois o esporte favorito praticado por esses estrangeiros que viviam aqui no Brasil era o críquete⁴. (HELAL, 1990). A partir de então podemos perceber que a princípio o futebol no Brasil era praticado apenas pelas elites compostas, em sua maioria, por brancos, ricos e filhos de ingleses. Ou seja, no final do século XIX e início do século XX, a característica marcante do futebol no Brasil era a sua prática unicamente através do amadorismo, onde se jogava futebol por diversão, ludicidade, não havendo ainda, nesse período, o advento da profissionalização. Neste caso, o esporte era ‘controlado’ pelas elites

⁴ - Esporte considerado precursor do futebol na Inglaterra, sendo o mesmo um jogo de bola bastante popular neste país. É praticado em um campo gramado entre dois times de onze jogadores.

aristocráticas brasileiras, sendo o futebol ‘coisa para brancos ricos descendentes de ingleses’. (BELLOS, 2003)⁵.

Mas, apesar de todo este elitismo, o futebol, logo quando chegou à sociedade brasileira, trouxe determinadas características essenciais para reforçar o entendimento de como se tornou, posteriormente, extremamente popular no país. As regras deste novo desporto eram poucas e simples de serem aprendidas, fato que até mesmo aqueles indivíduos pobres e não alfabetizados aprendiam facilmente. Em relação ao campo de jogo, o mesmo poderia ser facilmente improvisado, podendo ocorrer jogos em terrenos baldios, no meio das ruas, em capinzais etc. A bola facilmente se conseguia, pois poderia ser feita de pano, meia, borracha etc. As traves, caso não as tivessem de ferro, qualquer pedaço de pau ou pedras poderiam improvisá-las. Estas características próprias do futebol nos ajudam a entender a velocidade de como este esporte foi se tornando uma prática, não somente das elites, mas de todos, inclusive das comunidades pobres do país, generalizando-se com o posterior interesse das comunidades negras, pertencentes em sua maioria às classes de baixa renda.

A partir deste fenômeno, o Rio de Janeiro estruturou-se como palco principal de um intenso processo de apropriação da cultura futebolística. Por que o Rio de Janeiro foi pioneiro nesse intenso processo de popularização do futebol no Brasil? Esta questão pode ser pensada a partir de dois aspectos importantes. Primeiro é o fato de que, por volta de 1910, o Rio de Janeiro possuía mais campos de futebol do que qualquer outra cidade da América do Sul. O segundo fator diz respeito à quebra do amadorismo e do pré-conceito racial por parte de alguns clubes cariocas nessa época, conforme analisa BELLOS (2003). Como podemos perceber, o futebol acaba alastrando-se pelo Brasil de forma extremamente rápida, tornando-se uma linguagem única e acessível a todos. Esta perspectiva também nos leva a pensar na forma de como se deu o processo de popularização do futebol no estado de Ceará, especificamente em Fortaleza.

⁵ — A obra de Alex Bellos nos fornece um vasto estudo sobre o valor simbólico do futebol no Brasil, nos mostrando o quanto esse esporte proporciona à construção de valores através de sua intensa prática própria do cotidiano dos brasileiros, pois seu livro ultrapassa a simples descrição de acontecimentos para adentrar a essência do futebol como prática cultural ou forma de manifestação por parte de seus atores. Ver: BELLOS, Alex. Futebol: O Brasil em campo, 2003.

3.2 - O FUTEBOL CHEGA À CIDADE DE FORTALEZA.

[...] As simbologias do jogo têm muito a ver com a molecagem e a irreverência, características bastante intrínsecas ao povo cearense – e mais propriamente ao povo de Fortaleza. Talvez esteja aí a explicação para esta absorção do futebol na cidade.⁶

(LUIS, 2006, p. 2)

Em Fortaleza, assim como em diversas outras cidades brasileiras, o futebol também passou por um processo de adesão em massa por parte da população. Mas como em outras cidades, por aqui também, a princípio, o futebol era extremamente restrito apenas a uma pequena parcela da população. Segundo o historiador Airton de Farias⁷ (2005), “o nosso ‘Charles Miller’ foi José Silveira, jovem estudante na Suíça e que trouxe, em 1904, a primeira bola para o Estado, com um livrinho de regras”. (FARIAS, 2005, p. 15).

Sobre o processo de popularização deste esporte, Airton de Farias nos revela que as primeiras partidas de futebol que ocorreram em Fortaleza foram realizadas no ‘passeio público’ (Praça dos Mártires). Sabemos que neste período o Passeio Público em Fortaleza era um local socialmente hierarquizado dividido em três planos: o primeiro destinado à classe rica da Cidade; o segundo ocupado pelas classes médias; e o terceiro frequentava os indivíduos das classes mais pobres da cidade. Mas a partir das primeiras partidas de futebol realizadas no terceiro plano do Passeio Público, podemos observar que este esporte irá promover uma espécie de cisão em relação a esta hierarquia, passando o terceiro plano, considerado ‘pobre’ e ‘perigoso’, a ser o centro das atenções:

⁶ - Citação do professor, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Tadeu Feitosa no fascículo do jornal O povo na série de comemoração dos 280 anos da cidade de Fortaleza. (LUIS, Rafael: REVISTA – FORTALEZA: A CIDADE E O FUTEBOL, p 2.)

⁷ – Historiador que tem como uma de suas últimas publicações os livros da **Série Clubes do Coração**. No livro: CEARÁ: Uma História de Paixão e Glória, o autor nos fala de como o futebol chega ao Estado do Ceará, em qual período, e como esse clube foi surgindo na cidade de Fortaleza.

Em 1903 um navio britânico, levando uma equipe de players para um torneio na Argentina, ancorou no precário porto de Fortaleza. Os atletas, tão bem recepcionados com festas e homenagens, decidiram retribuir com uma demonstração do então ‘foot-ball’. Usaram como campo o terceiro plano do passeio público (...). O passeio público à época, note-se, constituía-se o grande centro de lazer dos fortalezenses, com elegantes bancos, canteiros, jardins, esculturas clássicas e três planos ou ‘avenidas’: uma para o gozo das elites, a segunda para as classes médias e a terceira para os populares... (FARIAS, 2005, p. 15).

A partir destas observações, apresentadas pelo historiador Aírton de Farias (1995), podemos perceber o futebol no Estado do Ceará, também, como uma instituição que passou por um intenso processo de popularização e muitas vezes servindo como uma importante instituição que refletia valores próprios da época.

Fortaleza, em 1904, tinha uma população de aproximadamente 54 mil habitantes, sendo que a grande concentração urbana, neste período, encontrava-se entre as avenidas Imperador, Duque de Caxias, Dom Manuel e a praia. O presidente de Estado (como era denominado o governador nessa época) Nogueira Accioly estava iniciando mais um de seus três mandatos de um período de doze anos ininterruptos no poder, seguido de seu afilhado político, Pedro Borges, que passou mais quatro anos no governo. O prefeito na época era Guilherme Rocha, aliado de Accioly, que se manteve na prefeitura entre 1892 e 1912. (FARIAS, 2005).

Podemos acrescentar que, neste contexto histórico, a forma mais comum que os fortalezenses encontravam para o lazer era freqüentar as praças públicas da Cidade, pois cinema, rádio e tevê não tinham ainda surgido como entretenimento de massa. Segundo a Revista – Fortaleza, “o principal divertimento há 101 anos era bater papo nas praças da Cidade. Não havia cinema (o primeiro, o Art-Noveau, surgiria em 1908), rádio (que apareceria em 1934, com a Ceará Rádio Clube) ou tevê (a TV Ceará canal 2 passou a funcionar em 1960.)”. (REVISTA – FORTALEZA: A CIDADE E O FUTEBOL. LUIS, 2006, pp. 4.)

Como já vimos, nesta época em que o futebol chega a Fortaleza, as sociabilidades se davam nas praças públicas. E em relação ao futebol não foi diferente, pois com a ausência dos estádios de futebol, os primeiros campos surgiram nessas praças. Tivemos

como palco desses jogos às praças do Passeio Público (a antiga Praça dos Mártires), a atual Clóvis Beviláqua, Estação e Lagoinha. Assim, o futebol que chega a uma Fortaleza altamente elitista, tendo unicamente como participantes somente os pertencentes às famílias ricas da Cidade e descendentes de ingleses, foi objeto de intenso processo de popularização. A partir dessa intensa ‘divulgação’ nas praças públicas, o futebol passou a ser praticado por todos, inclusive por aqueles pertencentes às classes pobres da Cidade. Agora, independente de classe social ou cor da pele as pessoas se encontravam nas praças de Fortaleza para assistir ou jogar futebol. O importante papel das praças públicas no processo de popularização do futebol, tanto em Fortaleza quanto nas grandes capitais do Brasil, se dá levando-se em consideração que estas praças assumem seu papel de espaço, por excelência, ao futebol, devido à inexistência de campos adequados à prática deste esporte, como revelado a seguir:

Principais centros de socialização nas grandes capitais brasileiras nas primeiras décadas do século passado, as praças públicas tiveram papel importante na popularização do futebol em Fortaleza. Com a inexistência de campos próprios para a prática do jogo na cidade, o improvisado era nas praças. O Passeio Público e, mais tarde, as praças de Pelotas (atual Clóvis Beviláqua, erroneamente conhecida como da Bandeira) Estação e Lagoinha foram nossos primeiros ‘estádios’. (REVISTA – FORTALEZA: A CIDADE E O FUTEBOL. LUIS, 2006, p. 5.).

Assim, em pouco tempo, o número de admiradores do futebol em Fortaleza triplicou, sendo que, a partir de então, o contingente de praticantes já não cabia mais nas praças. Em 1913 os jogos passaram a ocorrer no Campo do Prado, local destinado à corrida de cavalo, localizado no bairro do Prado, onde atualmente encontra-se o Instituto Federal do Ceará (IFCE), antiga Escola Técnica, hoje no bairro Benfica.

3.3 – AS JUVENTUDES: O PÚBLICO ALVO QUE DELIMITAMOS

A juventude como categoria social ‘bem delimitada’ e ‘conceituada’, tanto em relação à faixa etária quanto em relação às questões fisiológicas e psicológicas, é fruto de um processo civilizador próprio da idade moderna⁸. Apesar da grande contribuição das reflexões atuais, por meio de maior atenção dada a esta etapa da vida, percebemos que a consideração da juventude como categoria predeterminada ou ‘padronizada’ poderá ser problemática.

A consideração ou delimitação das etapas da vida de forma categórica não deixa de ser uma característica própria das sociedades modernas ocidentais em que a disciplina faz parte de uma estrutura característica do mundo capitalista. A juventude nesta perspectiva é concebida como uma etapa de maturação e preparação para o mundo do trabalho, uma vez que a idade adulta se aproxima e as etapas que a antecedem, tanto a adolescência quanto a juventude, precisam ser períodos de preparação. Neste caso, as ciências modernas tais como psicologia, fisiologia, medicina etc. acabaram tendo um papel central na construção desta categoria:

Neste sentido, do ponto de vista das ciências modernas, as juventudes possuem uma função social de “maturação” do indivíduo, uma tarefa de socialização do infante ou do jovem, tornando-o um indivíduo autêntico e integrado à sociedade moderna. (...) Tanto em discursos pretensamente “progressistas” quanto nos “conservadores”, uma mesma concepção do ser humano durante sua fase de crescimento e de socialização se impõe: o ser infante e, principalmente, o jovem como adeptos a desordens e explosões destruidoras, ou então como fontes poderosas de energias transformadoras. (GROPPO, 2000, p. 59-60).

Luis Antonio Groppo (2000) apresenta esta perspectiva ‘disciplinadora’ em relação aos jovens como colaboradora para a construção de elaborações estereotipadas sobre o que é ‘ser jovem’. Estes projetos disciplinadores, ‘ocidentalizantes’, sejam eles

⁸ É importante lembrar que este processo de delimitação e categorização, próprios da modernidade, também diz respeito às outras ‘etapas’ da vida, como as denominações relacionadas à infância, fase adulta e terceira idade.

liberais ou socialistas ‘constroem inúmeras representações sobre os jovens em: juventudes efêmeras ou estáveis, submissas e disciplinadas ou revoltadas e radicais, influentes ou influenciadas, agitadas ou consumidoras’ (GROPPO, 2000, p. 59).

Em relação aos problemas relativos à categoria juventude, a própria sociologia já teve grandes dificuldades em conceituar esta etapa da vida e quando tentava explicá-la encontrava-se, na maioria das vezes, se utilizando também de dois pólos conceituais bem comuns: ou relacionava juventude à faixa-etária (13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc.) ou se utilizava de um relativismo histórico cultural absurdo. Assim, chegou-se a conclusão de que a tentativa de explicar juventude somente através destes dois princípios, pode nos levar tanto a um reducionismo irreal quanto a uma generalização sem sentido.

O que percebemos é que, ao longo do próprio movimento de construção da modernidade, estas denominações padronizadas sobre juventude passaram a entrar em contradição, devido à complexidade de fatores influentes no processo de constituição desta fase da vida. A partir de uma perspectiva defendida por teóricos contemporâneos, para se pensar juventude é necessário considerarmos os fatores de ordem étnica, de classe, gênero e localidade, uma vez que, em relação à contemporaneidade, a manifestação juvenil passa a ser um dos fatores que reforça a diversidade sócio-cultural. (GROPPO, 2000, p. 17-18). Desta forma, muitos estudiosos preferem categorizar como: juventudes, defendendo a perspectiva de uma pluralidade de juventudes. Para Bourdieu (2003, p. 151), “a juventude é só uma palavra”, cabendo ao sociólogo compreender que “as divisões entre as idades são arbitrárias.” Segundo Claudia Bezerra Rezende⁹, APUD Luis Antonio Groppo:

Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio cultural --- classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. --- saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes. (GROPPO, 2000, p. 15).

⁹ Cláudia Barcellos Rezende. “Identidade. O que é ser jovem?”. Revista Tempo e presença, n. 240, CEDI, 1989, PP. 4-5.

Em relação à sociedade brasileira também podemos apresentar problemas relacionados aos estereótipos formados sobre a juventude. Formou-se no Brasil um pensamento, cultivado dentre as diversas instâncias da sociedade, que concebe a juventude como sinônimo de luta política, ideologia partidária e ‘revolucionária’. As condições vivenciadas por grande parte dos jovens durante a ditadura militar colaborou de forma significativa para a construção de uma mentalidade que liga juventude a movimentos políticos e partidários.

Paulo César Carrano (2003)¹⁰ deixa bem claro que esta denominação de juventude precisa ser repensada, pois

É possível afirmar que o empenho político voltado às “grandes causas” dos anos 60 e 70 já não se apresenta como dominância da ação cultural da juventude (como também não foi para a totalidade dos jovens naquele momento histórico). O que não nos autoriza a desconhecer a irrupção de movimentos que se articulam em torno de questões estruturais ou com ampla perspectiva territorial. O cotidiano dos jovens pode ser mais caracterizado, entretanto, por inúmeras redes de interesses cotidianos com os grupos e redes de relações elaborando seus próprios estilos e pontos de vista. (CARRANO, 2003, p. 133-134).

Observamos que, em relação à atualidade no Brasil, muitos políticos e intelectuais acusam os jovens brasileiros de ‘largados’, ‘alienados’ e ‘apolíticos’. Assim nos questionamos se a juventude brasileira na atualidade encontra-se estática assim? Quais seriam as novas formas de ‘mobilização’ ou ‘manifestação’ no Brasil por parte destes jovens? Acreditamos que não é interessante pensarmos a juventude como uma categoria ‘fechada’ ou padronizada, é importante levarmos em consideração as necessidades e contexto atuais para entendermos os sentidos atribuídos a determinadas práticas juvenis. Carrano (2003), ao teorizar sobre ‘a ludicidade jovem’, mostra que a categoria: ‘juventude’ é bastante dinâmica e precisa ser cuidadosamente pensada de acordo com as realidades, pois

¹⁰ Carrano é graduado em educação física, com mestrado e doutorado em educação. Sua discussão apresentada sobre juventude está intimamente relacionada às sociabilidades construídas no contexto urbano.

Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, ou grupo homogêneo como muitas análises permitem intuir. Os jovens compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes. As idealizações políticas que procuram unificar os sentidos dos movimentos sociais da juventude tendem a ser ultrapassadas pelo contínuo movimento da realidade. (CARRANO, 2003, p. 110).

Será que muitas destas concepções sobre juventude, que pairam na sociedade brasileira, não precisam ser repensadas? Levantamos estas questões também no sentido de colaborarmos para que haja maior entendimento em relação a este universo jovem contemporâneo. Defendemos a perspectiva de que a elaboração de políticas públicas seja mais consciente em relação às particularidades da juventude. Acreditamos ser necessário que as políticas sociais, ao serem elaboradas, levem em consideração às realidades locais e as particularidades do público-alvo.

Ao pensarmos as políticas públicas direcionadas à juventude na sociedade brasileira como concretização dos direitos humanos, não podemos perder de vista os contrastes próprios da formação do Estado brasileiro. Direitos básicos necessários à juventude e que precisam ser garantidos através das políticas ainda não foram garantidos e mesmo assim nos encontramos em um contexto de globalização¹¹ onde as subjetividades juvenis passam a tomar um lugar central nos discursos, nas ações das políticas públicas, nos projetos acadêmicos etc. (SPOSITO, 2008). Do ponto de vista educacional, segundo Marília Sposito, ainda não foi garantido à juventude brasileira uma educação satisfatória tanto do ponto de vista do acesso quanto em relação à qualidade, pois este aspecto põe a sociedade brasileira em plena desvantagem em relação a alguns países latino-americanos.

Outro aspecto importante que vale ser destacado em relação aos direitos da juventude e a sua concretização também através das políticas sociais na sociedade

¹¹ Segundo o sociólogo inglês Antony Giddens (1994, p. 11) “A globalização não deve ser vista simplesmente como um fenômeno que ‘está ali’, mas também, como o que ‘está aqui’: ela afeta não somente espaços locais, mas afeta até as intimidades da existência pessoal, já que atua de modo a transformar a vida cotidiana”. Giddens (1991) quando apresenta as consequências da modernidade, mostra o quanto esse processo de globalização desembocou em profundas mudanças. Segundo o sociólogo, em sua obra ‘As consequências da Modernidade’, as culturas encontram-se, nesse mundo globalizado, em constante contato e torna-se mais fácil ‘questionarmos’ ou ‘reforçarmos’ os nossos valores, mesmo que de forma superficial ou inconsciente. Isso é o que Giddens denomina de ‘reflexividade social’ fruto da vida moderna.

brasileira, diz respeito à erradicação do trabalho infanto-juvenil que, apesar da redução, ainda encontra-se em número considerável, de forma que é imprescindível que esta situação seja pensada também ao lado de um grande número de adolescentes analfabetos, pobres e com atraso escolar.

Desta forma, para que possamos adentrar de forma mais coerente a um estudo sobre os grupos juvenis, é preciso também que tenhamos um conhecimento mais aprofundado das relações próprias que são estruturadas por estes grupos. É importante o entendimento das seguintes particularidades: como se estabelecem os laços de sociabilidade entre estes indivíduos? Como ocorrem seus ‘ritos de passagem’? Quais seus códigos de diferenciação? Quais as formas pelas quais os mesmos se apropriam do espaço urbano? Assim, refletindo sobre estas questões, poderemos falar com maior propriedade da experiência coletiva que se pretende estudar (MAGNANI, 1992). E também através desta perspectiva metodológica de análise, podemos colaborar com o processo de elaboração de políticas direcionadas aos jovens.

3.4 – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE

Antes de adentrarmos especificamente as nossas considerações em relação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade PELC, apresentaremos um breve histórico em relação às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil para, posteriormente, somarmos nossas análises empíricas a estas reflexões de caráter histórico.

Analisando a história brasileira, a partir das considerações de ALMEIDA & GUTIERREZ (2005), relativa ao processo de implementação das políticas de esporte e lazer, estabelecemos uma construção didático-espositiva de quatro contextos: O contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1946 – 1964); O período militar (1964 – 1985); Contexto da Redemocratização (1985 – 1990); E Globalização (1990 – Atualidade). É importante lembrarmos que nossa intenção em relação a este histórico não é realizar um levantamento detalhado e extenso em relação à história das políticas de esporte e lazer no

Brasil, mas apresentarmos as questões centrais de cada contexto para que, posteriormente, nossas críticas possam estar amparadas por fundamentações que envolvam a história política do Brasil.

Em relação ao contexto Nacional-desenvolvimentista, que se estende do ano de 1946 a aproximadamente 1964, podemos considerar que a era Vargas trouxe à sociedade brasileira uma concepção de liberdade democrática a qual estava baseada na formação de um mercado consumidor urbano, já que a classe média encontrava-se como classe definida em um contexto o qual se caracterizava pela crescente industrialização. Apesar de observarmos neste período um desenvolvimento em relação ao teatro, música, cinema e lazer, não se tinha nenhuma reflexão mais profunda em relação ao lazer, prevalecendo às concepções ‘moralistas’ que interpretavam o lazer como descanso para o trabalho. É importante lembrar que em relação à era Vargas, o esporte estava ligado principalmente ao fortalecimento do nacionalismo.

No que diz respeito ao período militar, que se estendeu do ano de 1964 a 1985, observamos, a partir das restrições das liberdades impostas pelo AI – 5, a utilização política do esporte e lazer pelos militares para reforçar a propaganda do ‘milagre econômico’. Destacamos em relação a este contexto um incentivo governamental às práticas de esporte e lazer que não eram engajadas politicamente ou críticas, pois existia uma repressão e censura das reflexões teóricas, onde se aceitava apenas discussões favoráveis aos programas de esporte e lazer governamentais.

Em relação aos contextos de Redemocratização (1985 – 1990) e Globalização (1990 à atualidade), podemos destacar uma volta às garantias democráticas de forma que houve também um desenvolvimento desenfreado da indústria cultural e internacionalização da cultura. Observamos um desenvolvimento de um mercado do lazer de alto padrão cultural, mas com pouco investimento em lazer popular, uma vez que a exclusão social também passa a ser uma das características marcantes destes contextos.

A partir das reflexões de ALMEIDA & GUTIERREZ (2005) sobre o processo de implementação das políticas de esporte e lazer no Brasil, podemos perceber que desde o contexto conhecido como nacional-desenvolvimentista o esporte e lazer têm sido

apropriados tanto no sentido de promoção e propaganda governamental quanto em relação à apropriação destes por um mercado ou indústria cultural. Não podemos esquecer que a sociedade brasileira é marcada por contextos autoritários tanto em relação à política quanto no que diz respeito aos valores sociais presentes em suas instituições. A Democracia brasileira pode ser considerada como um sistema ainda em amadurecimento, de forma que podemos ainda perceber, mesmo após a redemocratização, parte das instituições brasileiras ainda engessadas pelo autoritarismo.

Em Relação ao nosso objeto de estudo que trás como questão central a discussão sobre políticas públicas para um grupo ou localidade específica, no caso estamos tratando de um programa de esporte e lazer (o PELC) direcionado aos bairros periféricos de Fortaleza, é importante ressaltarmos a importância de apresentarmos as políticas públicas a partir de duas concepções centrais que as definem.

As ações do Estado, no que diz respeito à elaboração e implementação de políticas públicas, tem passado por diversas transformações e uma das características atuais diz respeito ao aspecto da focalização das políticas, pois os discursos de reivindicação das localidades, que tem sido um aspecto ‘resistente’ frente ao mundo de imposições do mercado e cultura global, passam a ser incorporados também pelos agentes públicos, através de falas, discursos, estratégias de atuação e apropriações repletas de interesses, nos fazendo perceber uma complexa teia de relações de poder presente nesta relação entre políticas públicas e comunidades alvo das ações do Estado.

Desta forma, sabemos que existem aquelas ações do Estado voltadas para um público específico, focalizadas ou direcionadas aos pobres, jovens pobres, moradores de cidade do interior, ou seja, atores construídos sob certa tipificação social, como por exemplo, jovem pobre, negro, morador de periferia ou do interior, aquele que não tem acesso aos equipamentos sociais ou aos bens culturais, aquele que tem acesso a drogas ou é envolvido com o tráfico, com a criminalidade, enfim, políticas voltadas para um tipo social construído, classificado. E é importante lembramos que as políticas destinadas aos jovens é algo bastante recente, pois os jovens eram abrangidos por políticas gerais, só recentemente houve a incorporação da juventude como tema específico, mas infelizmente esta

incorporação tem nos mostrado que estas políticas destinadas aos jovens têm relação com essa construção social estereotipada do jovem pobre, sem trabalho ou indivíduo perigoso etc.

Por outro lado, observamos também que existem aquelas políticas de caráter mais geral que, segundo BELLUZZO e VICTORINO (2004), ‘caracterizam-se como planos e ações, implementação, avaliação de projetos e pelo envolvimento de processos decisórios de gestores públicos que decorrem de demandas e reivindicações de grupos sociais. E deste conflito gerado entre estes grupos e gestores públicos é que vai surgir o conflito entre ‘o que fazer’ ou ‘não fazer’ e, sobretudo, ‘como fazer’.

Estas políticas têm o aspecto da participação como princípio fundamental para sua realização. (BELLUZZO e VICTORINO, 2004). Sob análise mais detalhada, o que extrapola os objetivos deste trabalho de pesquisa, estudos revelam que tanto as OGs quanto as ONGs, não tem valorizado muito este aspecto, de forma que muitos programas reproduzem interesses e imposições de práticas etc. Muitas vezes a população não é perguntada sobre como estas políticas devem funcionar ou não fica bem claro aos interesses de quem estas ações ou programas do Estado devem atender.

Assim, a partir das considerações de Belluzzo e Vitorino (2004) observamos que grande parte destes projetos já vêm prontos e requerem que a população beneficiada se adapte a eles. E em relação ao campo de políticas para a juventude, aí é que observamos a falta de participação de forma mais contundente, pois além de a categoria juventude ser algo bastante recente como objeto de reconhecimento por parte do Estado, existe atualmente uma grande demanda por políticas ao público jovem de forma que na maioria das vezes, como foi possível percebermos nesta pesquisa com o programa PELC, as respostas dadas pelo Estado à sociedade se dão mais através de uma linguagem técnica e formalizada pelos números e que não condizem com a realidade de execução destas políticas.

Assim, entendemos que as políticas em geral e as políticas focalizadas, possuem seus pontos positivos e negativos, pois a dimensão que trata as ações do Estado de forma geral é importante por estar diretamente ligada às questões mais universalistas dos direitos

dos cidadãos ou ligação direta às necessidades básicas garantidas pela constituição como a saúde, educação, emprego, moradia etc. Porém tais ações generalistas não podem perder de vista as especificidades do público o qual estes projetos estarão operando. E por outro lado o caráter focalizado das ações estatais é importante por propor suprir carências mais específicas em relação às identidades ou raízes locais que precisam ser levadas em conta no processo de implementação das políticas, mas o problema é que o caráter focalizado tem se mostrado como projetos superficiais descolados de uma dimensão mais ampla e transformadora da sociedade, fazendo com que tais grupos eleitos por estes programas sejam pensados a partir de estigmas que acabam excluindo antes mesmo que a política seja executada. Ou seja, percebemos uma contradição no sentido de se querer incluir por meio da exclusão.

Desta forma, a partir das considerações de Miguel Abad (2008), estas duas dimensões de políticas públicas sociais, tanto as de caráter generalista quanto as ações focalistas do Estado, surgem como opção para funcionar tanto como estratégias de investimento e retorno para o próprio Estado, como para atender demandas urgentes, ou seja, para garantir a chamada governabilidade, mas temos percebido que, mais do que a intenção de expandir mudanças significativas na vida dos jovens, estes programas formalizam-se e, fundamentando-se em Michel Foucault (1984), transformam-se em mais um saber-poder técnico por parte do Estado. Estas políticas tanto podem reiterar práticas conservadoras como também enfatizar políticas sociais. Expressam a disputa de interesses entre grupos e classes sociais e acabam permanecendo no plano assistencialista, sob uma ótica seletiva e assistencial, ou seja, voltadas somente aos pobres e não atingem mudanças significativas.

Observamos, também a partir da nossa pesquisa em relação ao PELC, que estas políticas sociais não têm sido pensadas politicamente objetivando a questão social ou que sejam destinadas a sujeitos de direitos, mas apenas destinam-se estes programas a sujeitos entendidos como pobres e passivos de assistência. Através deste entendimento, percebemos que permanece um Estado cujas políticas são voltadas para a sobrevivência mínima destes atores. Sabemos que o local, o regional, o foco são importantes e emergenciais e, inclusive, tem servido de reforço em relação às identidades locais, mas não podemos descentralizar e

pararmos de discutir políticas nacionais e universais. O que temos percebido é uma inútil tentativa de se incluir por meio da exclusão, de forma que o caráter focalizado destas políticas acaba estruturando certo padrão (ou *modus operandi*) e estigmatização em relação às populações locais, sob o estereótipo de marginalizados, fazendo com que estes programas sociais superficiais transformem-se em apenas paliativos para garantir a sobrevivência mínima destas populações.

Apesar da grande contribuição desta perspectiva que pensa as políticas públicas como ações que funcionam como estratégia de controle social por parte do Estado, partimos do princípio de que esta relação entre políticas sociais e comunidades seja também pensada como um processo dinâmico ou constituído por uma complexa teia de significados, relações de poder e interesses. Ou seja, nos perguntamos sobre qual é a dimensão política ou quais as disputas ou relações de poder presentes nas políticas públicas? Mesmo levando em consideração que a intenção por parte do Estado também está relacionada à estabilização dos conflitos sociais através de políticas ou paliativos focalizados e superficiais, acreditamos que estas políticas, ao estarem operando na realidade concreta das comunidades, se desdobrarão em movimentos inesperados.

Apesar das nossas reflexões apresentadas em relação ao caráter assistencial, superficial e ‘excludente’ que tem prevalecido em relação às políticas focalizadas no Brasil, acreditamos que esta relação que envolve políticas sociais e indivíduos é importante que seja pensada como um processo dialético, ou seja, é fundamental irmos além da ótica do assistencialismo, de forma a darmos ênfase à forma pela qual aqueles que são alvo das políticas se apropriam destas ações muitas vezes superficiais, pois conforme apresenta Bárbara Freitag: ‘ao mesmo tempo, porém, as diferentes políticas sociais se desdobram em movimentos dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado’. (FREITAG, 1987, p. 31).

Segundo Bárbara Freitag (1987) ‘apesar de as políticas sociais, na sociedade brasileira, serem voltadas para um interesse de mobilização, disciplina e controle para aptidão ao mercado de trabalho, as mesmas poderão desdobrar-se em movimentos dialéticos com efeitos diversos e inesperados’. Percebemos que diversos processos estão

inseridos nesta relação entre Estado e sociedade civil. Assim, a partir das considerações apresentadas neste capítulo, foi possível percebermos o quanto o futebol na sociedade brasileira possui elementos importantes para pensarmos o Estado desde a sua formação até os dias atuais. Ao realizarmos uma reflexão sobre o processo de popularização do futebol no Brasil, é possível compreendermos aspectos relativos às nossas instituições, relações de poder, valores culturais, meio urbano etc.

Apesar das lacunas deixadas quando refletirmos a sociedade brasileira a partir da teoria do processo civilizador de Norbert Elias, percebemos também que o desporto, enquanto instituição moderna, tem como aspecto inerente às suas relações um constante estado de ‘tensão’ ou conflito, próprio da modernidade, em relação aos indivíduos diante das instituições modernas. Mesmo se considerarmos o processo civilizador como um projeto racional que busca o controle da violência através de um Estado interventor, Elias nos possibilita pensarmos também as instituições modernas como repletas de momentos de ‘catarse’ ou manifestações conflituosas, uma verdadeira ‘busca da excitação’. Ou como diria Roberto Damatta o futebol como um constante processo de ritualização do conflito, ou seja, ‘Tal como ocorre num jogo da seleção brasileira, em que vemos, sentimos, gritamos e falamos com o Brasil no imenso ardil reificador que é o jogo de futebol (...). Assim, no futebol dramatizamos uma visão de nós mesmos por meio do confronto com os outros e pelos outros.’ (DAMATTA, 1997, p. 30).

Desta forma, percebemos que o entendimento de nossa realidade juvenil e urbana, formação do Estado e ‘estruturação’ das instituições brasileiras torna-se bem mais amplo se considerarmos as relações cotidianas que têm o futebol como forma de sociabilidade. E a partir desta percepção do cotidiano, levantamos a seguinte questão: como o Estado brasileiro na contemporaneidade ‘dialoga’ com estas manifestações e novas necessidades juvenis ao realizar as políticas públicas sociais? Por isso, propomos, como uma das formas de análise possível, pensarmos as políticas públicas direcionadas ao esporte e ao lazer.

Em relação ao 3º capítulo, apresentamos a história do nascimento do estádio do Bom Jardim, de forma que procuraremos dar ênfase às narrativas e aos discursos do cotidiano, entendendo estas falas como maneiras de os moradores atribuírem sentido aos

espaços da comunidade. As relações de poder e a violência que se manifesta no plano simbólico, através de um processo de criminalização ou normatização das relações (MISSE, 1999), também serão apresentadas a partir das manifestações ocorridas no estádio.

CAPÍTULO 3 - ESTÁDIO JOSÉ VALMIR JORGE: A história do estádio a partir dos moradores do Bom Jardim.

As legendas (lendas) locais permitem saídas, meios de sair e de entrar e, portanto, espaços de habitabilidade.

(CERTEAU, p. 187, 2008)

Um dos aspectos importantes, relacionado à relação entre futebol e política pública no Bom Jardim, dizia respeito às sociabilidades que ocorriam cotidianamente no estádio José Valmir Jorge. Ao realizarmos os relatórios de campo, como recurso metodológico e antropológico na obtenção de ‘informações’, nos preocupamos também com as relações que ocorriam com os demais atores que não estavam diretamente ligados às atividades esportivas do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Desta forma, nos propomos, neste capítulo, apresentar uma espécie de leitura ou tentativa de compreensão do papel que teve as falas, relatos e discursos por parte daqueles que participaram direta ou indiretamente do PELC.



MURO DA FRENTE DO ESTÁDIO DO BOM JARDIM

Neste espaço social que diz respeito ao esporte no Bom Jardim, podemos apresentar os diversos atores que fazem parte desta complexa teia de relações. Encontramos aqueles ligados diretamente ao Estado, através dos estagiários e demais integrantes da equipe organizada pela prefeitura, responsáveis pela execução do Programa PELC. Observamos também aqueles jovens e adolescentes participantes do programa. Os desportistas do bairro que, desde criança, estão ligados ao futebol de várzea, incluindo os técnicos das escolinhas, os presidentes das ligas desportivas, também fazem parte deste universo de disputas. Incluindo políticos e líderes comunitários que também estão ligados ao esporte em busca de promoção, poder e status.

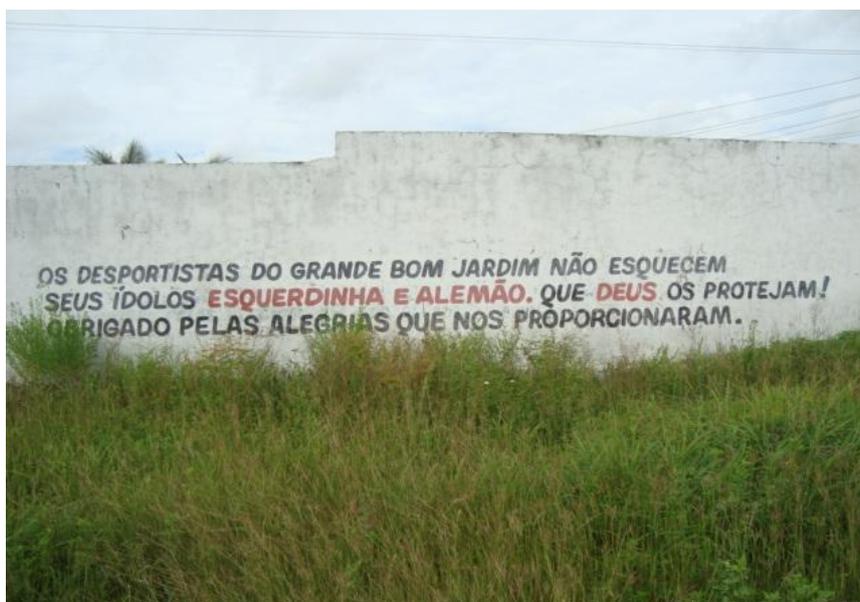
4.1 – O CAMPO DE VÁRZEA QUE VIROU ESTÁDIO E AS NARRATIVAS LOCAIS.

Em relação ao complexo esportivo do Bom Jardim, foi possível conhecermos dois moradores do bairro responsáveis pelo estádio. Um deles, conhecido como ‘Maguinho’ e o outro se chamava André. Estes funcionários foram de fundamental importância para nossa pesquisa, pois quando o estagiário do PELC não comparecia ao estádio, era possível conversarmos com estes funcionários e perceber, mesmo através de conversas informais, questões relacionadas aos relatos do passado, histórias e diversas outras manifestações daqueles que de alguma forma estavam ligados ao futebol na comunidade.



BILHETERIA DO ESTÁDIO JOSÉ VALMIR JORGE

Em uma de nossas visitas, percebemos que estava estampado nas paredes do estádio homenagens a nomes como: Esquerdinha e Alemão. E em relação ao nome dado ao estádio tínhamos: José Valmir Jorge. No que diz respeito à Esquerdinha e Alemão, ambos foram jogadores do bairro, ou ‘peladeiros’ como denomina os moradores, e José Valmir Jorge que teve o nome escolhido para nomear o estádio, foi um morador bastante conhecido e carismático do Bom Jardim. Estas informações iniciais, apesar da importância, ainda eram superficiais e não respondiam a tudo. Por que será que estes dois jogadores, Esquerdinha e Alemão, receberam esta homenagem? Qual o significado destes moradores para a comunidade desportiva do Bom Jardim? E em relação a José Valmir Jorge, por que a escolha do seu nome para nomear o estádio?



HOMENAGEM A ESQUERDINHA E ALEMÃO

Segundo ‘Maguinho’, José Valmir Jorge foi um dos pioneiros a organizar o futebol no Bom Jardim e fundador de um time de várzea que era conhecido como ‘Flamenguinho’. Antes da construção do Estádio no bairro, o terreno era utilizado para os jogos e treinos do Flamenguinho, ou seja, ainda segundo Maguinho, o estádio do Bom Jardim nasceu de um campo de várzea. Com passar do tempo, com o fim do

Flamenguinho e a morte de José Valmir Jorge, o terreno ficou abandonado e daí surgiu às mobilizações no bairro para a construção do Estádio.

Percebemos que a relação de grande parte dos moradores do Bom Jardim com os campos de várzea é íntima, pois a lembrança do campo de várzea que existia antes da construção do estádio demonstra que ainda há memória e esta lembrança acaba funcionando como um sentimento de pertencer ou de dar sentido aos espaços da comunidade. O falar sobre os espaços, recorrer às lembranças ou relatar momentos vividos acabam operando também como apropriações de lugares, reforçando identidades e opiniões. Estas falas nos fazem perceber também um ‘lugar’ específico de manifestações e maneiras de ser que compõem esse complexo espaço social formado pelo esporte no bairro, revelando uma estrutura social que produz anseios, sentimentos, opiniões, gerando disputas e conflitos.



ESTÁDIO VISTO DA ARQUIBANCADA E AO LADO O GINÁSIO

No que diz respeito à relação entre política pública social e comunidade, umas das questões centrais da nossa pesquisa diz respeito às formas pelas quais as percepções e apropriações destes lugares ‘dialogam’ com as ações do Estado. E em relação à compreensão dos espaços sociais como espaços educativos, como poderíamos pensar os processos de socialização que envolve cotidiano, política pública, vivências, valores

locais e estratégias de ‘controle’ social? Não nos parece viável conceber os processos de aquisição de valores ou hábitos (processos de socialização) de forma mecânica. Esta relação entre indivíduos e instituições sociais é marcada também por conflitos, resistências e apropriações, uma vez que não podemos pensar simplesmente que a aquisição de comportamentos se dá somente através das instituições formais de ensino ou das políticas públicas. A família, a comunidade e o cotidiano também podem ser concebidos como ‘espaços educativos’.

A Sociologia, como ciência que se preocupa com a coletividade, está constantemente interessada em compreender como se dão as relações sociais, ou seja, preocupa-se como são construídos os processos de sociabilidade ou como os indivíduos comportam-se perante as instituições e ‘constroem’ suas práticas. Ora, acabamos de elaborar um conceito, em relação à importância da Sociologia, que diz respeito aos processos de socialização. Torna-se problemático pensarmos em Sociologia sem atrelarmos uma de suas preocupações à compreensão de como se dão estes processos de socialização que dizem respeito à aquisição de valores, costumes, idéias, pensamentos, que podem ser adquiridos de forma intencional ou não em um determinado contexto social. A partir desta perspectiva em relação a uma dimensão ampla de educação e sua relação com os processos de sociabilidade, podemos acrescentar que a Sociologia possibilita a ampliação das possibilidades de análise dos diversos processos educativos existentes.

Ou seja, não podemos separar contexto social de processos educacionais. Mas, dentre a complexidade que compõem os processos de socialização e educação na sociedade, cabe ressaltarmos uma diferença central que existe nestas relações educativas, diferença esta que diz respeito ao caráter da intencionalidade. Existem aquelas práticas educativas caracterizadas pela formalidade do processo, ou seja, se dão de forma sistemática e planejada. Um exemplo deste processo é o sistema escolar. Mas, quando estes processos ocorrem de forma mais ou menos espontânea, não-sistemático e não planejado, o enquadraremos dentro de uma perspectiva não-intencional. Segundo Libâneo (1999: p. 79-80) o fato de os processos educativos não intencionais atuarem ‘de modo disperso, difuso, com caráter informal, isso não significa, absolutamente, que

sejam negados seus efeitos educativos, mesmo por que é muito em virtude desses fatores e influências não-intencionais que se dá o processo de socialização’.

Assim, considerando esta relação das comunidades como ‘espaços educativos’, é importante percebermos as falas dos moradores em meio a este universo de valores, pois segundo Maguinho, Esquerdinha era um jogador bastante conhecido no bairro e que, injustamente, tinha sido assassinado em uma chacina que ocorreu nas proximidades de sua casa. Alemão também foi assassinado nas proximidades do campo de várzea que costumava jogar. E ainda segundo Maguinho, antes da construção do estádio, havia nos muros do antigo campo do Flamenguinho pichações mediante as quais ambos os jogadores eram lembrados e homenageados. Assim, após a construção do estádio, os nomes dos atletas foram novamente pintados e lembrados como uma espécie de agradecimento.

As lembranças mais uma vez vêm à tona em relação aos relatos de lugares. Os colegas de infância que jogavam bola nos campos de várzea do bairro ainda são lembrados pelos moradores. Diversos relatos nos mostram esta imensa teia de significados ou subjetividades que vão tecendo este repertório de práticas, táticas, apropriações e resistência por parte dos moradores. Por outro lado, as inscrições nos muros do estádio podem revelar também interesses políticos e formas de promoções por parte daqueles que fazem ‘política’ no bairro utilizando-se do esporte. Nesse campo de disputas e conflitos sutis, os moradores mostram-se como detentores de uma lembrança que fortalece discursos buscando notoriedades e reconhecimentos. Já, em relação aos agentes públicos e líderes comunitários, podemos pensar que a disponibilidade em homenagear aqueles que têm valor afetivo dentro a comunidade revela, também, interesses ligados à promoção política, status e até mesmo o carisma como forma de se exercer poder.

As diversas formas em que a violência se manifesta, as ‘táticas’ de sobrevivência, as resistências e apropriações, todas estas questões encontram-se nas sociabilidades que giram em torno do futebol no Bom Jardim. Isso nos faz pensar também no conflito existente entre política pública e comunidade, pois apresentamos o aspecto do conflito não como algo simplesmente negativo ou fruto de uma violência

advinda da comunidade, mas como algo inerente às relações sociais e que o esporte, devido a sua imensa capacidade de mobilização, nos faz perceber.

4.2 – A ORALIDADE DOS ATORES: OS DISCURSOS DE PODER.

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares...

(FOUCAULT, p. 89, 1984)

O ato de contar histórias passadas, relatar acontecimentos, descrever situações ou conversar espontaneamente são aspectos que, apesar de muitas vezes parecerem irrelevantes, não podemos deixar de lado, no sentido de entendermos a linguagem também como um dos componentes da comunicação que funciona como um elemento de organização e atribuição de sentido em relação ao ‘caos’ que é a realidade. Podemos considerar que, a todo o momento, estamos nos deparando com uma realidade complexa e dinâmica, que precisa ser apreendida ou apropriada por meio dos símbolos culturais que construímos manifestados através de conceitos, palavras, lendas, mitos, narrativas etc.

Estas falas podem funcionar também como imposições de significados os quais encontramos, implicitamente, interesses, desejos, discursos de poder etc. Neste campo de disputas por poder, lembrando que nosso entendimento de poder diz respeito ao seu caráter difuso, micro, dinâmico e muitas vezes sutil, podemos apresentar a existência de diversas falas que se manifestam de diversas formas. Falas ‘inocentes’, conversas ‘sem compromisso’, relatos ‘comprometidos’, apropriações de falas, discursos legítimos e científicos e falas a favor do bem comum.¹ Todas estas manifestações, que formam este

¹ Segundo Michel Foucault, em: A vontade de saber: ‘O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo’, pois ‘É justamente no discurso que vem a se articular

complexo universo de relações na comunidade do Bom Jardim, encontram-se na relação entre as três categorias típicas ideais que construímos para uma melhor compreensão deste universo de práticas na comunidade: Estagiários, Desportistas locais e Participantes da política (jovens e adolescentes).

Discursos legítimos, amparados pela legalidade e a ‘ciência’, manifestam-se através do ‘convencimento’ da emergência da qualidade de vida, saúde e inclusão social. Falas ‘sem compromisso’ desdenham as ações das políticas e programas de esporte e lazer através de uma resistência bastante sutil, quase no plano do inaudito. Relatos ‘comprometidos’ com a coletividade enfatizam a força da tradição reforçando posições, status e poder. Poder este que se manifesta também mediante o carisma e influência política. A politicagem também surge, sob o discurso de amparo ao bem comum, pois o voto, literalmente, vale ouro.

Implícito nas maneiras de entender e relatar a história do estádio do Bom Jardim, percebemos uma série de interesses que muitas vezes não se encontram no plano racional ou da reflexão, mas no plano da ‘sobrevivência’ e astúcia que o cotidiano exige. E se recorrermos a Pierre Bourdieu, de acordo com a posição do agente ou ator social nesta estrutura de disputas e relações de poder, encontramos as falas, relatos e discursos como parte de um habitus ou maneiras de agir, pensar e sentir por parte dos atores que fazem parte deste universo que envolve esporte e política pública no Bom Jardim.

De acordo com nossa compreensão e organização das categorias centrais para pensarmos as relações sociais no Bom Jardim, podemos descrever que em relação às falas dos jovens e adolescentes alvos da política pública predomina um caráter sem compromisso e ao mesmo tempo de desdém em relação ao programa PELC. Já, as formas de expressão dos desportistas locais dizem respeito a situações ou histórias que envolvem a tradição de estarem ligados ao esporte no bairro. Em relação à manifestação

poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes’. (FOUCAULT, 1984, p. 95). A vontade de saber. In: História da sexualidade.

dos estagiários, além da formalidade e legitimidade de suas falas estruturadas pela influência da universidade como um espaço legítimo do saber e pelo legalismo de representar o Estado, percebemos que os mesmos também são jovens e que possuem anseios, dúvidas, desejos e ansiedades em estar neste processo de implementação do PELC.

Um dos aspectos que envolvem, principalmente, os desportistas do bairro e que merece nossa atenção enquanto objeto de análise, diz respeito a uma constante ‘reivindicação’, por parte destes atores, que nos fez refletir sobre diversas questões relacionadas não somente às opiniões e interesses dos atores inseridos neste campo, mas também para pensarmos de que forma o programa de esporte e lazer esta operando no sentido de implementar suas ações.

Um dos aspectos que percebemos, em relação às falas dos desportistas do Bom Jardim, estava relacionado a uma constante ‘reivindicação’ no sentido de as políticas implementadas na comunidade mobilizarem também os moradores que trabalham com o esporte na região. Segundo as falas e opiniões de moradores e até estagiários, o processo de mobilização dos adolescentes para que os mesmos possam ser beneficiados pelos programas de esporte e lazer é bastante problemático, uma vez que grande parte destes estagiários não conhece a comunidade tanto em relação a seu espaço físico quanto em relação às famílias dos jovens e adolescentes. Os períodos escolhidos para o processo de mobilização e divulgação dos programas ou políticas de esporte e lazer no Bom Jardim estão sendo insuficientes.

Uma das sugestões que ouvimos durante nossas pesquisas de campo diziam respeito à contratação, com remuneração dos desportistas locais, para que os mesmos ajudem a mobilizar a comunidade no sentido atingir as famílias, fazendo valer a ‘credibilidade’ dos programas de esporte e lazer. ‘Maguinho’, que é um dos desportistas técnico de escolinhas de futebol no Bom Jardim, nos relatou a importância dos moradores participarem destes projetos, pois os mesmos conhecem não somente a região, mas também os pais dos adolescentes da comunidade, mas para isso é preciso que eles tenham uma remuneração. Segundo Maguinho, fica muito difícil ceder os alunos das escolinhas já existentes para os estagiários das políticas públicas se não

houver uma espécie de acordo ou contratação do desportista local para o mesmo participar da política.

Segundo estes desportistas, as várias reuniões proporcionadas pela Secretaria de Esportes, no sentido de divulgar e organizar a implementação das políticas, acabam colocando, sutilmente, que os moradores têm que participar dos programas, mas não há remuneração nem contratação dos mesmos, ou seja, tem que ser de forma voluntária.

A partir destas opiniões vindas dos moradores da comunidade, podemos levantar diversas questões. Os interesses aparecem de forma explícita, pois apesar dos discursos em nome da melhoria das políticas de esporte e lazer e de benefício ao bem comum, sabemos que neste campo de disputas cada agente defende seus interesses e sem a remuneração ou ganho do dinheiro o convívio com os estagiários é bastante complicado. Percebemos diversas falas e situações, mesmo sutis e aparentemente inocentes, de indiferença entre estagiários e desportistas locais.

Por outro lado, observamos também que este aspecto que diz respeito à mobilização de agentes locais para facilitar a concretização das políticas públicas é algo muito importante, mas que se encontra apenas como diretriz formalizada nos documentos e que na realidade não está sendo aplicado. Reconhecemos o risco que corremos ao generalizarmos estas reflexões, já que nossa pesquisa diz respeito a apenas uma parte do Programa PELC, ou seja, estamos apresentando as dificuldades relativas às atividades com o futebol. Mas mesmo assim, não podemos desconsiderar estas sugestões dos próprios moradores sobre a importância da contratação de desportistas locais para os programas de esporte e lazer no Bom Jardim.

Uma das queixas que ouvimos bastante por parte de estagiários, dizia respeito à quantidade insuficiente de adolescentes participando das atividades com o futebol, pois, segundo informações, quando o número de participantes começa a melhorar, o Programa já está no fim e a cada governo que é eleito tudo é modificado, nos fazendo perceber que estes programas estão mais caracterizados como políticas de governos e não como políticas de Estado.

Estamos conscientes de que as generalizações em relação a muitos aspectos desta pesquisa poderão ser problemáticas, mas como o nosso objeto de estudo esta delimitado, de forma que seja problematizada a meta do PELC que envolve a valorização da cultura local, estas reflexões se fazem necessárias, pois as opiniões dos próprios moradores e demais ligados às atividades com o futebol são imprescindíveis para procurarmos apreender como estas ações estão sendo ressignificadas e qual a concepção de cultura local a política leva em consideração ao referir-se ao Bom Jardim.

4.3 – SAGRADO OU PROFANO? UM SARGENTO EVANGÉLICO NO ESTÁDIO DO BOM JARDIM.

Sagrado e profano não são propriedade das coisas. Eles se estabelecem pelas atitudes dos homens perante coisas, espaços, tempos, pessoas, ações...

(Rubem Alves, p. 59, 1994)

O nosso olhar em campo, apesar de termos como foco de análise a relação entre a política de esporte e lazer (PELC) e a comunidade do Bom Jardim, também esteve relacionado a outras situações às quais ocorriam no estádio que, apesar de parecerem completamente sem relação com o nosso objeto de estudo, acabam revelando aspectos que nos possibilitam uma compreensão sobre as formas pelas quais a comunidade do Bom Jardim se comporta.

Outro princípio metodológico que levamos em consideração ao pensarmos estas relações que ocorriam no estádio ou nos demais espaços da comunidade, diz respeito à compreensão de que a sociedade é formada por campos sociais os quais são compostos por diversos agentes. Estes agentes, munidos por um repertório de atitudes as quais Pierre Bourdieu (2002) denominou de habitus, encontram-se em uma constante luta travada na tentativa de se impor um significado ao mundo social.

O título deste tópico nos apresenta que um ‘sargento evangélico’ apareceu no estádio do Bom Jardim e é justamente a partir das atitudes deste morador que levantaremos uma série de questões em relação aos moradores da comunidade. Em uma de nossas visitas ao estádio, nos deparamos com uma situação que nos chamou bastante atenção. Neste dia, a partir da observação de uma discussão que estava ocorrendo no estádio, percebemos que de uma simples conversa sobre os horários de utilização do complexo esportivo, surgiu uma série de críticas sobre o fato de estar havendo a utilização deste espaço de lazer por um clube de futebol que não tinha nenhuma relação com a comunidade. A discussão estava girando em torno dos direitos e deveres dos moradores do bairro, pois enquanto o estagiário do PELC, munido da sua posição de universitário e possuidor de um ‘saber legítimo’, argumentava que os moradores do Bom Jardim teriam prioridade em relação aos horários e atividades no estádio, os desportistas locais, mediante o conhecido jargão: ‘nesse país só manda quem tem dinheiro’, argumentavam que pobre não tinha vez e que entrar na justiça contra um clube de futebol rico, reivindicando os direitos de pessoas pobres, não valia a pena.

Percebemos, a partir desta discussão inicial, o quanto o estigma de que ‘pobre não tem vez’ está cristalizado no universo de valores desses moradores, pois a relação de proximidade com as leis e o entendimento de que a lei é para todos, ainda não é algo muito comum em nossa sociedade. Muitas vezes a acomodação em relação aos direitos e deveres se dá pela internalização da idéia de que em relação à nossa justiça: ‘os pobres não tem vez contra os ricos’.

Em um determinado momento dessa discussão, percebemos que chegava um senhor, sargento da polícia, mostrando-se muito educado, que estava levando suas filhas para praticarem esportes no complexo esportivo que fica ao lado do estádio. O mesmo, ao perceber que estávamos em uma calorosa discussão, passou a participar, colocando-se a favor da argumentação dos desportistas locais, argumentando que os direitos das pessoas pobres não existem e que não adiantava mesmo reivindicar. Em meio às conversas foi possível observar uma série de atitudes deste sargento que nos serviu de objeto de reflexão. Primeiramente, após um breve contato conosco, o sargento nos entregou um cartãozinho o qual o identificava e continha a seguinte frase: “O portador deste cartão é uma pessoa de bem e de minha confiança”. Após entregar o cartão, o

sargento afirmou que ‘conhecia as pessoas pela cara’ e que com certeza ali, naquele momento, ‘só tinha pessoas de bem’, por isso havia nos dado seu cartão.

O sargento nos relatou várias histórias de sua vida como militar. Em um determinado momento, levantou sua blusa e nos mostrou sua arma, um revólver calibre 38 prateado, afirmando que sempre andava armado devido às constantes ameaças que vinha recebendo. Em uma de suas histórias, nos contou que uma vizinha sua tinha sido assaltada há pouco tempo por dois jovens e ele tinha conseguido ir atrás dos infratores e baleá-los. Segundo o sargento, após esta perseguição, um desses jovens o teria ameaçado de morte. Sabendo do risco que corria e descobrindo onde um destes jovens morava, o sargento nos falou que foi à casa de um deles para conversar com seus pais. Foi neste momento que o ‘entrevistado’ nos contou que era evangélico e que tinha pedido ao jovem para sair desta vida, aconselhando-o. Segundo o sargento, mesmo sabendo onde o jovem morava e mesmo tendo conversado com seus pais, ele não deixava de andar armado, devido ao medo das ameaças, estando com sua arma mesmo quando ia aos cultos evangélicos.

Este aspecto relativo a um sargento da polícia que, apesar de suas atitudes muitas vezes violenta como policial, também é evangélico e constantemente fala da ‘importância da palavra de Deus’, nos revela duas faces de uma mesma moeda, pois suas atitudes nos fazem perceber um habitus autoritário que se revela tanto no policial ou homem da lei que se sente responsável pela ‘ordem’ na comunidade, quanto no religioso que está convencido de ter, através da palavra de Deus, o caminho para ‘salvação’ e ‘conversão’ desses jovens.

Levando em consideração as atitudes do sargento, o que seria uma ‘pessoa de bem’? Como se chega a esta conclusão? O que levaria o sargento a classificar determinadas pessoas como ‘de sua confiança’ somente pela fisionomia? Muitas vezes, percebemos que a própria comunidade internaliza estigmas criados por outras classes sociais, por programas policiais de televisão e até mesmo pelas instituições jurídicas e de segurança pública. Observamos que a distinção entre os indivíduos se dá também através de uma violência que se manifesta no plano simbólico ou do significado que se atribui ao outro (BOURDIEU, 2002). As ‘pessoas de bem’ são conhecidas logo apenas

por sua fisionomia, nos fazendo perceber parte deste universo de classificação presente entre os indivíduos neste espaço social. Um dos teóricos contemporâneos, além de Pierre Bourdieu, que nos ajuda a pensar este processo de criminalização na sociedade brasileira é o sociólogo Michel Misse (1999) que, através de uma análise a cerca da ‘construção social do crime no Brasil’, nos trás elementos centrais para refletirmos sobre estes aspectos que pairam no nosso cotidiano.

A partir das considerações de Michel Misse (1999), a acusação social foi ‘um dos mecanismos fundamentais que permitiram no Ocidente moderno o desenvolvimento da auto-regulação das pulsões’, ou seja, a acusação social colabora de forma contundente para o processo de controle social e autocontrole típico da modernidade. A acusação pode ter tanto um caráter subjetivo que diz respeito à auto-regulação que o indivíduo faz em relação a si mesmo quanto um caráter que extrapola a individualidade e intimidade e torna-se exterior ou público através de uma relação direta ou indireta entre acusação e acusado.

Misse classifica o aspecto ‘socialmente aceitável’ da acusação na Modernidade como um mecanismo de poder e regulação da sociedade. Mas em relação à acusação social, qual seria o seu objeto? Seria a transgressão ou o sujeito da transgressão? Misse nos mostra que outro aspecto típico do mundo moderno - e bastante enfatizado por teóricos como Norbert Elias (1973; 1975), Michel Foucault (1996), Hannah Arendt (1994) etc. – diz respeito à normalização ou civilidade que colabora de forma decisiva para ‘a passagem da lei à norma’, pois segundo o sociólogo: “Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma quem dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão” (MISSE, 1999).

A normalização implica em uma compreensão moralista de se associar diretamente o sujeito à sua transgressão, de forma que o alvo passa a ser o caráter, a personalidade ou a subjetividade do transgressor. Segundo Michel Misse, “na Modernidade a acusação se emancipa da transgressão (que se torna no mínimo moralmente ambivalente ou duvidosa) para se dirigir à subjetividade do transgressor, à sua desnormalização, à sua incivilidade, às suas fraquezas”. (MISSE, 1999). Assim, em

vez de se tratar a transgressão a partir do caráter impessoal e racional que poderá ter a lei, o sujeito da transgressão passa a ter uma avaliação moralista através da norma que pune a partir da sua subjetividade. Assim, passamos a entender questões do cotidiano da comunidade do Grande Bom Jardim, quando levamos em consideração este aspecto da associação direta da transgressão ao sujeito de forma moralista e autoritária, pois um dos elementos analíticos apresentados por Michel Misse para pensarmos o crime no Brasil diz respeito ao mecanismo da sujeição criminal, que “através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como ‘propenso a cometer um crime’” (MISSE, 1999).

Assim, a atitude, mesmo sutil, de mostrar sua arma durante as conversas, a iniciativa de dar cartões o identificando como sargento e, principalmente, a forma de classificar os jovens no Grande Bom Jardim, todas estas atitudes nos fazem refletir sobre este aspecto ainda presente na sociedade brasileira que diz respeito ao autoritarismo e moralismo que se revela através de uma espécie de normalização da sociedade. Normalização esta repleta de preconceitos e estigmas que antecipa, tipifica e estigmatiza aqueles sujeitos cujo caráter é socialmente considerado como ‘propensos a cometerem crimes’.

4.4 - Sr. LUIS DE ASSIS BARROS: UM MORADOR-SÍMBOLO DO FUTEBOL NO GRANDE BOM JARDIM.

Eu não tenho leitura, mas tenho cultura!

(Sr. LUIS DE ASSIS BARROS)

Se chegarmos a qualquer morador, em qualquer setor do bairro Granja Lisboa, e perguntarmos quem é o ‘Sr. Luis’, certamente todos, ou pelo menos a grande maioria, sabe nos informar onde ele mora, poderá nos relatar alguma situação vivida com ele, ou falar da sua vivência como atleta de seu time. Sr. Luis já tem mais de 40 anos de trabalho com o futebol no bairro Granja Lisboa. Sua maneira de ser, seu carisma e suas iniciativas como desportista nos traz uma simbologia bastante significativa para pensarmos grande parte das sociabilidades existentes no bairro. Em todo esse tempo de trabalho com o esporte, gerações e gerações de atletas já passaram por ele. Não é difícil constatar tal realidade, pelo fato de o Sr. Luís estar sempre nos apontando, pelas ruas do bairro, aqueles que já foram seus atletas e que atualmente já são pais de família e casados. A história do nascimento do time Granja Lisboa Atlético Clube às vezes se confunde com a formação do próprio bairro já que, segundo Sr. Luis, o time foi o pioneiro com o futebol na comunidade:

É o seguinte, pra quem não sabe nem conhece a região do bairro aqui, eu sou o morador mais velho do bairro, o desportista mais velho. O campo do Granja Lisboa era onde é hoje a Igreja Santa Paula. Lá era só mato aqui era só mato, só tinha vareda de preá, raposa, gato maracajá, ‘o diabo a sete’. Não existia outra coisa, só bicho do mato, bicho bruto. Eu vim me esconder aqui e graças a Deus me dei bem. Depois pediram o terreno lá e o Sr. Paulo me liberou aqui pra fazer o campo aqui. Só lá joguemos 13 anos descalço; graças a Deus de lá vínhamos pra cá, Deus nos ajudou, a gente se calçou, e nós estamos até hoje aqui graças a Deus. Aqui também era mato! Chegemo aqui tinha poucas casas contadas.

Apesar de não saber ler e escrever, Sr. Luis elabora seus questionamentos e críticas sobre a politicagem presente em relação à organização do futebol, pois segundo o mesmo, ‘querem fazer do esporte um comércio!’. “[...] futebol é saúde, futebol é lazer; não é comércio como muitos aqui fazem [...] eu trabalho porque gosto [...] eu executo o esporte de natureza, nasci para a inclinação de lutar com o futebol...”.



PROPAGANDA DA ASSOCIAÇÃO GRANJA LISBOA ATLÉTICO CLUB, QUE TEM O Sr. LUÍS COMO PRESIDENTE.

Uma das atitudes que nos chamou bastante atenção no entrevistado foram os momentos em que ele sempre repetia a seguinte expressão: “Eu não tenho leitura, mas tenho cultura!”. A importância dada a esta diferenciação por ele estabelecida sobre cultura, está intimamente relacionada à perspectiva metodológica que adotamos nesta pesquisa, pois quem mais poderia falar melhor sobre a cultura do Grande Bom Jardim do que os próprios moradores?

Em relação ao primeiro contato que tivemos com o Sr. Luís, nos apresentamos como alunos da Universidade Estadual do Ceará e pedimos a sua permissão para fazermos algumas perguntas relacionadas à prática do esporte na comunidade do bairro

Granja Lisboa. O entrevistado foi logo se apresentando e nos dizendo que trabalhava há muitos anos com o futebol naquele bairro, nos falando também que começou a se apaixonar por esse esporte aos 12 anos de idade época, segundo ele, que não eram muitos que gostavam de praticar o futebol como hoje.

Sr. Luís nos relatou que sempre foi apaixonado por futebol, pois recordava a época em que jogava e dos gols que fazia, mas atualmente não está jogando porque o corpo já não agüenta mais. Falou-nos também que, para não abandonar o futebol lhe restou a oportunidade de treinar os atletas da comunidade. Segundo afirma, quando começou com essa iniciativa, não havia ainda nenhum reconhecimento por parte das instituições políticas da Cidade.

Tivemos a oportunidade de ver várias sacolas e pastas onde tinham o uniforme do time, várias fotos retratando várias gerações de jogadores que já tinham passado pelas mãos do Sr. Luís. Fotos de quando o mesmo ainda era jogador e fotos de seus filhos que ainda jogam pela equipe. A partir deste momento foi possível perceber, com esteio no discurso de Sr. Luís, uma espécie de resgate ou memória de grande parte de sua vida que foi dedicada ao futebol na comunidade do bairro Granja Lisboa.

Foi relatado também que boa parte dos jogadores que começou no time, com oito a nove anos de idade hoje, muitos já são casados, possuem filhos e, mesmo assim, ainda permanecem jogando no Granja Lisboa Atlético Clube. Todas estas declarações de Sr. Luís eram confirmadas através das muitas fotografias mostradas e que contavam as respectivas histórias daqueles atletas. Em relação aos jogos, 'rachas' e treinamentos de sua equipe, Sr. Luís nos falou que, apesar da existência de um estádio no bairro, ele treina em um campinho de várzea que fica próximo a sua casa conhecido como 'Campo do Granja Lisboa' (próximo à escola do CAIC), segundo ele, este campo é bom para treinar porque é grande.

O Granja Lisboa Atlético Clube possui muitos atletas cadastrados incluindo os mais novos e os atletas mais velhos. Em relação aos recursos, Sr. Luís foi bastante claro em nos colocar que continua com este 'trabalho' por que realmente gosta do futebol, pois os recursos estão atrasados e quando chegam são pouquíssimos. Faltam bolas, chuteiras para a prática do desporto. Ao tratarmos do assunto que diz respeito à verdadeira importância que o entrevistado atribuía a seu trabalho, Sr. Luís foi bastante

claro em nos colocar que o futebol ajuda a ‘tirar os meninos da rua’. Relatou ainda que, apesar de não saber ler e escrever, estava sempre preocupado em falar para seus atletas da importância de os mesmos estudarem para ‘vencer na vida’.

Sr. Luís mostrou-se uma pessoa bastante empenhada em suas iniciativas com o futebol. Mostrou-nos os documentos dos cadastros dos atletas, regulamentos dos campeonatos, jornais comunitários contendo reportagens relacionadas ao seu trabalho na comunidade. Segundo seus relatos, já foi submetido a várias entrevistas e pesquisas e em relação à divulgação do seu trabalho, nos confirmando que, mesmo sem saber ler e escrever, estava atento a tudo o que divulgavam, nos falando que só valorizava aquilo que realmente retratava a sua realidade.

Nos relatos do Sr. Luís percebíamos como o futebol foi surgindo em uma época a qual o bairro encontrava-se com uma população pequena e grande parte destas pessoas eram oriundas das cidades do interior. Sr. Luís nos relatou que por ali, antigamente, grande parte do bairro ‘era tomado pelo mato’. Sua vida com o futebol começou como atleta e logo veio a necessidade de se praticar o esporte em um campo que, segundo ele, nasceu a partir da união dos próprios moradores.

Já em relação ao atual campo do Granja Lisboa, Sr. Luis, seus atletas e alguns moradores nos relataram que ali, antigamente, também era tomado pelo mato, mas a necessidade de espaços de lazer os levou a transformar aquele local ‘apropriando-o’ para os jogos e treinos. Sr. Luís nos relatou que “há 38 anos, aqui foi o seguinte: broquemos, arranquemos toco, queimemos e depois a gente arranhou a máquina e passemos. O terreno aqui é daqueles que não tem escritura ai a gente conseguiu (...). Aqui também era mato! Chegemos aqui tinha poucas casas contadas”.

A partir destes aspectos apresentados em relação à vivência do Sr. Luís para com o futebol no bairro Granja Lisboa, percebemos o quanto está enraizada esta prática do futebol em relação à grande parte dos moradores. Poderíamos até denominar, nos fundamentando em Bourdieu (2002), estas formas de pensar, agir e sentir como um *habitus* presente nesta estrutura de relações que envolvem as políticas públicas de esporte e lazer na comunidade. Sr. Luís, como um dos representantes dos desportistas no bairro, nos faz refletir, a partir de suas atitudes e opiniões, ou sua posição nesta

estrutura social, sobre esta luta travada entre estes diversos atores sociais ligados ao futebol.

A partir das manifestações do Sr. Luís, entendemos que os relatos de poder, por parte dos desportistas, manifestam-se de forma sutil através de vários aspectos: Através das denúncias de politicagem em relação aos demais moradores ligados ao esporte, por meio da constante afirmação da tradição de estar ligado ao futebol, através do carisma para com os atletas e moradores, o envolvimento, muitas vezes velado, para com a política no bairro, os interesses por benefícios e remuneração em relação às políticas que são implementadas, a sutil indiferença para com os estagiários que trabalham com as políticas de esporte e lazer e muitas vezes a resistência em oferecer alunos para que os estagiários possam realizar as atividades das políticas públicas de esporte e lazer e etc.

4.5- O FUTEBOL COMO METÁFORA DE VIDA E MORTE!

A experiência humana da vida é originariamente, a experiência da fluidez constante, da mutabilidade, da inospitalidade do mundo, da liberdade; a segurança não está em parte alguma...

(CRITELLI, p. 20, 2007)

Como havíamos apresentado anteriormente, muitos momentos foram significativos em relação às sociabilidades que nos deparamos em relação ao futebol na comunidade, mas uma destas situações foi bastante instigante e resolvemos destacá-la neste momento. Esperamos que a explicação do título, relacionado ao futebol como metáfora de vida e morte, esteja mais explícita ao final do capítulo, uma vez que nossas reflexões aqui postas funcionarão apenas como problematizações e questionamentos para debates posteriores. Destacaremos a complexidade de aspectos presente nas sociabilidades do Bom Jardim, inclusive questões existenciais relativas à manifestação do conflito: vida e morte no plano simbólico, que o futebol nos possibilitou pensar.

O conflito como princípio metodológico procura explicar justamente o cotidiano como um palco repleto de manifestações, próprias do homem comum ou ordinário, repletas de criatividade e astúcias, no sentido de se resistir, mesmo que de forma ‘irreflexiva’, aos mecanismos de poder próprios de todo esse campo de disputa social. Em relação a este universo de relações de poder e disputas, observamos que os conflitos e resistências ‘mostram-se’ constantemente: seja através dos estagiários do programa, enquanto representantes do estado, seja através dos jovens e adolescentes alvo da política pública, seja através dos desportistas locais.

Em relação aos desportistas locais, que dizem respeito aos técnicos dos times de várzea, professores das escolinhas de futebol, ex-atletas e demais moradores do Grande Bom Jardim, apresentamos o Sr. Luís de Assis Barros como um típico representante-símbolo do futebol no bairro, pois a partir do contato que tivemos com este morador, percebemos que astúcia e drible são características que não encontramos somente na prática do futebol, mas também na maneira de viver (ou sobreviver) astutamente às disputas e relações de poder do cotidiano.

Durante uma das atividades esportivas feitas pelo estagiário durante sua intervenção, trabalhando com os adolescentes no campo de várzea, percebemos que um carro de uma funerária encontrava-se estacionado bem próximo ao campo de várzea do Sr. Luís. Olhando mais atentamente, reparamos que existia bem próximo ao campo esportivo uma fábrica de caixões, que, segundo Sr. Luís, constantemente eram fornecidos às funerárias do bairro. Os fundos desta fábrica de caixões vão de encontro justamente ao campo de várzea do Sr. Luís e, pelo que constatamos, constantemente estes caixões são postos para fora da fábrica, expostos em plena calçada, para que os mesmos possam ser levados às funerárias. Neste mesmo dia chamava atenção o fato de vários destes caixões estarem sendo transportados por um carro de forma que eram tantos que não estavam cabendo direito no veículo.

Chamou-nos atenção o fato de estes dois espaços conviverem lado a lado, uma vez que o espaço do esporte, aqui representado simbolicamente como o ‘espaço da vida’, que nos vem sob a roupagem da qualidade de vida, inclusão social e saúde, encontrava-se ao lado do ‘espaço da morte’ representado simbolicamente naquela situação pela fábrica de caixões que eram expostos em plena rua, onde era ‘aguardada’ mais uma morte para que os mesmos fossem vendidos.

Dirigimo-nos ao Sr. Luis no sentido de sabermos o que para ele significava aquela situação em que caixões estavam expostos em plena rua, em grande quantidade. Sr. Luís reagiu com tamanha espontaneidade, uma vez que o mesmo nos respondeu da seguinte forma: ‘olha... Aquilo ali é caixão de defunto mesmo, mas o campo aqui é bom!’. Esta fala nos revela um dos aspectos centrais da nossa pesquisa, pois percebemos na fala do Sr. Luís um *ethos* próprio de autogestão local e que pode até mesmo nos levar a questionar que aspectos da cidadania local estão sendo construídos a partir da relação dos moradores do Bom Jardim com a construção dos seus próprios espaços de lazer.

A maneira de os adolescentes e o próprio Sr. Luis lidarem com este fato pode nos fazer refletir sobre uma série de questões e também levantar outros questionamentos. Ao pensarmos os aspectos vida e morte, convivendo lado a lado, poderemos iniciar nossas reflexões, principalmente se estivermos pensando sobre um determinado contexto social em que muitas vezes a morte simbólica, representada pelo abandono por parte do poder público (ou como diria Michel Foucault (1987), uma atitude que diz respeito ao ‘fazer viver e deixar morrer’¹), é ‘encarada’ de ‘forma resistente’ através de astúcias, interesses, criatividade e apropriações por parte dos atores sociais. A atitude de se apropriar de um terreno baldio e construir um campo de várzea, frente ao descaso do poder público e carência de equipamentos de esporte e lazer, talvez possa parecer, a princípio, simplista demais, mas nos faz pensar também em formas criativas e astuciosas de, simbolicamente, se ‘driblar a morte’.

O ‘driblar a morte’ que apresentamos nestas reflexões como metáfora para a compreensão das dificuldades que passa a comunidade, talvez não seja ainda a forma mais viável e cidadã de a população lidar com os problemas sociais, mas é importante procurarmos compreender os sentidos e significados que estas práticas possuem para estes atores sociais. Encaramos o poder como algo difuso, micro e complexo e é

¹ Nos estudos de Michel Foucault (1987), a manifestação do poder nas sociedades é abordada iniciando seus estudos em relação ao poder soberano, que vai desde o período medieval até o início da sociedade moderna, passando pelo poder disciplinar, que começa a surgir no final do século XVIII, até o biopoder que se inicia aproximadamente no século XIX. Segundo Foucault a forma de controle presente nas sociedades modernas se dá através daquilo que ele conceitua como biopoder, ou seja, “uma forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando. A vida agora se torna objeto de poder”, pois o que está em meta é a produção e reprodução da própria vida.

bastante problemático pensarmos em poder sem levarmos em consideração o fenômeno das resistências. Percebemos que, simbolicamente, há uma constante luta travada entre vida e morte em relação à comunidade do Grande Bom Jardim.

A reflexão sobre a melhoria das políticas públicas e a construção da cidadania brasileira não pode estar dissociada de uma concepção mais complexa das relações de poder e interesses que existem na sociedade. O discurso de ‘trazer cidadania às pessoas’ pode parecer perigoso demais, uma vez que a sociedade brasileira ainda encontra-se em processo de construção de uma cultura de participação política mais sólida e autonomia por parte dos cidadãos.

Em relação ao capítulo seguinte, apresentamos a relação entre estagiários e os jovens participantes do PELC, de forma que destacaremos de que maneira ocorreu o ‘encontro’ entre duas realidades bastante díspares, pois encontramos, por um lado, os estagiários não somente como representantes do Estado, mas como pessoas que possuem interesses, desejos, vontades e dificuldades frente ao programa e por outro lado percebemos os jovens e adolescentes participantes da política pública, que muitas vezes resistem ao trabalho dos estagiários mesmo que de forma sutil.

CAPÍTULO 4 - ESTAGIÁRIOS DO PELC E JOVENS DO BOM JARDIM: Os campos de várzea como ‘ponto de encontro’.

Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas.

(Michel de Certeau)

Os campos de várzea presentes no Grande Bom Jardim passaram a ser uma espécie de recorte, ou delimitação do nosso objeto de estudo, importante para podermos adentrar às sociabilidades existentes nesta relação entre comunidade e política pública de esporte e lazer. Estes espaços tem se mostrado como verdadeiros palcos de diversas manifestações, fazendo parte de uma teia de significados.

Em relação às visitas que realizamos ao Grande Bom Jardim, foram percebidas diversas questões que acreditamos serem importantes para, ao mesmo tempo, refletirmos sobre temas como: Estado brasileiro, políticas públicas, violência, sociedade civil, cidadania etc. A cidade de Fortaleza se encontra entre as cinco maiores capitais do Brasil¹, passando por grandes problemas urbanos e repleta de áreas de risco. Estas áreas periféricas, muitas vezes invisíveis socialmente, constroem suas vivências, códigos e valores próprios. Assim, considerando estes aspectos, como se dá a relação entre estas políticas sociais e o cotidiano destas comunidades?

O que estamos percebendo são conflitos entre estes projetos e as realidades locais. As reflexões relativas às dificuldades que o Estado encontra em executar políticas sociais significativas em um contexto de mercado tornam-se mais ricas se também procurarmos compreender as especificidades, os anseios e motivos das comunidades que são alvo destas políticas. Para pensarmos em cidadania em relação à

¹ Dados da Prefeitura de Fortaleza do ano 2003. Ver em: Fortaleza em Números: Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA, (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLA), 2003.

sociedade brasileira, é indispensável que entendamos a lacuna existente em relação à construção de uma cultura de participação política e reivindicações sociais básicas que ainda estão por ser concretizadas.

Em relação ao contato que tivemos com os estagiários do PELC, responsáveis pelo futebol, podemos considerar que a receptividade foi ‘amigável’ e logo foi possível construir uma espécie de canal de informações. Uma das grandes preocupações que tivemos em relação ao contato com estes atores do projeto foi em construir aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira denomina como um ‘diálogo entre iguais’².

Conhecer um pouco as opiniões, maneiras de pensar e agir, tanto dos estagiários quanto dos jovens participantes do PELC, foi um aspecto que procuramos desenvolver durante todas as visitas. Percebemos o ‘encontro’ de realidades bastante diferentes, pois os modos de vida dos estagiários são bastante díspares daqueles que possuem os jovens do Bom Jardim. Ao conversarmos com alguns agentes do projeto PELC foi possível ouvirmos opiniões do tipo: “esses meninos daqui são verdadeiros projetos de marginais”. E em relação às falas de alguns adolescentes, percebemos observações do tipo: “esses professores do projeto só vem pra cá pra dá uma bola pra gente. Não faz nada e ainda ganha dinheiro”. Percebemos preconceitos, julgamentos e resistências em ambas as partes.

² Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ao referir-se ao trabalho do antropólogo, nos trás diversas questões imprescindíveis para realizarmos uma pesquisa de campo. Segundo Roberto Cardoso, a pesquisa de campo envolve três questões fundamentais que dizem respeito ao: olhar, ouvir e escrever. Estes aspectos precisam constantemente passar por uma espécie de questionamento, pois aquilo que acreditamos já conhecer pode muitas vezes dificultar neste processo de apreensão das relações de poder, hierarquias ou valores próprios da realidade escolar que se pretende pesquisar. Ou seja, é preciso que questionemos sempre o ‘familiar’. Ainda segundo Roberto Cardoso, este contato com os atores que pretendemos ‘investigar’ torna-se um momento bastante delicado, uma vez que muitas vezes esta relação entre pesquisador e ‘nativo’ encontra-se permeada por relações de poder, pois segundo o antropólogo é necessário que estabeleçamos uma espécie de ‘conversa entre iguais’, “desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando fortemente um diálogo entre “iguais”, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos do seu próprio discurso”. (OLIVEIRA, 2000, p. 24).



JOVENS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC – BOM JARDIM).

Os conflitos e resistências se davam de muitas formas, desde as formas mais sutis até momentos explícitos de ‘confronto’ entre jovens e estagiários. Situações diversas nos chamaram atenção. Momentos em que muitos jovens não participavam de atividades propostas pelo estagiário pelo fato de não quererem interromper a partida de futebol que estava acontecendo naquele momento. Situações as quais os estagiários não utilizavam determinados campos de várzea por considerarem estes espaços ‘violentos e perigosos’ ou por serem ‘fruto de ocupações ilegais’, e de acordo com eles ‘a utilização desses espaços poderia prejudicar a Prefeitura’.

Em relação aos estagiários, percebemos situações as quais um deles era amigo desde criança de um dos policiais do Ronda do Quarteirão, de forma que as conversas entre os dois, policial e estagiário, deixava transparecer condutas impressionantes relacionadas à atuação da polícia. Certamente se estivéssemos buscando tais informações, formalmente, através de um questionário ou entrevista formal não nos seria relatado estas condutas destes policiais. Relatos de situações vividas continham descrições detalhadas da polícia batendo em pessoas consideradas ‘vagabundas’ e que se torna até banal nos discursos do senso comum a diferenciação entre o cidadão e o

vagabundo. São muito comuns falas inflamadas de que ‘o cidadão merece respeito, mas o vagabundo merece bala!’.

Observamos também situações em que o estagiário utilizou-se de sua amizade com o policial, através de uma espécie de troca de favor, no sentido de ter mais proteção, ou pelo menos a sensação de estar protegido em um bairro considerado por ele perigoso. Diversas ocorrências policiais estavam relacionadas ‘ao perigo de garotas estarem sozinhas no ginásio ou nas proximidades do estádio’, devido ao risco de estupros ou assédios. Presenciamos um fato parecido, de forma que o Ronda do Quarteirão tinha sido acionado devido a um suposto assédio sexual sofrido por uma garotinha quando a mesma encontrava-se brincando próximo ao ginásio. Fato ocorrido no momento em que o estagiário do PELC ministrava suas atividades esportivas.

Apesar dos conflitos, resistências, estratégias sutis dos agentes lidarem com suas dificuldades, percebermos também momentos de diálogo onde era possível ouvir e ser ouvido. Ambas as realidades, tanto os estagiários quanto os garotos moradores do bairro, tinham muito que compartilhar. Através das conversas com os jovens participantes do projeto, observamos um pouco das ‘artimanhas’ utilizadas por eles para relacionarem-se seja com os estagiários dos projetos, seja com os policiais do Ronda do quarteirão, seja com colegas considerados perigosos e até mesmo com seus pais. São adolescentes que possuem uma vivência muito grande em relação a muitos jovens de outras classes sociais em Fortaleza e este contato entre estagiário e morador do bairro acaba se dando também através de uma espécie de ‘troca’ ou conhecimento melhor do outro.

Outro aspecto relevante em relação aos adolescentes e jovens do projeto é que foi necessário fazermos um esforço, tanto metodológico quanto compreensivo, no sentido de relativizarmos as categorias que trazemos cristalizadas em nosso senso comum relacionadas ao que é ser adolescente e ao que é ser jovem. Em relação as nossas percepções, foi possível observarmos também alguns garotos que, apesar de fisicamente aparentarem estar na fase infantil, apresentavam comportamentos considerados ‘maduros’ em relação às suas vivências e até certo ponto ‘maliciosos’, com maneiras de lidar com o outro através de verdadeiras ‘táticas de sobrevivência’

frente às regras seja da polícia, seja do estagiário, seja do ‘Estado’. Estas formas de ‘driblar’ certas regras do dia-a-dia, ou ‘escapar’ sutilmente a algumas formas de ‘controle social’, foi um aspecto que consideramos como parte de uma imensa teia de relações de poder e resistência, presentes nas relações da política pública, que a relação: estagiário / adolescentes nos possibilitou pensar.

5.1 - O FUTEBOL E AS RELAÇÕES DE PODER

Ao refletirmos as políticas públicas sociais voltadas ao esporte e lazer implementadas no bairro Bom Jardim, observamos o quanto o esporte tem-se mostrado como uma instituição repleta de aspectos importantes para entendermos as relações sociais em um determinado contexto ou até mesmo, de forma mais ampla, em relação à sociedade brasileira. Levantaremos algumas reflexões de caráter mais geral para, posteriormente, problematizarmos com maior propriedade este processo de apropriação da política de esporte e lazer (PELC) por parte dos moradores do Bom Jardim.

Sabemos o quanto o esporte é apropriado por diversas instituições sociais, revelando disputas políticas e relações de poder. Podemos apresentar o Estado, o mercado, diversas instâncias da sociedade civil e o próprio cotidiano como esferas da sociedade que se apropriam do esporte e nos faz refletir no quanto esse universo esportivo está marcado por relações conflituosas.

Se pensarmos a relação entre Estado e esporte, perceberemos, ao longo da história política brasileira, a necessidade do Estado de um ideal voltado à construção de uma identidade nacional e promoção de políticas sociais como forma de controle social e ‘propaganda’ referente à qualidade de vida, cidadania, direitos humanos etc. Já em relação ao mercado, podemos afirmar que existe uma clara intenção em transformar o esporte em verdadeiro espetáculo e objeto de consumo, alimentando um imaginário voltado à ascensão social por meio do esporte profissional. O futebol no Brasil é um

claro exemplo deste impacto causado nos adolescentes e jovens em relação a um imaginário voltado a um futuro milionário como jogador de futebol.

Em relação às nossas visitas ao Estádio e ao ginásio do Bom Jardim, percebemos várias relações e manifestações operando em torno do futebol. Parte das atividades esportivas do projeto PELC estava se dando no ginásio que fica ao lado do estádio. No mesmo horário, observávamos que no estádio estava ocorrendo um treino de futebol ligado ao clube de futebol Ceará Esporte Clube, que treinava as categorias de base (ou adolescentes) do time através da lógica do esporte que visa competições. Observando as duas realidades, tanto o esporte apropriado pela política pública através de uma lógica de educação e participação quanto o esporte apropriado pelo clube de futebol que visa o profissionalismo e o treinamento regado, percebemos o quanto o esporte é apropriado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, despertando opiniões, interesses e imaginários ligados à ascensão social, inclusão, educação, participação etc.



GINÁSIO E ESTÁDIO DO BOM JARDIM (COMPLEXO ESPORTIVO VALDEMAR CARACAS)

Diversas instâncias da sociedade civil organizada têm também o esporte como bandeira para se trabalhar a recuperação de jovens, participação política, saúde, lazer, educação etc. Exemplos que podemos apresentar dizem respeito às ONGs, associações voltadas aos direitos humanos, projetos universitários, sindicatos, pastorais religiosas, empresas e demais instituições que se utilizam do esporte e tem como bandeira a inclusão social, cidadania etc.

Em relação ao cotidiano, relacionado a uma dimensão social que valorizamos bastante nesta pesquisa, podemos pensá-lo também como um palco riquíssimo de relações o qual o esporte também é apropriado e ressignificado de forma bastante particular. Desta forma, levando em consideração este universo de disputas e interesses em relação ao esporte, especificamente o futebol na sociedade brasileira, trazemos à discussão as relações sociais do bairro Bom Jardim como forma de delimitarmos nosso objeto de pesquisa e tentarmos entender como este cotidiano ambíguo e complexo, formado por comunidades carentes, se apropria destas políticas sociais.

Para refletirmos sobre estas questões, apresentamos o cotidiano também como um ‘espaço político’ de manifestação de anseios, desejos, conflitos, resistências e diversas outras manifestações que nos faz perceber o quanto o entendimento da cidadania na sociedade brasileira não é um trabalho simples. As relações sociais que temos observado em relação à política de esporte e lazer no bairro Bom Jardim estão repletas de disputas sutis e resistências que nos faz entender parte do que a população vivencia no seu dia-a-dia em relação a estas ações governamentais que muitas vezes não estão voltadas à realidade local, mas possuem objetivos mirabolantes e utilizam-se na maioria das vezes os números para justificarem seus impactos.

Podemos apresentar o Estado brasileiro, da forma como foi formando-se, como uma instituição totalmente distante dos indivíduos, uma verdadeira ‘abstração’ na qual as pessoas não se sentem como parte integrante deste Estado. Aspectos como a corrupção e o autoritarismo presente nas instituições são marcas ainda existentes na sociedade brasileira. Desta forma, devido à pequena cidadania e ao lento processo de construção de uma sociedade civil no Brasil, acabou por estruturar-se uma verdadeira distorção de cidadania, participação política, Democracia etc. Mesmo com o fim da ditadura militar, através do processo de redemocratização, e a formulação da constituição de 1988, percebemos em relação à sociedade brasileira um contraste, pois mesmo com diversas mudanças modernizadoras, ainda convivemos com uma estrutura oligárquica alimentada por diversas relações de poder configurando uma sociedade com suas instituições ainda ‘engessadas’ pelo autoritarismo.

Outro aspecto que destacamos como parte deste contraste é ‘a sobrevivência do clientelismo e da política de favor que coexistem com uma tradição de lutas sociais que conquistaram uma das mais avançadas legislações no campo de direitos das crianças e adolescentes’. (SPOSITO, 2008). Para pensarmos as políticas públicas direcionadas à juventude na sociedade brasileira como parte dos direitos humanos, não podemos perder de vista estes contrastes próprios da formação do Estado brasileiro. Direitos básicos necessários à juventude e que precisam ser garantidos através das políticas ainda não são assegurados e mesmo assim nos encontramos em um contexto de globalização onde as subjetividades juvenis passam a tomar um lugar central nos discursos, ações das políticas, na academia etc. (SPOSITO, 2008).

O que temos percebido é que, apesar de não existir ainda na sociedade brasileira uma cultura política sólida de participação, estas políticas de caráter superficial não são simplesmente aceitas e recebidas como se o Estado fosse o ente supremo que trará a felicidade para todos. Nossa vivência em pesquisas anteriores e atualmente, em relação ao bairro Bom Jardim, não pode ser tomada como uma garantia ampla o bastante para generalizarmos nossas reflexões sobre as políticas sociais no Brasil ou em Fortaleza, mas nossas percepções do cotidiano nesta comunidade nos trás manifestações riquíssimas para levantarmos questões sobre as relações de poder existentes entre Estado e sociedade civil. A partir de nossas observações iniciais, foi possível perceber que as resistências por parte da população alvo das políticas se dão de múltiplas formas e a violência pode ser pensada como um fenômeno que gera ‘ação e reação’ nos fazendo perceber que, muitas vezes, as pessoas reagem na mesma proporção de violência em que o Estado as submeteu e as submete.

5.2 – OS ATORES NESTE UNIVERSO DE DISPUTAS E CONFLITOS.

Em uma de nossas visitas ao campo de estudo, percebemos logo que o estagiário e o funcionário responsável pela recepção e organização do estádio estavam conversando, e a atividade do PELC não estava sendo realizada. Ao observarmos a

conversa, nos foi passado que durante o feriado de ano novo, ladrões tinham entrado no estádio e arrombado as fechaduras das salas que guardam os materiais esportivos utilizados para a execução das atividades de esporte e Lazer das políticas públicas.

Observamos que, além dos entraves comuns para a execução do Programa, este fato lamentável iria barrar por mais uns dias as atividades de esporte do PELC. Segundo o estagiário, com certeza, este material que foi roubado, as bolas principalmente, iriam demorar bastante até que alguém tomasse uma providência para repor o que estava faltando. Uma das questões que estava sendo bastante discutida neste dia era justamente a segurança do estádio, pois segundo um dos responsáveis pelo complexo esportivo, ultimamente vários roubos tinham acontecido, inclusive até os próprios portões do estádio já tinham sido levados várias vezes. Percebemos também através das falas que, muitas vezes, o próprio estádio e ginásio acabam funcionando como ‘fachada’ para algumas pessoas venderem ou usarem drogas. Observando estas questões ficou claro que existe uma realidade estruturada de problemas, conflitos e relações de poder na comunidade, de forma que a falta de proximidade da população para com a coisa pública é também uma constante.

Uma das queixas bastante contundentes por parte dos estagiários foi justamente a falta de um elo entre a comunidade e o Programa, no sentido de que haja a participação de moradores do bairro, ligados diretamente ao esporte, que contribuam para a mobilização de pais e adolescentes no sentido de conscientizá-los e informá-los sobre a importância da participação no Programa de esporte e lazer. Segundo o estagiário, o projeto acaba sendo bastante superficial e sem coerência, pois o processo de divulgação não ocorre de maneira eficaz devido à falta de conhecimento dos estagiários em relação à comunidade e, segundo informações, existe também o medo de adentrar a uma localidade que é tida como violenta e perigosa. Assim, de acordo com os estagiários, poucos adolescentes e jovens freqüentam as atividades do projeto e os poucos que participam não estão ligados de forma mais constante participando poucas vezes.

Já abordamos anteriormente que, de acordo com as diretrizes do Programa, é preciso que a Prefeitura, através da Secretaria de Esporte e Lazer, apresente uma

resposta em números ao Governo Federal sobre a quantidade de participantes do PELC. Quando adentramos a realidade de execução da política pública, percebemos uma enorme teia de relações de poder, entraves, interesses e um descompasso bastante significativo entre a proposta do projeto e a realidade da comunidade.

Percebemos diversas opiniões e posições neste imenso campo de relações que a política de esporte e lazer revela ao ser implementada na comunidade do Bom Jardim. Observamos o Estado, através de um discurso de inclusão social e cidadania, apresentando propostas de gabinete distante da realidade do bairro. É notório também aqueles desportistas, moradores ligados ao esporte no bairro que, muitas vezes, encontram-se contrários às políticas implementadas por não estarem sendo remunerados através da verba para os programas. Estagiários com um discurso de precariedade em relação aos equipamentos públicos e queixas de má remuneração também fazem parte das opiniões que observamos.

Muitos jovens e adolescentes também ‘resistem’ de maneiras diferentes a estes programas muitas vezes superficiais. Percebemos através das nossas visitas à comunidade que muitos utilizam o estádio e o ginásio como uma espécie de ‘fachada’ para venderem drogas, conversarem sobre o dia a dia, não fazer nada ou simplesmente jogar futebol sem compromisso, pois para grande maioria destes jovens, o ato de jogar futebol não está ligado necessariamente a uma política de pública que vai lhes cidadania.

Observando uma frase pichada no muro do ginásio³, percebemos que os valores juvenis da comunidade do Grande Bom Jardim ainda estão longe de serem alcançados e entendidos pelas políticas que trabalham com adolescentes e jovens no bairro. Reparamos a seguinte expressão que estava pichada no muro do complexo esportivo Valdemar Caracas: “Nois xarla e as gata pira”. Se tentarmos traduzir esta frase, a partir do sentido atribuído pelos jovens, considerando suas gírias ou códigos de comunicação, poderíamos dizer que está relacionada a uma espécie de manifestação que

³ A observação que realizamos das relações que ocorriam em torno da política pública de esporte e lazer no Bom Jardim também levou em consideração as manifestações dos jovens que aparentemente podem ser consideradas irrelevantes, mas repletas de sentido em relação à forma de os mesmos lidarem com as políticas implementadas no bairro.

procura engrandecimento, notoriedade e poder que, uma vez adquiridos, seria também uma forma de chamar atenção das garotas do bairro. Ou seja, tentando traduzi-la, poderíamos dizer que a pichação seria: Nós mandamos no pedaço e as garotas piram!



Desta forma, a expressão “xarlar” está ligada a uma atitude de notoriedade, poder, espontaneidade que, para eles, chamam atenção das garotas, ou seja, elas “piram” como se estivessem em um estado de ‘êxtase’ frente à atitude ‘guerreira’, ‘poderosa’ ou ‘notável’ dos garotos. A própria pichação pode nos revelar esta necessidade de notoriedade e poder através da delimitação dos territórios no bairro ou na cidade. Observamos que estes valores de notoriedade, reconhecimento ou ser considerado importante ainda não foram incorporados nem pela escola nem pelas políticas públicas que trabalham com a juventude e muitas vezes a rua, a gangue ou o mundo do tráfico, com suas regras e valores, acabam sendo atrativo para muitos desses jovens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes políticas sociais se desdobram em movimentos dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado.

(Bárbara Freitag, 1987, p. 31-2)

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) diz respeito a uma política pública que foi implantada e gerenciada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte. Esta política foi implementada, através da prefeitura de Fortaleza, no bairro Bom Jardim, de forma que a duração do projeto se deu do dia 03 de Agosto (2009) a 30 junho (2010). Sabendo que no Bom Jardim a prática do futebol é bastante intensa, procuramos adentrar a esse universo de relações na busca de uma compreensão mais detalhada de como ocorreu o ‘diálogo’ entre esta política pública e a comunidade, principalmente em relação ao público jovem.

Uma das principais diretrizes que compôs o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) dizia respeito ao ‘Fomento e difusão da cultura local’. Segundo as diretrizes, também era objetivo do Programa: “Fomentar a ressignificação dos espaços esportivos e de lazer que atendam as características das políticas sociais de esporte e lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural/regional”.

Os locais observados em nossas visitas de campo foram os campos de várzea e o estádio do Bom Jardim, pois foram nestes espaços que ocorreram as atividades com o futebol. Procuramos adotar como princípio metodológico uma concepção de poder complexa, a qual nos ajudou a perceber os diversos atores sociais em um constante estado de conflito. Os discursos de poder provinham de todos os lugares. Mesmo com os agentes do estado, ou estagiários, manifestando-se através de discursos ‘legítimos’ a

favor da cidadania e inclusão social, tínhamos os desportistas locais e grande parte dos jovens participantes do projeto resistindo, mesmo que de forma sutil, às ações do programa.

Quando apresentamos este aspecto da resistência dos moradores para com o programa, percebemos que existe uma complexa teia de relações neste contexto que envolve política pública e comunidade, pois observamos momentos em que os jovens que estavam nos campos de várzea se omitiam a participar das atividades propostas pelos estagiários e muitos adolescentes que se encontravam no ginásio estavam sem ter muito que fazer ou sem se sentirem muito atraídos pelas propostas do estagiário, nos passando uma idéia de que as ‘resistências’ ou manifestações contrárias a estes programas superficiais, muitas vezes, encontram-se no plano do inaudito e das sutilezas das relações e só através de uma observação detalhada e reflexiva é que podemos perceber tais detalhes.

Percebemos também discursos de preconceitos por parte dos estagiários em relação aos jovens, adolescentes e também em relação ao próprio bairro. Observamos diversos interesses por ganhos financeiros por parte dos desportistas locais que só se interessavam em participar e colaborar com o PELC se estivessem ganhando algum dinheiro com o projeto. Assim, chegamos à conclusão do quanto faltou uma aproximação dos agentes do programa para com a comunidade do Bom Jardim, pois um dos entraves às atividades com o futebol foi justamente devido a uma mobilização deficiente dos adolescentes e jovens para participarem do PELC.

Questionamo-nos se realmente houve uma valorização da cultura local da comunidade do Bom Jardim. Acreditamos que não, pois foi possível perceber o quanto este trabalho de mobilização da comunidade requer articulação com os desportistas e moradores locais. Entendemos que este período delimitado pelos agentes para mobilização e esclarecimento da comunidade em relação ao programa PELC não foi bem aproveitado. O número de jovens e adolescentes participantes era bastante irregular, não havendo uma mobilização mais efetiva no sentido de se atrair estes jovens a partir de seus valores ou necessidades, de forma que somente ao final do PELC é que percebíamos um número maior de participantes. O medo de alguns estagiários em

adentrar determinadas localidades do Grande Bom Jardim, considerando-as como perigosas ou violentas, também pôde nos revelar a falta de conhecimento, aproximação e valorização da cultura local.

Uma das metas do PELC dizia respeito ao incentivo e educação dos moradores em relação a uma cultura de auto-gestão comunitária. Sabemos que durante este curto período de execução do programa a comunidade não pode internalizar a cultura de auto-gestão cidadã da forma que as diretrizes da política pública propunham justamente por autogestão comunitária tratar-se de um valor que já se encontra implícito de forma bem peculiar em determinadas atitudes dos moradores e que foge aos padrões do que estes programas entendem por autogestão cidadã.

Assim, é importante considerarmos que existe uma lógica de mobilização e auto-gestão própria da cultura local do bairro como, por exemplo, a construção dos próprios espaços de lazer, e que muitas vezes tais aspectos não são levados em consideração pelos gestores da política pública. As diretrizes destes programas até que oferecem uma possibilidade de diálogo com a realidade local, mas o modo de se operar estes projetos encontra-se tomado por vícios e posturas enraizadas as quais acabam barrando ou congelando as ações do Estado (FAORO, 2001).

A oralidade foi um dos recursos metodológicos que utilizamos, de forma que foi possível percebermos o quanto a comunidade ‘manifestava-se’ frente ao descaso do poder público. Ao estabelecermos as categorias dos agentes inseridos neste universo de relações (Estagiário, Desportista local e os Jovens), procuramos perceber as falas dos jovens e adolescentes, dos desportistas locais e dos estagiários. As manifestações dos moradores frente ao programa PELC diziam respeito tanto à construção dos próprios espaços de lazer (os campos de várzea), como relatos e histórias que nos fez perceber uma série de interesses, busca por notoriedade e disputas por ganhos financeiros. Os interesses e relações de poder foram diversos, de forma que é importante relativizarmos a idéia determinista que concebe as ações populistas e superficiais do Estado como aceitas sem ‘resistências’ ou sem ‘questionamentos’.

É importante considerarmos que nossa pesquisa se deu somente em relação às atividades com o futebol, pois generalizar nossas conclusões a partir apenas deste recorte de estudo poderá ser problemático. Sabemos que o PELC utilizou outras atividades esportivas e de lazer, de forma que não podemos comentá-las. Mas a partir do nosso recorte de pesquisa, percebemos que este programa de esporte e lazer acabou se tornando uma proposta passageira de governo e que não deixa de funcionar como ‘propaganda’ política, pois possui curta duração e não se caracteriza como uma política de Estado.

A cada mudança de governo todos estes programas implementados também são finalizados, dificultando a concretização das metas que apresentam, de forma que os números acabam sendo a única forma de dar alguma satisfação à sociedade. O problema dos números é que muitos jovens que aparecem no cadastro do PELC só freqüentaram o projeto no máximo uma ou duas vezes.

7. BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. **In: Políticas Públicas: Juventude em pauta.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis.** São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes. (Organizadores.). **Juventude em debate.** 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ADAUTO, F. O Futebol da cidade não morreu só mudou de lugar. **In: DA COSTA, M. Regina (Org.). Futebol: Espetáculo do século.** São Paulo: Musa Editora, 1999.

AGOSTINHO, Gilberto. Aquela Corrente pra frente: Objeto de politicagem e de interferências por parte do governo, nos tempos de ditadura militar o futebol brasileiro foi assunto de segurança nacional. **Revista: Nossa História,** Rio de Janeiro, Ano 2 / n. 14, p. 14 – 20. Dezembro de 2004.

ALMEIDA, M. A. B. de. **Lazer e reclusão: contribuições da teoria da ação comunicativa.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil: do Nacional-desenvolvimentismo à Globalização.** **In: Conexões v. 3, n. 1,** 2005.

AMARAL, Silvia Cristina F. Lazer e Participação Popular. **In: Revista Licere.** Nº 01, vol. 03, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. **In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Tempo de trabalho e tempo livre. **In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ G. L. (Org.). Representações do lúdico.** Campinas: Autores Associados, 2001.

ALVES, Rubem. **O que é religião.** São Paulo: Brasiliense, 17ª edição, 1994 (coleção primeiros passos).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1986.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

AZEVEDO, Janete Lins. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BARREIRA, C. (org.) et al. **Ligado na Galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: UNESCO, 1999 (Edições UNESCO).

BARREIRA, Irllys (coord.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. Fortaleza – 1993/1996. São Paulo: Instituto Polis; Recife: Centro Josué de Castro, 1998.

BAULER, Silvia Regina Godinho. **O futebol faz rolar mais do que uma bola: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós-graduação em Educação Física, Porto Alegre, 2005.

BELLOS, Alex. **Futebol: O Brasil em campo**. Tradução: Jorge Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BELLUZO, Lilia. VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. In: **São Paulo em perspectiva**. Vol. 18, nº 4, São Paulo, Oct/Dec, 2004.

BERGER, Peter L. e LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. RJ: Paz e Terra, 1986.

BOLTANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. “Programa para uma Sociologia do Esporte” In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do Esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

_____. Esporte na escola e esporte de rendimento. In: **Revista movimento**. Nº 12, jan., p.14-24,2000.

BRAMANTE, A. C. Qualidade de vida e lazer. In **GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). Qualidade de vida e atividade física**. Barueri: Manole, 2004.

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.

BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo. **Política Nacional do Esporte**. Brasília. S/d.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. Política Nacional do Esporte. **Programa Esporte na Escola**. Brasília. S/d.

_____. Ministério do Esporte e Turismo, Secretaria Nacional de Esportes **Programa Esporte Solidário**, Brasília. 2001.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. **Esporte Solidário: Esporte como instrumento de desenvolvimento social e econômico**. Brasília. 2002.

BRUHNS, H. T. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. Lazer, trabalho e tecnologia. In: **BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). Representação do lúdico**. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. (Org.). **Lazer e ciências sociais**. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, G. L. (Org.). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. 1 ed. – São Paulo: Moderna, 1993.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CAMPOS, Paulo Mendes. Salvo pelo Flamengo. In: **Para gostar de ler: Crônicas (Vol. 3)** – São Paulo: Ática, 1978.

CANCLINI, N. G., **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **Globalização e ajuste brasileiro: Um desafio no horizonte analítico contemporâneo**. Fortaleza, 11 de Setembro de 1998 (mimeo).

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.): **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

_____. Lazer e qualidade de vida. In MARCELLINO, N.C. (org.) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das Prefeituras.** Autores Associados, campinas/SP, 1996.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte para todos: Um discurso ideológico.** SP: IBRASA, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLARK, Grahame. **A Identidade do Homem: Uma exploração arqueológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CORBIN, A. **L'avènement des loisirs: (1850-1960).** Paris: Aubier, 1995.

CORREIA, João Carlos. Pierre Bourdieu (1930-2002): O sociólogo cidadão. In: **Jornal de Letras, Artes e Idéias.** Portugal. Ano XXI nº 818, 6-19 de fevereiro de 2002. pp. 38-39.

COUTINHO, Marcelo James. Administração Pública voltada para o cidadão: quadro teórico conceitual. In: **Revista do Serviço Público / Fundação Escola Nacional de Administração Pública.** Ano 51, n.3, jul-set/2002.

CRITELLI, Dulce Mára. **Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica.** 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CUNHA, Della. "O Corpo e o Imaginário: Uma Leitura Antropológica do Prazer" In: **Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste.** Recife: UFPE/CNPq/FINEP/ABA, 1991.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política.** São Paulo. Brasiliense, 1999.

DAMATTA, Roberto. "Antropologia do Óbvio: notas em torno do Significado do Futebol Brasileiro". **Revista USP, Dossiê Futebol**, nº 22, São Paulo, 1994.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. "Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro" in Roberto Damatta, **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**, Rio de Janeiro, Pinakothek, 1982.

_____. Explorações: Futebol ópio do povo ou drama de justiça social. **Ensaio de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. pp.101-120.

_____. **Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DANIEL, Celso. Gestão local e participação da sociedade. In: VILLAS-BOAS, Renata (org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Pólis nº 14, 1994.

DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 80).

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados. 1995.

_____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Participação é Conquista: Noções de política social participativa**. 4ª ed. - São Paulo, Cortez, 1999.

_____. **Pobreza Política**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Ed. Escala: Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 57.

DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. **In: Revista Cantareira dos estudantes da Área de História da UFF.** Nº1, Vol. 1, ano 1 novembro/2002.

DIAFÉRIA, Lourenço. Antena Ligada. In: **Para gostar de ler: Crônicas (Vol. 7)** – São Paulo: Ática, 1993.

DIAZ, Bordenave, J.E. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. **A Questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** CEDEPLAR/FACE/UFMG, BELO HORIZONTE, 2001

DOYLE, Sir Arthur Conan. **As aventuras de Sherlock Holmes.** (Texto integral). Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DOUGAN, Andy. **Futebol e Guerra: Resistência, Triunfo e tragédia do Dínamo na Kiev ocupada pelos nazistas.** Tradução: Maria Inês Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1989.

_____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. **Da divisão do trabalho social.** Seleção de textos de José Arthur Gianotti. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garr do Esteves e J. Vasconcelos Esteves. São Paulo: Abril cultural, 1978.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer.** Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão.** São Paulo: SESC, 1980 a.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: SESC, 1980b.

ELIAS, Norbert. DUNNING, Erick. “A gênese do desporto: um problema sociológico”. In: **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1995.

_____. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In **MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, Volume 3.** São Paulo: Alfa - Omega.

FÉLIX, Ana Lúcia. **A política de Educação Física numa gestão democrático-popular: um estudo de caso no município de Camaragibe.** Dissertação do Mestrado em Educação, UFPE, Recife, 2002.

FORTALEZA em Números: **Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA,** 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Airton de. **Ceará: uma história de paixão e glória.** Fortaleza: Edições livro Técnico, 2005. (Série clube do coração).

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. In: **História da sexualidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. “Corpos Dóceis”. In: **Vigiar e Punir - A História da Violência nas Prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987.

FREDERICO, C. A política cultural dos comunistas. **In: MORAES, J. (Org.). História do marxismo no Brasil III.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

FREIRE, Gilberto. "Futebol Brasileiro e Dança" In **Seleta.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora/INL, 1971.

FREITAG, B. **Teoria crítica ontem e hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Política educacional e indústria cultural.** São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

FREUD, Sigmund. **Malaise dans la civilisation.** Paris, PUF, 1971 (1929).

GARCIA, Regina Leite. (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GAYA, Adroaldo. Sobre o esporte para crianças e jovens. In: **Revista Movimento**. Nº 13, Fev. p.1-14,2000.

GEBARA, A. Norbert Elias e a teoria do processo civilizador. In: **BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1978.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 6ª edição SP. Loyola, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política**. Cad. CRH, n.21, p.9-28, 1994.

_____. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol - Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões** / Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo de Oliveira Nunes - São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOMES e Barbosa 1999. **A Técnica de Grupos Focais para obtenção de dados qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. Disponível em: <http://www.educativa.org.br>. Acesso: 30 de Agosto de 2000.

GPDU – DIAGNÓSTICO / CDVHS. **Diagnóstico Sócio Participativo – Grande Bom Jardim**. Fortaleza: 2004.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e História das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer questões metodológicas e alternativas políticas**. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. A contribuição da teoria da ação comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: **BRUHNS, H. T. (Org.). Lazer e Ciências Sociais**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GWERCMAN, Sérgio. Como o Futebol explica o mundo: Muito mais além de 22 marmanjos correndo atrás da bola. O esporte mais popular do planeta é também reflexo da sociedade em que vivemos. **Revista: Super interessante**, São Paulo, Ano 19 / n. 205, p. 88 – 93. Outubro 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

HELAL, Ronaldo. **O que é Sociologia do Esporte**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

HERSKOVITS, Melville J. **Antropologia Cultural - Man and His Works** São Paulo: Editora Mestre Jou, s/d. Tomo I.

HOOLIGANS. (Hooligans / Green Strett Hooligans; Direção: Lexi Alexander- **DVD: 109 minutos**). California Home Vídeo: EUA, 2005.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**. Tradução de J. P. Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LADRIÈRE, Jean. **Os desafios da racionalidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos, 309).

LARAIA, Roque de B. **Cultura: Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LEVI-STRAUSS, C. “Raça e História” in **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIÃO Jr., Roberto. (2003). Políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas: CBCE; Autores Associados; Ministério do Esporte. V. 24, n. 3.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LINHALES, Meily A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação, Mestrado em Ciência Política. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

_____. São as políticas públicas para a educação física / esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? In: **Revista Motrivivência**, nº 11, set 71-81, 1998.

_____. Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios à Reflexão sobre Políticas Públicas para o Setor Esportivo In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e esporte: Políticas Públicas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

LINHALES, Meily Assbú e FILHO, José Ribamar Pereira. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas. In: **GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**, 1999.

LOUCOS DE FUTEBOL: Um documentário que prova por A+B que futebol é muito mais que 22 machos correndo atrás de 1 bola. Direção: Halder Gomes. **DVD, 2007, cor. 22' – CE (doc)**.

LUCENA, Ricardo; PRONI, Marcelo (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002 (Coleção educação física e esportes).

LUIS, Rafael. REVISTA – FORTALEZA: A CIDADE E O FUTEBOL ('A NOSSA BOLA' – Nº 8). **Jornal O Povo**, Fortaleza 28 de Maio, 2006. **(Fascículo da série de comemoração dos 280 anos da cidade de Fortaleza.)**

LUKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

MACHADO, Igor José de Renó. **Futebol, Clãs e Nação**. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 183-197, 2000. Disponível em: < <http://www.ufscar.br/~igor/default.html> >. Acesso em: 06 Jun. 2004.

MAGNANI, J. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Tribos Urbanas: Metáfora ou categoria? '**Cadernos de Campo**' – **Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia**. FFLCH/USP, São Paulo, ano 2, n 2, 1992.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1990. Conexões, v. 3, n. 1, 2005 56.

_____. **Lazer e humanização**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____ (org.) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____ (org.) **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

MAUSS, Marcel. "As Técnicas Corporais". In: **Sociologia e Antropologia**. Vol. 2. São Paulo. EPU/EDUSP, 1974 (pp. 185 a 230).

MEIHY, J. C. S. B. "Para que serve o futebol?". In: **MEIHY, J. C. S. B. & WITTER, J. S. (orgs.). Futebol e Cultura: coletânea de estudos**. São Paulo: IMESP, Arquivo do Estado, 1982.

MENDES, Valdilene da Rosa e NOBRE, Lorayne Reinehr. Programa Esporte Solidário: Lacunas e Possibilidades. In: **XVIII Simpósio Nacional de Educação Física. Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - Ufpel, 1999.

MENEZES, Vilde Gomes de. **Políticas Públicas para esporte/lazer: Um estudo das políticas públicas voltadas para o esporte/lazer no âmbito do governo federal 1994-2000 e do projeto Santo Amaro, Recife-PE, como uma das expressões dessas políticas**. Dissertação, Mestrado em Ciência Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFPE, 2001.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Tese de doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, 1999.

MURAD, Mauricio. **Dos Pés à Cabeça: Elementos Básicos de Sociologia do Futebol**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

NIELSEN NETO, Henrique. **Filosofia básica**. 3. Ed. São Paulo: Atual, 1986.

NOVAES, Carlos Eduardo. No país do futebol. In: **Para gostar de ler: Crônicas**. São Paulo: Ática, 1993.

O Brasil não é para principiantes: **Carnavais, Malandros e Heróis, 20 anos depois** / Orgs. Laura Graziela Gomes, Lívia Barbosa, José Augusto Drummond - 2 ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2001. 268 p.

OLANDA, Chico Buarque de. O Futebol. **Marola Edições Musicais Ltda. 1989** ©. Todos os direitos reservados. Direitos de Execução Pública controlados pelo ECAD (AMAR) Internacional Copyright Secured.

_____. O malandro. (Kurt Weill - Bertolt Brecht - versão livre de Chico Buarque/1977-1978). Para a peça Ópera do malandro, de Chico Buarque. 1977 © by **Cara Nova Editora Musical Ltda.** São Paulo: Copyright.

OLÉIAS, Valmir José. Políticas Esportivas no Neoliberalismo. In: **Revista Motrivivência**. Nº 12, maio p. 65-76,1999.

OLIVEIRA, José Carlos. O torcedor. In: **Para gostar de ler: Crônicas (Vol. 7)** – São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, P. **Brinquedos artesanais & expressividade cultural**. São Paulo: SESC: CELAZER, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Sávio Assis. **Esporte e Lazer na cidade do Recife: Reflexões sobre políticas públicas**. 1996.

_____. **A reinvenção do esporte: possibilidades da Prática Pedagógica**. Campinas, SP. Autores Associados, 2001.

O NOME DA ROSA. Direção: Jean-Jacques Annaud. 1986. 1 **DVD. (130 min.), son, color.**

ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE; AÇÕES: FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS, VIDA SAUDÁVEL E EVENTOS INTERDISCIPLINARES, 2008. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br>. Acesso em: 17/10/08.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio, no movimento dos sentidos**. 4ª edição Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. BORELLI, S; RAMOS, J. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OURIQUES, N. O gol contra do Rei: a lei Pelé e suas conseqüências. In: **Revista Motrivivência** n ° 12 de Maio. P. 37-57, 1999.

PADILHA, V. A indústria cultural e a indústria do lazer. In: **MULLER, A.; COSTA, L. Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PAIVA, Luiz Henrique. **Weber e Popper: Filosofia das Ciências Sociais**. Piracicaba, Ed. UNIMEP, 1997.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PELEGRIN, A. de. O Espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: **MARCELLINO, N. C. (Org.). Políticas públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota: 16 de julho de 1950 – BRASIL e URUGUAI**. São Paulo: L & PM, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTA, Máximo. Novos processos de formação de jogadores de futebol e o fenômeno das "escolinhas": uma análise crítica do possível. In: **ALABARCES, P. (compilador). Peligro de Gol: estudios sobre deporte y sociedade en América Latina**. Bueno Aires: CLACSO, 2000.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Caminhos participativos. In: **Revista Motrivivência**, n° 11, Setembro, p.47-67, 1998.

PRO DIA NASCER FELIZ. Direção: João Jardim. In: **DVD**. 88'20''. Versão com vinhetas. Tambellini Filmes. 05/05/2007.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

RAGO, M. O cassino americano. In: **BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). O corpo e lúdico**. Campinas: Autores Associados, 1999.

RAMOS, J. **Cinema, estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

REQUIXA, R. **Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós 1960)**. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um Futebol de Fronteira**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004, vol. 8.

ROCHA, G. Estética da fome. **In: PIERRE, S. Glauber Rocha**. Campinas: Papyrus, 1996.

ROCHA, E. P. G. **O Que é Etnocentrismo**. 2^a Ed, São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, AR. **Pontuações Sobre a Investigação Mediante Grupos Focais**. Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, 1988.

RODRIGUES, José C. **Tabu do Corpo**. 3^a. Ed. Rio: Achiamé, 1983.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAFRANSKI, Rudiger. Capítulo I - Duas paixões: o Inaudito e a música. **In: Nietzsche: biografia de uma tragédia**. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2001. 263 páginas.

SANT ANNA, D. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, Editora, 2002.

_____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Lua Nova – CEDEC**, São Paulo, n^o 39, p. 105 – 124, 1997.

SANTOS, E. S. dos. **A representação dos campos de várzea na cidade: um espaço de memória**. História: Questões & Debates, Curitiba, Editora da UFPR, n 47, p. 203-211, 2007.

SANTOS, J. B Feitosa dos. Universidade, cidadania e localismo Fortaleza/Brasil. **In: O Público e privado**. Fortaleza: Uece, 2003. Conteúdo: ano 1, janeiro/junho, 2003.

SANTOS, M. A. S. Periferia e várzea: um espaço de sociabilidade. **In: DA COSTA, M. Regina (Org.). Futebol: Espetáculo do século**. São Paulo: Musa Editora, 1999, p. 117-118.

SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SILVA, A. **Ecoturismo e educação ambiental**. Conexões, v. 1, n. 2, p. 161-182, 2003.

_____. **Oficina: do teatro ao teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SILVA, Jamerson. **Cultura Corporal e Políticas Públicas**: Projeto de Dissertação do Mestrado em Educação. UFPE. Recife, 1998.

_____. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Resistência e dominação no Governo de Pernambuco, entre 1995 e 1998**. Dissertação, Mestrado em Educação. UFPE, Recife, 2000.

_____. **Cultura Corporal e Políticas Públicas: resenhando o jogo - "Jogos Comunitários do Interior de Pernambuco"**, Recife.

SILVERMAN, M. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMMEL, George. “Sociabilidade, um Exemplo de Sociologia Pura ou Formal”; “A Natureza Sociológica do Conflito”; “A Função Sociativa e Civilizadora da Competição”. In: **Morais Filho, E. (org.), SIMMEL, Col. Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo, Ática.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: **Políticas Públicas: Juventude em pauta**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STIGGER, Marco P. **Administração de parques públicos e Democracia. Um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática**. Dissertação de Mestrado em Educação Física - UGF. RJ. 1992.

_____. Participação popular na gestão espaço público de lazer. In: **MARCELLINO, N. C. (Org.). Políticas públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Políticas Sociais em Lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder. In: **Revista Motrivivência**, nº 11, set. 83-96, 1998.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Desporto educacional; realidades e possibilidades das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas. In: **Revista Movimento**, nº 13, Fev. p-15-35, 2000.

THOMAZ, Florismar Oliveira. Política Pública de Educação Física, Esporte e Lazer. In: **XVIII Simpósio Nacional de Educação Física. Políticas Públicas de Educação Física Esporte e Lazer**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - Ufpel, 1999.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no futebol**. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2002.

_____. **Torcidas organizadas de futebol.** Campinas, SP: Anpocs, 1996.

TRIGO, L. G. G. A educação e lazer, turismo e hotelaria nas sociedades atuais. **In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer & empresa.** Campinas: Papirus, 2000.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Esporte mata! Ou crítica do Capitalismo estressante. **Revista: Caros Amigos**, São Paulo, Ano 8 / n. 93, p. 13, Dezembro 2004.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Futebol de rua. **In: Para gostar de ler: Crônicas (Vol. 7).** São Paulo: Ática, 1993.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Políticas Públicas, Cidadania e Lazer. **In: XVIII Simpósio Nacional de Educação Física. Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – Ufpel, 1999.

VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física.** Campinas: IPES, 2004.

WACQUANT, Löic, J. D. **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências e na política sociais. **In: Sobre a teoria das ciências sociais.** Lisboa: Presença, 1974

_____. **Economía e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva.** Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

_____. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

_____. Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica. **In: Metodologia das ciências sociais**, 2v. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1992a, p. 89.

WERNECK, C.; STOPPA, E; ISAYAMA, H. **Lazer e mercado.** Campinas: Papirus, 2001.

WITTER, J. S. A várzea não morreu. **In: MEIHY, J. C. S. B.; WITTER, J. S. (Orgs.). Futebol e Cultura: coletânea de estudos.** São Paulo: IMESP, Arquivo do Estado, 1982, p. 101-104.

ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas. Em GARCIA, Regina Leite. (org.). In: **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZALUAR, Alba. O Esporte na educação e na política pública. In: **Educação e Sociedade**. Nº 38, Abril p.19-44, 1991.

ZÍLIO, C.; LAFETÁ, J; LEITE, L. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. In: **Revista Motrivivência** nº 11, set. p.31-46,1998.

8. ANEXOS

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 07/07/09, ÀS 11h30min NA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE FORTALEZA (SECEL).

Tarcísio: Professor, primeiramente, você poderia falar um pouco sobre sua relação com o PELC?

Professor: Sou formado em Educação Física, e como eu disse, o PELC é um programa que tem como parceria o Governo Federal com a prefeitura municipal de Fortaleza, com gerenciamento da Secretaria de Esporte e Lazer.

As diretrizes desse programa são: Auto-organização comunitária, trabalho coletivo, intergeracionalidade, fomento e a difusão da cultura corporal, Respeito à diversidade e intersetorialidade.

Tarcísio: Em relação à diretriz que diz respeito à ‘fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer’ e ‘respeito à cultura local/regional’, o que o programa quer dizer com isso?

Professor: Já que estamos dividindo 10 núcleos na cidade de Fortaleza, a gente vai tentar respeitar ao máximo o que a comunidade já pratica ou que tem vontade de praticar, dentro do universo da cultura dela. Não adianta eu tentar chegar lá e apresentar o Futebol Americano e que eles não sabem nem o que é e não faz parte do dia-a-dia deles. É melhor uma atividade muito mais simples e mais elaborada que eles conhecem mais e que têm muito mais interesse em participar.

Como você vê, o programa tem toda uma formatação mesmo pra atingir um objetivo né. Que são para as camadas da população com o Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo, com carência muito grande de espaços, não há clubes nesses locais, não há espaços de lazer de fato. A maioria são campos de futebol, as praças são poucas e a maioria já está depredada. E em relação à questão do próprio saneamento, a maioria não tem saneamento, e muitas não têm nem asfalto. A gente encontra ruas ainda de barro. Então são esses locais que resolvemos privilegiar com essa ação.

O PELC aqui de Fortaleza é o PELC de todas as faixas etárias, a gente atende desde as crianças passando pelos adolescentes, adultos e até os idosos. Nós estamos querendo contemplar todo esse público. Aí as atividades principais vão ser as atividades esportivas, basquete, futsal, futebol, vôlei, capoeira. Nós também vamos fazer trabalhos de orientação à caminhadas, ginástica. Vamos trabalhar a questão da cultura através do teatro, da dança, da música, dos trabalhos manuais, tudo isso a gente pretende contemplar. Tem também a questão dos jogos populares, jogos de tabuleiro, recreação, por que a intenção da gente não é fazer escolinhas esportivas. A idéia realmente é proporcionar lazer para as comunidades também através desses jogos de tabuleiro, por exemplo, que ninguém nem vê mais as pessoas jogando, como um simples jogo de dama, xadrez.

A estrutura de funcionamento do PELC consiste em 10 núcleos. E cada núcleo compreende de 6 a 10 espaços, que pode ser desde campos de futebol à associação de moradores, praças, colégios, tudo isso a gente pode utilizar, tudo que seja público né? A gente pretende realmente utilizar os espaços públicos da cidade. Por que se utilizar de um espaço privado geralmente tem que ter a ‘contrapartida’, pagamento de aluguel, para evitar a promoção de algum estabelecimento, realmente pra mostrar que as ações são para a comunidade, não cobramos nada, é gratuito. Todo o material de todas as atividades a gente vai propiciar para que a comunidade receba. Os núcleos estruturalmente foram divididos com um coordenador de núcleo (que é um professor de educação física) e seis agentes sócias (que é um arte-educador pra trabalhar mais esta questão da cultura, uma pessoa da educação física voltada pra capoeira, e os outros quatro vão também trabalhar questões da educação física, trabalhar a iniciação esportiva, da prática de esporte como lazer).

Tarcísio: Professor, como se chegou à conclusão de que os campos de várzea seriam espaços para realização de atividades do PELC?

Professor: Nós procuramos espaços públicos onde não haja pagamento para realização de atividades, por que é um espaço que a gente pode gerenciar e que não vai encontrar nenhum obstáculo e não tendo problema financeiro com ninguém. E por que os campos? Por que a periferia de Fortaleza ainda é muito carente de estrutura física, é muito difícil você achar bairros da periferia que tenham equipamentos esportivos. Os equipamentos de esporte de Fortaleza são todos na parte central, por exemplo, o Ginásio Paulo Saraste é do Dionísio Torres próximo ao centro, o Castelão é um pouco mais afastado, mas ainda é numa área de fácil acesso. E os bairros da periferia contam com toda essa problemática. Primeiro o acesso que é muito longe, e segundo a própria questão estrutural mesmo das comunidades, por que não se tem nem saneamento, calçamento, moradia, quem dirá espaços públicos de lazer né? Como praças, quadras públicas, locais próprios pra caminhada. E quando a gente fez o mapeamento desses locais, o que é que a gente achou em abundância na periferia? Campos! Apesar de já terem muitos campos que nós perdemos devido à questão da ocupação ilegal. Por que teve um tempo que foi muito difícil por que as pessoas estavam invadindo muitos campos de várzea pela questão da moradia. E os poucos campos que sobraram ainda são os grandes espaços de lazer das pessoas na periferia. E o campo apesar de ser do futebol, é possível desenvolver várias atividades. Por isso que esses campos foram utilizados. Estamos trabalhando com as diversas religiões do bairro, seja evangélica, católica e os terreiros. A gente quer o máximo de espaço possível para que a comunidade tenha como chegar ao lazer.

O mapeamento desses campos é feito pela secretaria de esporte no sentido de melhorar as condições desses espaços, por que muitos ficam sob a boa vontade das próprias pessoas do bairro, com matagal, sem iluminação. Então o mapeamento é para melhorar a qualidade desses espaços. Por que a prefeitura reconhece que esses ainda são os grandes espaços de lazer da comunidade da periferia.

Tarcísio: Nós sabemos que o Grande Bom Jardim é formado por vários bairros. Por que a Granja Lisboa como bairro escolhido para as ações do programa?

Professor: A gente também está no Canindezinho. No Grande Bom Jardim são esses dois, Granja Lisboa e Canindezinho. O que é que foi feito a respeito da escolha desses núcleos: a gente fez um mapeamento da cidade de Fortaleza, para saber quais eram as áreas de menor índice de desenvolvimento humano, áreas que estão a baixo da linha de pobreza, falta saneamento, falta moradia, falta calçamento nas ruas, falta ‘tudo’! Essa é que é a verdade! Estas áreas estão numa situação muito difícil de vida. Esse foi um dos primeiros critérios que nós adotamos que foi o Índice de Desenvolvimento Humano. O segundo critério foi a questão da violência. Foi constatado que são áreas com grandes índices de violência, assaltos, mortes, tudo isto foi visto. E a partir deste levantamento, a gente tentou mapear as áreas para levar um pouco do esporte. Por que a gente sabe que o esporte ainda é um grande veículo para se combater esses grandes males da sociedade: a violência, a droga, são áreas de grande consumo de drogas, e o esporte ainda consegue resgatar muita gente ou pelo menos dá uma opção! Uma opção a mais muito mais interessante do que o ócio de não fazer nada! Por que, como minha mãe já dizia: ficar sem fazer nada só serve pra pensar besteira né?! E a idéia é realmente ocupar este tempo das pessoas e tentar melhorar a condição de vida. E apesar de o PELC não ter a questão do lanche, a gente tenta orientá-los da melhor forma, da importância de uma atividade regular para uma melhoria da condição de vida deles. Essa é a nossa idéia!

A nossa idéia também é fazer com que o próprio bairro veja a importância de um projeto desses, por que a gente sabe que as políticas hoje são políticas de governo e não políticas de estado. E assim, futuramente com a mudança de governo possa ser que estas atividades possam acabar e o objetivo da gente é que as próprias pessoas da comunidade dêem continuidade ao programa através da auto-gestão, para que caso ocorra uma mudança de governo, eles possam assumir esse gerenciamento. A auto-organização comunitária. Eles mesmo gerenciando as atividades ou exigindo do poder público a manutenção da política.

O projeto começou em julho deste ano e vai até julho do ano que vem. A gente precisa dar uma resposta ao governo federal em matéria quantitativa de participantes. Cada núcleo desses tem que atender no mínimo 400 pessoas, ou seja, são 400 pessoas por núcleos, são 10 núcleos, a gente vai ter que atender no mínimo, em um ano, 4000 pessoas! Até o final do programa a gente tem que atingir essa meta quantitativa. E indiretamente a gente ainda vai ter que atingir 2000 pessoas, mas o que quer dizer indiretamente: a gente vai tentar englobar, fora os nossos alunos regulares, ainda mais pessoas da comunidade em atividades específicas. Estamos com a previsão de sair de 10 núcleos para 22 até novembro. Esse já é o maior programa da secretaria de esporte e lazer, que compreende todos os programas da secretaria em um só. São envolvidos 71 pessoas nessa ação e com a ampliação ainda vai ser muito mais. É um programa que tem a intenção de causar um grande impacto na comunidade e mostrar que ela tem condições de se auto-gerenciar, se mobilizar, reagir. Não é só a atividade pela atividade, a gente mostra pra eles o quanto é importante o envolvimento nestas atividades e da exigência das condições de trabalho, melhorias do bairro, tudo isso a gente aborda. Não é por que a gente é do governo que a gente não vai incentivar a busca por melhores condições de vida, moradia. A gente faz esse debate construindo junto com eles uma melhor forma de o bairro crescer, não só pelas atividades, mas pela própria consciência crítica deles. Então a maior contribuição desse programa é mostrar que através do esporte eu posso incentivar a consciência crítica das pessoas. Ser um cidadão mais equilibrado e exigir mais do governo. Dia 28 de julho se dará o início das atividades.

Por enquanto está na fase de mobilização da comunidade, mapeamento e contato com associações e divulgação.

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE - PELC

Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.



Para o Ministério do Esporte, o papel ocupado pelo Esporte e o Lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano.

Imperioso se faz, portanto, formular políticas públicas esportivas e de lazer que propiciem as condições necessárias para que tais objetivos sejam impreterivelmente alcançados. Este é o compromisso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, organizado em 14 ações inter-relacionadas e agrupadas em dois conjuntos - sob a articulação geral da ação Gestão e Administração do Programa -, visando a superação dos problemas anteriormente mencionados.

O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. Para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva e para a viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio institucionais e internacionais, iniciativas fundamentais para a definição de um modelo de gestão pública participativa e democrática defendido pelo Governo.

► **Funcionamento de Núcleos de esporte recreativo e de lazer-PELC** PELC-Todas as faixas etárias

Como parte do PELC destacamos a dimensão do lazer como instrumento importante no fortalecimento do esporte e lazer como direito social. Implementado através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer. O PELC atende a todas as

faixas etárias, sem abrir mão do atendimento à pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realização de macros eventos de lazer.

Trabalhamos com a contratação de agentes sociais do lazer, aquisição de material de consumo e permanente, formação continuada, eventos de esporte e lazer, ações essas financiadas pelo ME, devendo a Prefeitura/Estado ou entidade não-governamental e OSCIP, Instituições de Ensino Superior, apresentarem sua proposta de contrapartida para efetivação dessa parceria junto ao ME.

Esse projeto é respondido pela ação institucional 2667- Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer.

► **Desenvolvimento de Atividades Esportivas e Recreativas para a Terceira Idade – Vida Saudável** .

PELC- Vida Saudável

Buscando dar conta de uma crescente demanda de políticas específicas para a população idosa em nosso país, foi criada uma ação para esse fim chamada **-Vida Saudável-** que visa implementar núcleos de atividades físicas , esportivas e de lazer a faixa etária a partir de 45 anos com vista à melhoria da qualidade de vida dessa população, sem abrir mão do atendimento a pessoas com deficiência e ou necessidades especiais, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realização de macros eventos de lazer.

Trabalhamos com a contratação de agentes sociais do lazer, aquisição de material de consumo e permanente, formação continuada, eventos de esporte e lazer, ações essas financiadas pelo ME, devendo a Prefeitura/Estado ou entidade não-governamental e OSCIP, Instituições de Ensino Superior, apresentarem sua proposta de contrapartida para efetivação dessa parceria junto ao ME

Esse projeto é respondido pela ação institucional 2C60 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas e Recreativas para a Terceira Idade - Vida Saudável .

► **Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de lazer**

Apóia a realização de projetos e eventos que contemplem a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outros. Serão prioritariamente atendidos os pleitos de dimensão Nacional e Internacional.

O limite para cada pleito nessa ação será de R\$ 200.000,00.

Esses projetos são respondidos pela ação institucional 8473- Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer.